UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RENATA MARCÍLIO CÂNDIDO

CULTURAS DA ESCOLA: AS FESTAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS (1890-1930)

SÃO PAULO
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RENATA MARCÍLIO CÂNDIDO

CULTURAS DA ESCOLA: AS FESTAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS (1890-1930)

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como exigência para a obtenção do título de mestre.

ORIENTADORA:

PROF[A]. DR[A]. DENICE BARBARA CATANI

SÃO PAULO
2007

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa, acreditando no meu trabalho, me apoiando e me incentivando em momentos de angústias e indecisão. Infelizmente, não poderei citar todas aqui, tampouco resumir em algumas linhas o quanto elas foram importantes, mas deixo registrados alguns nomes e os motivos pelos quais sou grata.

Á **Denice Barbara Catani**, minha orientadora, que me acompanha desde a Iniciação Científica, ensinando importantes lições para a vida acadêmica e profissional. Exemplo de profissional e ser humano a ser seguido.

Á **Paula Perin Vicentini**, que me acompanha e me incentiva desde a Iniciação Científica, pelas leituras realizadas e sugestões preciosas no momento inicial de elaboração do projeto, e final de escrita da Dissertação.

Ao **Jorge Ramos do Ó**, pelas sugestões instigantes realizadas no Exame de Qualificação.

Á **Vivian Batista da Silva**, pelo apoio e ajuda incansáveis em diferentes momentos deste processo.

Á **Rita de Cassia Gallego**, pela generosidade, amizade e valiosas discussões teóricas realizadas no decorrer deste percurso, que muito me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Á **Rosário Genta Lugli**, pela amizade, apoio e assistência em diferentes momentos.

Á **Milena Colazingari Silva**, pela amizade e incentivo.

Ao **Emerson Santana**, amigo e companheiro de tantas estórias, desta e de muitas outras que ainda estão por vir.

Á **Patrícia Ferro Tito**, pelo incentivo, apoio e amizade incondicional.

Aos **funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação**, aqui representados por Rosemeire Amara da Silva Cruz e Jaciara Januário de Almeida, que se mostraram sempre muito solícitos, otimizando a realização da pesquisa.

Á **minha família**, Maria Salete, Gercino e Thalita, pelo amor e apoio sem limites, por estarem sempre ao meu lado, incentivando-me e fazendo-me prosseguir.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa histórica foi investigar as festas escolares e o seu papel no processo de constituição de um sistema público e estatal de ensino, bem como a sua contribuição para a disseminação de um ideal de escola e de sociedade republicana, no período compreendido entre 1890-1930. O termo *cultura escolar* constitui-se em um conceito nuclear para o desenvolvimento da investigação acerca das festas escolares, já que essas podem ser concebidas como um dos aspectos que integraram e ainda integram a cultura da escola. O conceito *cultura escolar* foi utilizado segundo a concepção engendrada por Dominique Julia (2001, p. 10) como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). As festas escolares expressaram de forma exemplar a *cultura escolar* do período em questão, pois ao mesmo tempo em que eram constituídas por normas, estabelecidas externamente pelos governantes que determinavam legalmente os dias a serem comemorados e um padrão de festa a ser seguido de forma a garantir o ensinamento de determinadas condutas e conhecimentos, eram também compostas por práticas coordenadas com finalidades educativas e expressivas da escola. Outros autores como André Chervel (1990), Viñao Frago (1996), estudiosos da *cultura escolar*, também foram utilizados para a fundamentação teórica do estudo. O *corpus* documental a partir do qual se realizou o estudo foi composto de textos de revistas pedagógicas publicadas em São Paulo, a saber: *A Eschola Publica* (1895-1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar* (1925-1927), bem como os relatórios dos inspetores escolares publicados nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926), compilados nas principais bibliotecas de São Paulo. O estudo das festas escolares permitiu conhecer quais eram as concepções de ensino, de escola, de aluno e de profissão docente vigentes no período e disseminadas nas ocasiões festivas, assim como a contribuição das festas para a constituição de uma memória histórica nacional oficial. A presente investigação demonstrou que mais do que um momento de confraternização, de descontração e de manifestação de alegria, as festas escolares possuíam outras funções, eram momentos privilegiados para o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimentos, de normas e de valores legitimados pela escola e pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: festa escolar, cultura escolar, história e historiografia da educação.

ABSTRACT

The objective of this historical research was to investigate the educational festivals and their role in the process of the constitution of a public and national educational system as well as their contribution to the dissemination of the school and the republican society idealistic values during the 1890-1930 period. The term *scholar culture* consists of a nuclear concept for the development of the investigation of the educational parties and festivals since these may be conceived as one of the aspects that have integrated and still integrate the scholar culture. The concept of *scholar culture* was used in accordance with the conception created by Dominique Julia (2001, p. 10) as being a set of *rules* that define what to teach and what behaviour to promote, and a set of *procedures* that permit the transmission of this knowledge and the incorporation of these behaviours; rules and procedures aimed at the achievement of goals that may vary with time (religious, sociopolitical or simply socialization goals). The educational parties expressed in an exemplar way the *scholar culture* of such period for at the same time they followed rules, externally stablished by governors who used to stipulate the days to be celebrated and the pattern of the festival to guarantee the teaching of certain behaviour and knowledge, they also incorporated practices coordenated with educational and significant objectives of the school. Other authors, as André Chervel (1990) and Viñao Frago (1996), researchers of the *scholar culture*, have also been used to fundament the study from the theoretical standpoint. The study has been supported by a documental base that was composed by educational magazine texts published in São Paulo, such as: *A Eschola Publica* (1895-1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar* (1925-1927), as well as reports from school inspectors published in the *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926), compiled at the main libraries of São Paulo. The study of the educational parties and festivals permited to know which were the concepts of teaching, school, pupil and professors, in force during that period and disseminated at festival opportunities, such as the contribution of the parties to the formation of an official nacional memory history. The present investigation proved that more than a moment of confraternization, display of enjoyment and happiness, the educational parties had other functions, they were privileged moments of apprenticeship, dissemination of knowledge, of rules and values legitimated by school and by society.

KEY-WORDS: scholar festival, scholar culture, history and historiography of education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Referências sobre festas localizadas nos distintos periódicos educacionais.....p. 59

Tabela 2: Referente à distribuição das diferentes categorias de festas nos periódicos de ensino.....p. 59

Tabela 3: A distribuição das notícias sobre as festas cívicas nos periódicos educacionais..... p.115

Tabela 4: A distribuição das notícias sobre as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo nos periódicos de ensino.....p. 121

Tabela 5: A distribuição das notícias sobre as festas das árvores e das aves nos periódicos educacionais.....p. 132

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Escola Normal de Piracicaba – S. Paulo – Brasil
Revista Escolar, agosto de 1927, p. 81..... p. 98

Fotografia 2: Grupo Escolar "Conde de Parnahyba"
Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 499.....p. 98

Fotografia 3: Grupo Escolar - SP - *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1926, p. 13 e *Revista Escolar*, fevereiro de 1927, p. 33. .....p. 102

Fotografia 4: 2º Grupo Escolar de Catanduva – SP
Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 193. .....p. 102

Fotografia 5: Escola enfeitada para a Festa da Bandeira- Grupo Escolar da Liberdade
Revista Escolar, jan 1927, p. 49. .....p. 105

Fotografia 6: Grupo Escolar de Casa Verde – SP
Revista Escolar, abril de 1927, p. 17. .....p. 105

Fotografia 7: Grupo Escolar de Butantan - SP
Revista Escolar, janeiro de 1927, p. 29. .....p. 129

Fotografia 8: Grupo Escolar de Butantan - SP
Revista Escolar, janeiro de 1927, p. 29. .....p. 129

Fotografia 9: Um dos aspectos da "Festa da Criança" – Grupo Escolar de Avaré – S. Paulo – Brasil
Revista Escolar, agosto de 1927, p. 33. .....p. 143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....p. 11

CAPÍTULO 1: AS FESTAS COMO OBJETO DE ESTUDO ..... p. 27

1.1) Das festas em geral .....p. 27

1.2) Das festas escolares .....p. 38

1.3) Os modos de produção de um estudo sobre as festas escolares ..... p. 49

CAPÍTULO 2: AS FESTAS ESCOLARES, SEUS APRENDIZADOS E SEUS SENTIDOS..... p.60

2.1) A constituição de um calendário específico para a escola e a inserção das datas comemorativas.....p. 61

2.2) Os saberes docentes e discentes associados às festas escolares ..... p. 70

2.3) As festas e seus sentidos ..... p. 82

CAPÍTULO 3: A ESCOLA E SEUS FESTEJOS: UMA TIPOLOGIA DOS EVENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO LETIVO ..... p. 92

3.1) O ideário republicano nas festas escolares: as festas cívicas e a promoção da República ..... p. 93

3.2) Deixar ver o progresso: as festas de inauguração, aniversário, encerramento e de formatura nas instituições de ensino..... p. 118

3.3) As festas da natureza: festa das aves e festa das árvores .....p. 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... p. 144

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... p. 148

ANEXOS ..... p. 155

ANEXO 1: Listagem dos artigos selecionados nos periódicos de ensino

ANEXO 2: Artigos selecionados acerca das festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo

ANEXO 3: Artigos selecionados sobre as festas cívicas

ANEXO 4: Artigos selecionados acerca das festas das árvores e das aves

ANEXO 5: Artigos selecionados sobre outras festas (homenagens, dia da instrução, dia da criança e festa do centenário)

INTRODUÇÃO

> *(...) a alegria esfuziante das festas – quer saúdem as revoluções do globo ou as revoluções sem retorno da história – diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo (OZOUF, 1976, p. 218).*

O estudo aqui apresentado sobre as festas escolares no período compreendido entre 1890 e 1930 tem como objetivo investigar a contribuição das comemorações realizadas nas instituições de ensino para o processo de constituição de um ideal de escola e de sociedade republicana. Trata-se de compreender as maneiras pelas quais foram construídas as concepções de ensino, de escola, de aluno e de profissão docente vigentes no período e disseminadas nas ocasiões festivas. Articulado ao objetivo central, o intuito é entender de que forma as festas, ao elegerem datas para serem celebradas e nomes para serem relembrados, colaboraram para a constituição de uma memória histórica nacional oficial. A hipótese aventada é de que muito mais do que um momento de confraternização, de descontração e de manifestação de alegria, as festas, no caso as festividades escolares, possuíram outras funções, eram momentos privilegiados para o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimentos, de normas e de valores legitimados pela escola e pela sociedade. A festa escolar pode, dessa forma, ser apreendida neste estudo em seu duplo caráter, político e pedagógico.

Com relação ao contexto histórico escolhido convém assinalar que um estudo profícuo das festas escolares pode ser melhor desenvolvido a partir do momento no qual a sociedade passou a contar com um sistema de ensino público organizado e constituído. Sabe-se que a criação de tal aparato no primeiro período republicano não aconteceu de forma instantânea, mas de modo lento e gradativo os republicanos conseguiram concretizar muitas idéias sobre um sistema ideal de ensino defendidas pelos dirigentes já no período Imperial. Esse processo de construção de um modelo escolar no Brasil inseriu-se em um movimento mundial mais amplo denominado por alguns autores como o momento da "difusão mundial da escola" (NÓVOA, A., SCHRIEWER, J., 2000). Foi em meados do século XIX que existiu a propagação das propostas e ações para a

constituição de sistemas de ensino organizados pelos Estados, com o intuito de generalizar uma educação leiga, obrigatória e gratuita (SILVA, 2005). No caso brasileiro, estas propostas e ações no âmbito educacional foram intensificadas no último decênio do século XIX, contexto de organização da escola e do governo segundo o modelo republicano. Uma das hipóteses aventadas é a de que as festas escolares, regulamentadas nesse momento, contribuíram de forma indelével para o processo de disseminação e concretização de um sistema modelar de ensino para ser organizado em todos os Estados brasileiros.

Ao pensarmos sobre as festas escolares no contexto em análise, algumas questões são pertinentes: O que representaram as festas escolares para o sistema público de ensino que estava se organizando, principalmente com a criação das escolas graduadas em 1893? Quais foram os tipos de festas existentes? Quais saberes acerca da profissão de professor, da função do aluno e os estritamente escolares foram associados e difundidos através das festas? Como os adultos/ professores definiram para as crianças / alunos o que e o modo de comemorar? Como as festas contribuíram para a tão desejada formação do cidadão republicano? Para responder as questões norteadoras da pesquisa foram privilegiadas como fontes de pesquisa os periódicos educacionais circulantes no período, a saber: *A Eschola Publica* (1895-1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar* (1925-1927), dando especial tratamento às fotografias publicadas nesse *corpus,* além dos relatórios dos inspetores publicados nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926). Essa investigação deve permitir, em sentido mais amplo, conhecer os modos pelos quais as festividades escolares se desenvolveram nos quadros da vida escolar em São Paulo no período de 1890 a 1930, seu papel no interior da sociedade republicana e no sistema de ensino paulista que começava a se estruturar.

Os esforços para a constituição de um sistema público e estatal de ensino brasileiro, no final do século XIX e início do XX, puderam ser evidenciados, por exemplo, na construção de edifícios próprios ao ato de ensinar, na elaboração de uma legislação específica que visava organizar os currículos e programas escolares, bem como na constituição de um corpo profissional de professores, pois até o momento, o ensino desenvolvia-se, nas palavras de Cesário Mota (1894), educador e reformador da instrução na época, em "casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias'" (CARVALHO, 1989, p.24). A

República herdou do período Imperial as discussões acerca das questões educacionais e diferenciou-se deste pela concretização das propostas de uma política nacional de educação. No projeto dos idealizadores da República a educação era o marco que deveria separar um passado obscuro, representado pelo Império, de um futuro luminoso, representativo da República. "Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação" (CARVALHO, 1989, p.09)[1], demonstrando, como afirma Viñao Frago (1996), a crença messiânica dos reformadores da educação de que é possível uma total ruptura entre o passado e o presente através de reformas educacionais.

O levantamento de estudos realizados sobre festas demonstrou, de forma reiterativa, a associação da palavra festa a um momento de descontração, de alegria, no qual as pessoas puderam manifestar seus desejos mais íntimos, trocar papéis sociais, confraternizar e comemorar suas alegrias. As festas para diferentes sociedades no decorrer da história da humanidade, como por exemplo, nas sociedades primitivas, possuíram mesmo este significado, foram momentos dedicados exclusivamente à manifestação da felicidade coletiva por algum acontecimento humano (nascimentos, casamentos, mortes, aniversários) ou da natureza (plantação, colheitas, mudanças das estações climáticas), expressaram algum ritual, passagem do tempo, homenagens aos deuses, dentre outras funções. No caso das sociedades republicanas, a festa, principalmente a cívica, representou um momento para a reconstrução do imaginário político e social dos cidadãos, com o principal objetivo de disseminar os valores associados ao novo regime, celebrar a conquista do governo pelo povo, o nascimento e "florescimento" de um novo período, como foram, por exemplo, os casos da sociedade republicana francesa e também da brasileira (OZOUF, 1976; CARVALHO, J., 1990). Além disso, as festas, como se apresentam neste trabalho, contribuíram para enfatizar a relevância de algumas instituições sociais, como as instituições escolares, especialmente no momento de constituição de um sistema de ensino, bem como para a disseminação de outros conhecimentos não relacionados ao regime político, como os escolares.

[1] Cabe referenciar outros estudos que elegeram como objeto de investigação aspectos da educação brasileira na chamada primeira república (1890-1930): CARVALHO, Marta Maria Chagas de, 1989; CATANI, Denice Barbara, 1989; NAGLE, Jorge, 1978; GALLEGO, Rita de Cássia, 2003.

As características de alegria e confraternização inerentes às festas puderam ser observadas nas escolas, nas festas escolares. Nestes momentos, os alunos não assumiram o papel que era específico da sua condição de aprendizes, mas foram co-responsáveis ao lado de seus professores pelo bom andamento da festividade, demonstrando, de certo modo, uma inversão de papéis sociais, ou seja, eles assumiram junto aos professores a responsabilidade pelos seus aprendizados e da população presente nessas ocasiões. As festas nas instituições escolares possuíram outros objetivos além da celebração, elas eram responsáveis pelo ensinamento de conteúdos e de comportamentos aceitáveis socialmente, além de serem consideradas, por alguns educadores do período, um fértil veículo para a divulgação e legitimação dos valores apreciados na escola e na sociedade.

As festas escolares fizeram parte e ajudaram a consolidar o sistema de ensino público paulista. Elas aconteceram em quatro instituições principais responsáveis pela educação primária das crianças, a saber: nas chamadas "escolas isoladas"[2] (com um único professor e alunos de diferentes idades e níveis de ensino no mesmo espaço), nas escolas reunidas (que não tinham número de alunos suficientes para se tornarem grupos escolares), nas escolas-modelo (criadas pela reforma de 1890) e nos recém-criados grupos escolares[3] (criados em 1893), considerados a expressão máxima do progresso republicano no âmbito educacional. No caso desse estudo, estamos considerando as informações relativas as festas que aconteceram nessas diferentes instituições de ensino, não desconsiderando o caráter paradigmático assumido pelas escolas-modelo e pelos grupos escolares, especialmente no que concerne à organização temporal (calendário e divisão das atividades no dia de aula) e, conseqüentemente, às festividades e comemorações que passaram a integrar o cotidiano das escolas (GALLEGO, 2003).

Para as diferentes instituições existiram distintas orientações, por exemplo, para as chamadas "escolas isoladas" era aceitável a realização de festas menos dispendiosas devido à escassez de recursos de tais escolas. Além dessa distinção, há que se levar em conta as diferenças entre os estabelecimentos localizados na zona urbana e na zona rural (GALLEGO, 2003), que influenciaram na organização dos festejos.

[2] Cabe lembrar que no período delimitado para estudo, em 1908 especificamente, foram criadas as escolas-modelo isoladas com o intuito de uniformizar o trabalho nas escolas isoladas (GALLEGO, 2003).

[3] O modelo da escola graduada como instituição privilegiada para a educação popular difundiu-se em nível mundial no final do século XIX e início do XX. Sua organização caracterizou-se na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores. Os grupos escolares foram implementados em São Paulo sob o signo da modernidade e da inovação educacional, tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica mais complexa do que as escolas isoladas (SOUZA, 1998).

A proposta de investigação histórica aqui desenvolvida pôde ser formulada a partir das transformações ocorridas no âmbito dos estudos historiográficos no decorrer do século XX e que nos permitiram debruçar sobre aspectos tão peculiares da *cultura escolar* com as festas escolares. Se antes existia uma preocupação mais acentuada com a história dos grandes nomes e feitos históricos, a partir do século XX, e principalmente com o movimento da *Escola dos Annales*[4]*,* legitimou-se uma nova forma de realizar pesquisas no âmbito da história. Percebeu-se não somente uma renovação dos métodos, mas também de temas e objetos de estudos, que até o momento foram desconsiderados ou considerados de pouca importância na pesquisa historiográfica, mas que ao serem investigados revelaram-se potencialmente ricos para tratar de questões antes deixadas a cargo de antropólogos e sociólogos. Procurou-se recuperar algumas das indicações relativas ao modo pelo qual os indícios puderam ser expressos para a construção de análises em situações nas quais as informações escasseiam, ou seja, baseada em indícios até então desprezados (GINZBURG, 1990) foi possível revisitar estudos legitimados e elaborar outros inéditos. A história da educação participou desses embates, e é no âmbito dessas discussões teóricas que o nosso trabalho se insere.

O termo *cultura escolar* constituiu-se em um conceito nuclear para o desenvolvimento da investigação acerca das festas e comemorações escolares[5]. Entendeu-se *cultura escolar* segundo a concepção de Dominique Julia (2001, p. 10) como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Por *cultura escolar* é conveniente compreender também as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e outros espaços das escolas, afastando-se das culturas familiares (JULIA, 2001).

As festas escolares expressaram aspectos da *cultura escolar* constituída no período em questão, pois ao mesmo tempo em que a festa era regida por normas, pelo ensinamento de condutas e conhecimentos, era também composta de práticas coordenadas com finalidades educativas. As festas foram compostas de normas e

[4] BURKE, Peter, 1991.

[5] As expressões festa e comemoração são tomadas como sinônimas nessa investigação, já que não existiu nenhuma referência nas fontes selecionadas que nos permitisse perceber diferenças conceituais entre elas de forma a justificar suas distintas denominações para este estudo.

práticas, as normas estabelecidas externamente pelos governantes que determinaram legalmente os dias a serem comemorados e um padrão de festa a ser seguido através de regulamentos e circulares enviados às escolas e internamente pelas instituições de ensino que reelaboraram essas normas e as transformaram em práticas significativas da escola. Cabe destacar que em decorrência das diferentes possibilidades materiais das instituições de ensino, as festas puderam acontecer de forma mais ou menos elaborada, com um dispêndio maior ou menor de recursos e de tempo, como constou nas informações selecionadas dos artigos publicados, nos discursos proferidos nessas ocasiões, nas fotografias publicadas entre outros.

O estudo da *cultura escolar* pode ser realizado, de acordo com Julia (2001), privilegiando-se três eixos, em primeiro lugar *interessar-se pelas normas e finalidades que regem a escola;* já que não existe na história da educação estudo mais tradicional do que o das normas que regem as escolas ou os colégios; em segundo *avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador,* neste tópico faz-se importante estudar como e sobre quais critérios precisos foram recrutados os professores de cada nível escolar, quais são os saberes e o *habitus*[6] requeridos de um futuro professor*;* e por último *interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares.* Para o autor*,* os conteúdos ensinados nas escolas não são nem uma vulgarização, nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da instituição de ensino, o que denota o caráter eminentemente criativo do sistema escolar.

O artigo de André Chervel (1990), *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*, destaca-se pela análise feita sobre as disciplinas escolares como objetos integrantes da cultura específica da escola. Para esse autor, a *cultura escolar* não forma somente os indivíduos que freqüentam as instituições escolares, mas relaciona-se de forma mais ampla com a cultura da sociedade global, da mesma forma que a disciplina escolar não comporta somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades sociais que presidiram a sua constituição e a da escola. A função das disciplinas escolares é a cada momento histórico colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma determinada finalidade educativa. Em outras palavras, "as

[6] O conceito de *habitus* foi desenvolvido por Pierre Bourdieu (1983) e significa um conjunto de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias para a compreensão e explicação do mundo social.

disciplinas são o preço que a sociedade deve pagar à sua cultura para poder transmiti-la no contexto da escola ou do colégio" (CHERVEL, 1990, p. 222).

Julia (2001) desenvolve suas reflexões acerca das mudanças ocorridas nos conteúdos ensinados nas instituições escolares com o decorrer do tempo a partir das investigações levadas a efeito por Chervel (1990). Para o último autor, a *cultura escolar* não forma somente os indivíduos que freqüentam as escolas, mas também penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global e para desenvolver sua hipótese realiza um estudo acerca da história das disciplinas escolares. A escola não reproduz somente os conhecimentos considerados de relevância para determinada sociedade, mas ela é criativa e (re)elabora esses conhecimentos, produzindo uma cultura específica, singular e original, cujos efeitos se estendem sobre essa mesma sociedade e sua cultura. A análise de Chervel (1990) sobre a *cultura escolar* se diferencia da elaborada por Julia (2001) pelas observações que este autor desenvolve acerca das relações estabelecidas entre a *cultura escolar* e a cultura social. Chervel (1990) afirma de forma mais incisiva a originalidade do tema em questão e se interessa especialmente pela construção dos saberes escolares, já Julia (2001) enfatiza as práticas escolares, o que o obriga a distinguir entre uma *cultura escolar* diferenciada para cada nível de ensino (primário e secundário) (FARIA FILHO; VIDAL et al., 2004).

O conceito de *cultura escolar* mostra-se, também, potencialmente fértil para a análise das reformas educativas. Conforme explica Vinão Frago (1996), os reformadores da educação e do currículo possuem a crença messiânica de que é possível uma ruptura completa entre o passado e as novas propostas curriculares ou as reformas educativas. Entretanto, aqueles que tem se dedicado ao estudo das reformas educativas (de organização escolar, currículo) constatam, algumas vezes, o relativo fracasso das mesmas. Esta constatação tem levado à defesa, em alguns casos, das mudanças sem reformas ao invés das reformas sem mudanças, e em outros casos a proposta de estudo da escola como centro de mudança. Para entender porque algumas reformas não conseguem se estabelecer é preciso, segundo o autor, em um primeiro momento, conhecer e analisar a *cultura escolar* antes de qualquer mudança ou inovação, percebendo a diferença existente entre as mentalidades ou as culturas próprias dos gestores, supervisores e reformadores e a dos professores, para que dessa forma, seja possível, recriar uma nova *cultura escolar* dos professores, que modifiquem algumas

das características de sua mentalidade e dos modos de fazer tradicionais. O termo *cultura escolar*, de significado ambíguo e polissêmico, segundo Viñao Frago:

> compreende, en su perspectiva histórica, un conjunto de modos de hacer y pensar de creencias y praticas, de mentalidades y comportamientos sedimentados a lo largo del tiempo y compartidos en el seno de las instituciones educativas, que se transmitem a los nuevos miembros de la comunidade escolar, en especial a los profesores y a los alumnos, y que proporcionan estrategias para integrarse en las mismas, interactuar y llevar a cabo sobre todo en el aula, las tareas cotidianas que de cada uno se esperan, así como, al mismo tiempo, para hacer frente a las exigências y limitaciones que implican o conllevan (VIÑAO FRAGO, 1996, p.23).

A apropriação do termo *cultura escolar* nas pesquisas educacionais é relativamente recente. Foi somente a partir da década de 1970, no âmbito dos debates sobre a crise educacional brasileira, que a cultura da escola foi realmente considerada objeto de investigação. No âmbito dos estudos historiográficos educacionais, há aproximadamente dez anos, a categoria *cultura escolar* vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação de eventos no campo (FARIA FILHO; VIDAL et al., 2004). No Brasil, o artigo de José Mario Pires Azanha (1990-1991), intitulado *Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisa* destacou-se ao propor um estudo da chamada crise educacional a partir de um inventário das práticas escolares, de maneira a realizar um mapeamento cultural da escola, atento à sua constituição histórico-social. Para Azanha (1990-1991), faz-se relevante descrever as "práticas escolares" e seus correlatos: mentalidades, conflitos, hábitos, procedimentos, regulamentações, pois somente o acúmulo dessas análises permitirá compor um quadro compreensível e abrangente da situação escolar, para depois podermos explicá-la e reformulá-la. Azanha (1990-1991) argumenta que é inviável compreender a crise da escola pelos seus "resultados objetivos" sem um esforço preliminar de compreensão da cultura histórica escolar. Esse esforço só será possível através de um amplo conjunto de investigações ("multi e interdisciplinares") capazes de analisar as manifestações culturais que acontecem no ambiente escolar e que se objetivam em determinadas práticas. Somente assim poderíamos chegar a hipóteses significativas sobre a crise educacional na sua dimensão histórico-social.

Vidal (2005) apresenta em seu livro **Culturas escolares – Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)** as diferentes relações que podem ser estabelecidas entre os conceitos de

cultura escolar engendrados pelos autores acima citados, demonstrando como eles contribuíram para disseminar a concepção de *cultura escolar* como categoria de análise utilizada nos estudos historiográficos. De acordo com Vidal (2005), a idéia de *cultura escolar* desenvolvida por André Chervel (1990) destaca-se pela ênfase dada à originalidade da mesma, como uma cultura que ao mesmo tempo influencia e sofre influências da cultura geral mais ampla, mas que se configura de forma autônoma no interior das instituições escolares. Para o estudo da cultura engendrada no interior das escolas faz-se necessário, conforme explica Julia (2001), abandonar a ênfase excessiva dadas às normas e regras que organizam estas instituições e elaborar análises mais detidas sobre o funcionamento cotidiano interno das instituições de ensino, das práticas de ensino, desvendando, assim, a "caixa preta" escolar (FARIA FILHO; VIDAL et al., 2004). Já para Viñao Frago (1996), a *cultura escolar* recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias, existindo tantas acepções de *cultura escolar* quantas forem as instituições de ensino. Enquanto Dominique Julia compreende duas culturas escolares (a primária e a secundária), Viñao Frago (1996) estende o conceito a todas e a cada uma das instituições escolares. A categoria *cultura escolar* é tomada por Viñao Frago (1996) como resistência às mudanças, e uma das responsáveis pelo fracasso das reformas de ensino, devido, principalmente, à diferença entre a cultura dos professores e a cultura dos reformadores.

É importante ter em mente as diferentes elaborações sobre o conceito *cultura escolar* para pensarmos a questão das festas escolares. Assim como as disciplinas, as festas são recriadas em diferentes momentos no contexto escolar. As normas, leis e regulamentos sobre as comemorações, por exemplo, são apropriados de diferentes formas e transformados em práticas distintas pelos atores escolares: pelo diretor, que quer uma bela festa para "sua escola" ser notícia nos principais jornais da região; para os inspetores, que muitas vezes contestam o potencial educativo da festa e por outro lado a concebem como o atestado do bom desempenho escolar; pelos professores que vêem a festa como mais uma tarefa a ser cumprida dentre tantas após a reforma; pelos alunos, que percebem na festa um momento de reconhecimento social e entre seus pares; pela sociedade, que em geral fica empolgada com os festejos escolares e sofre a influência do seu potencial educativo.

Os trabalhos que tomam a *cultura escolar* como categoria de interpretação partem de diversas áreas disciplinares que compõem a pedagogia, como a psicologia da educação, a sociologia da educação, a filosofia da educação e a didática, traduzindo em modos próprios formas de lidar com o arsenal teórico, de assegurar procedimentos de validação das pesquisas e de legitimação das análises. Essas pesquisas têm permitido "desnaturalizar" a escola e empreender estudos sobre o processo de sua emergência enquanto instituição de socialização nos tempos modernos. Tal perspectiva traz como imperativo pensar a relação da escola com outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente a família, a Igreja e o mundo do trabalho, conforme assinala Chervel (1990) (FARIA FILHO; VIDAL et al., 2004).

Além disso, a análise desse objeto relativamente novo de investigação tem se beneficiado da utilização de fontes de estudo antes desprovidas de legitimidade, objetos antes considerados sem importância, que ganham novo estatuto nessa perspectiva. Como exemplo, podemos identificar os materiais de alunos e professores para estudo da escrita, da ortografia, da gramática; dos periódicos educacionais para estudo dos saberes profissionais docentes e dos debates educacionais em voga; das fotografias para estudo das práticas escolares, tais como aulas de exercícios físicos e as festas escolares.

Para Julia (2001), além de buscar novas fontes, convém aos historiadores recontextualizar as fontes das quais dispõem, estar consciente de que a "grande inércia" que se apreende em nível global pode estar acompanhada de modificações muito pequenas que insensivelmente transformam o interior do sistema; convém ainda não deixar se enganar inteiramente pelas fontes mais normativas que lemos, acreditando que essas retratam de forma fidedigna os objetos de estudo. Desse modo, as práticas escolares são reconstituídas não somente através das políticas e dos programas educacionais, mas também e, principalmente, através de cadernos, programas oficiais ou artigos em periódicos.

Como objetos de uma cultura específica da escola, que se modificam de acordo com as épocas e as finalidades sociais, políticas, religiosas e de socialização, as festas também se transformaram e foram representadas pelos dirigentes de ensino e apropriadas pelos professores, alunos e sociedade em geral de diferentes formas no decorrer do período em estudo. Neste sentido, os conceitos de *representação* e de *apropriação* engendrados por Roger Chartier (1990) podem ser muito úteis para pensar que nem sempre o significado dado para determinadas festas pelos seus criadores serão

os mesmos sentidos apropriados pelos professores e alunos, tampouco pela sociedade, que participava de forma passiva das festividades, assim como acontece com as diferentes representações disseminadas pelas distintas solenidades. Para Chartier (1990), as representações concebidas como modos de interpretar e entender a realidade, apesar de aspirarem à universalidade, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, elas estão sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

O autor explora a noção de representação a partir dos significados atribuídos ao termo no Antigo Regime, já que essa ocupava um lugar central nessas sociedades. As definições antigas manifestaram a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. As festas escolares não puderam ser pensadas de forma separada das representações de escola, aluno, professor, sociedade, população, pátria e cidadãos que elas procuraram disseminar. As escolhas das datas a serem comemoradas pelos dirigentes e as formas pelas quais essas deveriam ser comemoradas dizem muito a respeito do projeto social e político que a escola deveria assumir naquele contexto sócio-histórico, ou seja, da representação de escola que precisaria ser construída e disseminada.

Por outro lado, não se pode esquecer que a representação de algo, apesar de todo o esforço de universalização, pode ser apropriada de forma distinta pelos diferentes indivíduos (CHARTIER, 1990). A forma como os professores conceberam tal solenidade era diferente da forma como os idealizadores a pensaram, que por sua vez, era diferente da forma como os alunos a conceberam. Para os professores, as festas poderiam ser mais uma atribuição, dentre tantas, engendradas com o advento dos grupos escolares e a constituição de um sistema estatal de ensino, já para os alunos, e neste caso, os depoimentos forma mais escassos e pouco divulgados nos periódicos de ensino, a festa poderia ser um dia que se comemorava a ruptura do calendário escolar representado por lições, sabatinas, cobranças, exames, provas, e um dia em que se poderia ser mais livre, expressar-se mais livremente e de forma diversa daquela exigida diariamente no cotidiano escolar. Era um momento no qual o aluno cantava, recitava, jogava ao ar livre, confraternizava-se com outros colegas de outras escolas em piqueniques, passeios, passeatas, podia se expressar lingüisticamente, fisicamente e também emocionalmente.

Já para o diretor escolar era um momento para demonstrar o bom andamento da instituição de ensino sob sua responsabilidade e para os inspetores escolares o momento de comprovar o progresso do ensino nas escolas. De acordo com Chartier (1990):

> A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1990, p.26).

As formas pelas quais as festas escolares foram apropriadas não puderam ser demoradamente desenvolvidas, mas apenas indicadas nesta dissertação devido aos próprios limites impostos pela fonte de estudo escolhida, os periódicos de ensino, que poucas vezes trouxeram em suas páginas descrições e análises das comemorações escolares desenvolvidas por pessoas não especialistas em educação, como por exemplo, os pais de alunos e os próprios estudantes. A organização, editoração e publicação desse material, geralmente, ficava a cargo de um grupo de professores, que ocupava posição de destaque na sociedade da época. Pode-se dizer, desse modo, que as informações acerca das festividades veiculadas nas páginas das revistas de ensino demonstraram uma visão que se queria oficial sobre tais acontecimentos, explorando a potencialidade dos festejos para a disseminação de representações ideais de escola, sociedade, professor, aluno, entre outras.

Considerando todas essas limitações e possibilidades do estudo acerca das festas escolares, esta dissertação de mestrado visa a colaborar com as discussões já consagradas acerca da *cultura escolar* ao examinar um dos seus vários elementos, no caso as festas e comemorações realizadas nesse âmbito, tendo a compreensão de que não é possível examinar cada elemento de forma isolada sem reconhecer as relações mais amplas entre as festas escolares e o mundo social, ou as festas escolares e outros elementos constituintes da cultura da escola, como o tempo escolar (GALLEGO, 2003), o currículo escolar (BITTENCOURT, 1988), os materiais e métodos didáticos (CARVALHO, 1998), a profissão docente (CATANI, 1989), para citar alguns exemplos. No caso das festas, suas relações com o mundo social foram utilizadas como instrumentos da política educacional oficial, que pretendeu reorganizar o sistema de ensino e disseminar as normas e valores associados ao regime republicano instaurado em 1889. Ao mesmo tempo em que demonstraram quais valores deviam ser cultivados e trabalhados, não só nas instituições escolares, mas também por toda a população que

acompanhava tais eventos, as festas e comemorações escolares contribuíram na consolidação de um modelo de escola que se consagrou na sociedade brasileira, sendo que sua finalidade fundamental permanece até os dias atuais, conforme salienta Souza (2000), configurando uma *cultura escolar* que permitiu que a "escola ganhasse maior visibilidade social e reforçasse sentidos culturais compartilhados" (SOUZA, 2000, p.178).

As informações localizadas acerca das festas escolares nos periódicos educacionais e nos relatórios dos inspetores de ensino foram organizadas em algumas categorias para análise. A primeira categoria diz respeito às festas cívicas escolares, que eram as mesmas festas comemoradas na sociedade republicana, mas organizada de acordo com todo um ritual escolar, como por exemplo, com a apresentação de poemas, versos, hinos, estórias, exercícios físicos pelos alunos. A segunda categoria se refere às festas que comemoraram as instituições escolares e buscaram dar visibilidade para as mesmas, marcando o seu ciclo de vida, foram as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, com técnicas festivas semelhantes às festas cívicas, mas que se diferenciaram destas pelos conteúdos dos discursos proferidos. Por último, identificaram-se as festas das árvores e das aves, que almejaram despertar nos alunos o interesse pela natureza como representante máxima da pátria brasileira. A maior parte das informações foram selecionadas nas seções dedicadas às notícias dos periódicos, nestas seções eram noticiadas os principais acontecimentos do âmbito educacional, inclusive a transcrição de notas publicadas nos principais jornais da época.

A trajetória da investigação sobre as festas

A proposta de investigação histórica acerca das festas escolares articula-se aos empreendimentos realizados no âmbito de projetos anteriores, desenvolvidos em nível de Iniciação Científica. O primeiro, intitulado *Práticas da vida escolar: o uso dos uniformes nas instituições de ensino (1890-1960)*, foi desenvolvido por mim e outra bolsista (Katiene Nogueira da Silva) no período entre 2001 e 2003, com o apoio financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo). Na ocasião, o objetivo foi investigar a configuração das práticas associadas ao uso dos uniformes pelos alunos, compreendendo sua função no tempo e na história das

instituições escolares. Uma das considerações formuladas acerca dessa investigação foi que o uso dos uniformes não era recorrente nas escolas públicas paulistas no primeiro período republicano, sendo ainda pouco disseminado nas produções educacionais da época, principalmente nos periódicos de ensino e na legislação educacional. Entretanto, percebeu-se que em algumas ocasiões festivas os alunos eram fotografados utilizando os uniformes escolares. Foi desta constatação que se originou um segundo projeto de iniciação científica, desenvolvido no decorrer do ano de 2003, intitulado *Festas escolares: imagens da Primeira República (1890-1930)*, também financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), o qual influenciou de forma mais direta e incisiva a presente investigação.

A realização dessas pesquisas de Iniciação Científica contribuiu de forma inequívoca para o desenvolvimento dessa dissertação de Mestrado, à medida que permitiram pensar com maior propriedade o objeto de estudo, elaborar as questões norteadoras da investigação, bem como escolher os autores que fundamentaram teoricamente a pesquisa acerca das festas escolares. A escrita da dissertação também se beneficiou da participação em seminários, congressos, palestras, discussões realizadas nas disciplinas cursadas e principalmente dos trabalhos desenvolvidos e apresentados em congressos da área Educacional em parcerias com Rita de Cássia Gallego e Márcia Regina Cardoso Schaeffner. Dessas parcerias, que não poderiam deixar de ser mencionadas, resultaram trabalhos muito férteis que me ajudaram a compreender meu objeto sob outros pontos de vista e referenciais teóricos, dentre estes se destacam os trabalhos elaborados por mim e por Rita de Cassia Gallego: "Tempos de comemorar: dos modos de festejar nas escolas primárias paulistas e a questão da identidade dos professores (1890-1930)", apresentado no VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, "A integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas: uma discussão sobre seus sentidos", apresentado no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006 e "Engendrar tempos e identidades: as festas no calendário escolar e suas implicações para a organização do trabalho dos professores (1890-1930)" apresentado no Congresso Brasileiro de História da Educação, todos realizados em 2006. E o trabalho final de curso "Apostolado, Civismo e Ciência: discursos veiculados na Revista de Ensino (1902-1918)", elaborado para a disciplina *Memória e História da Profissão Docente*, ministrada pela Profa. Dra. Denice Barbara Catani e apresentado por mim e por Márcia

Regina Cardoso Schaeffner na *III Semana de Educação – Educação é cultura, cultura é educação?*

*

* *

As reflexões acerca das festas escolares estão organizadas na presente dissertação, intitulada *Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930),* em três capítulos. No primeiro capítulo, denominado **AS FESTAS COMO OBJETOS DE ESTUDO**, apresenta-se, em um primeiro momento, as principais discussões teóricas acerca do tema festas realizadas em diferentes áreas de conhecimento como a antropologia, a sociologia, a etnologia, a história e a história da educação, identificando as principais contribuições dessas áreas para a reflexão sobre as festas realizadas no âmbito das instituições de ensino no contexto de constituição de um sistema público e estatal de ensino.

O objetivo é delimitar o objeto de estudo em questão e mostrar o lugar da dissertação na área de História da Educação. Além disso, este capítulo é dedicado à explicitação dos modos de produção de uma história das festas escolares, a escolha dos periódicos de ensino, as potencialidades e limites das fontes selecionadas para a investigação proposta, bem como os procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados.

No segundo capítulo, **AS FESTAS ESCOLARES, SEUS APRENDIZADOS E SEUS SENTIDOS**, discute-se a festa escolar de forma mais abrangente, como uma das principais práticas da *cultura escolar*, destacando suas diferentes funções sociais, políticas e escolares. O objetivo é evidenciar além das diferentes finalidades associadas às ocasiões festivas, os modos pelos quais foram elaborados os saberes docentes e discentes associados às festas, os diferentes sentidos atribuídos pelos distintos atores escolares para tal acontecimento, bem como essas ocasiões contribuíram para a constituição da profissão e da identidade docente no período delimitado.

A inserção das datas festivas nas leis e regulamentos demandou investimento dos professores para trabalharem com este novo componente do ensino, transformando sua prática pedagógica, sua visão da profissão e os conhecimentos transmitidos aos alunos, bem como as atividades dos estudantes. Além de influenciarem diretamente o

trabalho educativo desenvolvido nas escolas públicas, as festas escolares, concebidas como um dos aspectos constitutivos da *cultura da escola*, influenciaram e foram influenciadas pelas relações estabelecidas com o mundo social, sendo objeto de interferências políticas, econômicas e escolares, transformando as práticas educacionais e tendo seus sentidos modificados por essas.

O último capítulo, **A ESCOLA E SEUS FESTEJOS: UMA TIPOLOGIA DOS EVENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO LETIVO**, apresenta e analisa as principais comemorações escolares realizadas nas escolas públicas primárias paulistas, utilizando-se para isso as notícias, artigos, fotografias e informações publicadas nos periódicos de ensino da época: *A Eschola Publica* (1895-1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar* (1925-1927) e *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926). As principais comemorações analisadas neste capítulo foram: as festas cívicas e suas principais contribuições para a formação do cidadão republicano; as festas que representaram o ciclo de vida escolar e celebraram o modelo de escola: inaugurações, aniversários e encerramentos dos anos letivos e, por fim as festas que representaram a natureza: as festas das árvores e das aves, que possuíam como principal objetivo incitar nos alunos e demais participantes das festas o sentimento de amor e respeito pela natureza e pela pátria representada nela.

Por último, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** são assinaladas algumas questões sobre as festas escolares vislumbradas no decorrer do trabalho, bem como são retomadas as principais contribuições e os limites do estudo, além disso, são indicadas outras propostas potenciais de investigações futuras.

CAPÍTULO 1: AS FESTAS COMO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo é dedicado a apresentação das principais discussões teóricas acerca do tema festas realizadas em diferentes áreas de conhecimento. Para isso, foram selecionados trabalhos significativos de áreas como a antropologia, a sociologia, a etnologia, identificando as principais contribuições dessas áreas para a reflexão sobre as festas realizadas no âmbito das instituições de ensino. Essa seleção de pesquisas acerca das festas foi feita de forma mais detida no âmbito da história e da história da educação, visando mostrar o lugar ocupado por esta dissertação no conjunto de estudos sobre as festas escolares. As comemorações foram objetos de estudo privilegiados em diferentes campos de investigação e puderam ser reconhecidas e legitimadas no âmbito historiográfico a partir do movimento dos *Annales* no século XX, que buscou em um primeiro momento uma renovação dos temas de pesquisa no âmbito historiográfico, para depois engendrar metodologias mais apropriadas à investigação dessas questões inéditas. Os modos de produção dessa dissertação também serão discutidos neste capítulo, assim como as potencialidades e limites das fontes e, por fim, o processo de coleta e sistematização das informações localizadas nesse *corpus*.

1.1) Das festas em geral

O tema *festas* foi objeto de inúmeros estudos em diferentes áreas de conhecimento como a antropologia, sociologia e etnologia, entretanto, quando se restringe esta busca ao âmbito historiográfico essas investigações tornaram-se escassas, principalmente no âmbito da história da educação. Por esse motivo, recorremos às investigações realizadas em outros campos para cotejar definições e reflexões sobre o tema das festas, realizando assim, um dos aspectos previstos para a renovação dos estudos historiográficos: a interdisciplinaridade[7].

[7] BURKE, Peter, 1992.

A expansão do universo do historiador representada pela busca de novos objetos e novas fontes, especialmente após o movimento dos *Annales* caracterizado pela contestação dos métodos da história tradicional, de acordo com Peter Burke (1992), implica em um diálogo crescente da história com as outras disciplinas, o que contribui de maneira significativa para o aprimoramento das pesquisas historiográficas e encoraja métodos mais rigorosos e padrões mais profissionais de investigação.

No âmbito dos estudos historiográficos educacionais, uma nova atitude de investigação, segundo António Nóvoa (1993), deve basear-se no abandono de hábitos antigos como, por exemplo, a demarcação de territórios. A afirmação da História da Educação deve realizar-se na interação com outras disciplinas e domínios de saber, experimentando assim como conheceu a sua geradora, a história social e a cultural, novos objetos, novas fontes e novas metodologias. Deixa-se de lado a "antiga" história baseada nos grandes nomes e feitos educacionais, na evolução do sistema educativo e das idéias pedagógicas, para se buscar uma história mais relacionada ao cotidiano escolar, às práticas e às *culturas escolares.*

> É importante que os investigadores – em História da Educação, também – alarguem a sua gama conceptual e metodológica, sentindo-se libertos para recorrerem aos meios e aos materiais mais pertinentes para a dilucidação dos seus problemas (NÓVOA, 1993, p.17).

No caso das festas, elas só se tornam objeto dos estudos históricos[8] devido à dupla instigação do folclore e da etnologia conforme explicita Ozouf em seu texto "A festa: sob a Revolução Francesa", publicado em 1976. De acordo com Ozouf (1976), a história tem tradicionalmente se preocupado mais com os esforços e trabalhos dos homens do que com seus divertimentos e diversões. A incorporação desse novo objeto no campo dos estudos historiográficos não se dá, no entanto, sem equívocos: o primeiro seria o vínculo que a festa mantém com o tempo - existe uma dupla abertura do presente da festa para o passado e para o futuro. Não existe festa sem reminiscência, sem repetição do passado (freqüentemente anual), por outro lado, a festa também oferece um prenúncio do futuro, nos aproximando dele.

---

[8] Exemplos significativos da produção historiográfica sobre o tema festas podem ser encontrados no livro organizado István Jancsó e Íris Kantor intitulado **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa** (2001), que apresenta os textos discutidos por ocasião do Seminário Internacional Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, realizado em 1999 na Universidade de São Paulo.

A primeira tentação e possível erro é acreditar que a festa contém uma repetição consciente de si própria, na verdade é uma repetição mais no sentido que Freud desenvolve: “um esforço cego para dominar o choque perturbador sem que esse, precisamente, possa ser situado, datado, desarraigado do presente visível e enfim governado” (OZOUF, 1976, p.217). A outra tentação seria a de tomar como tal o ensaio de futuro que, associado à repetição do passado, a festa conteria.

A antecipação do futuro presente na festa pertence bem mais ao imaginário, à projeção de um desejo comum ou coletivo do que à verdadeira antecipação da realidade. Por esse motivo, segundo Ozouf (1976), não se pode pensar em pedir a algumas festas uma consciência do que ela prepara, o tempo anunciado por ela, não é o tempo da história. Por outro lado, as festas da Revolução Francesa, tratadas pela autora no seu estudo, almejaram anunciar um novo tempo histórico, garantir, na realidade, a esperança ou a ilusão de uma sociedade não repressiva, em que seria abolida toda a ruptura entre a vida cotidiana e as festas, além de ensinar a Revolução àqueles que não a conheceram diretamente. Sobre as festas revolucionárias, a autora se pronuncia da seguinte forma:

> A circunstância decide a festa, a improvisação a completa. Não se pode apreender nela nenhum projeto filosófico global, nem sentir nenhuma necessidade coletiva; mas somente a urgência, sempre ansiosa, de assegurar a defesa nacional (...) Quantos sejam os propósitos políticos, tantas são as festas (OZOUF, 1976, p.220).

Na França, as festas estavam na dependência direta do acontecimento revolucionário. Apesar das suas diferenças, as festas relacionadas à Revolução Francesa, de acordo com Ozouf (1976), apresentaram um mesmo cerimonial, inspirado na religião católica. O ritual se assemelhou ao ritual católico na incorporação de hinos, passeatas, exortações, além disso, a semelhança existente entre as próprias festas da revolução buscou garantir a autenticidade das mesmas e a sua promessa de unanimidade. Existiu em comum nessas festas a mesma vontade de substituir o culto católico por um culto novo, capaz de oferecer aos indivíduos a mesma satisfação do ritual religioso. A cerimônia patriótica apresentou-se, assim, como uma transposição da cerimônia católica. A autora, ao citar Durkheim, explica que a revolução instituiu as festas para manter em um estado de perpétua juventude os princípios nos quais a revolução se inspirou.

As festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida, tornando-se “uma imensa empreitada de retificação” (OZOUF,

1976, p. 230). A festa pode ser concebida, assim, como uma máquina que pronta para ser montada e desmontada é capaz de servir a diferentes causas (OZOUF, 1976). Entretanto, a total compreensão das festas não pode ser elaborada a partir dos próprios homens da Revolução que as utilizaram para seu propósito. Existiram diferenças entre a compreensão que os organizadores tiveram da festa e a dos espectadores, que se viram, muitas vezes, obrigados a decifrar apressadamente todo um simbolismo em movimento nas ruas francesas durante as comemorações.

Considerando as diferenças entre as funções "oficiais" das festas e os diferentes "usos" que os indivíduos delas fazem, Mary Del Priori (2000) elaborou seu estudo sobre as festas na sociedade colonial brasileira, buscando apresentar não só as formas pelas quais as festas foram descritas nos documentos oficiais, mas também outras funções implícitas das festas, elucidando o que a autora denominou de a "festa de cabeça para baixo"[9]. A festa, de acordo com Del Priori (2000), pode ser concebida como expressão teatral de uma organização social, de um fato político, religioso ou simbólico. No período colonial brasileiro, a festa foi uma forma de demonstrar quem detinha o poder, que no caso era dividido entre a Igreja e o Estado. Em outras palavras, a principal função da festa, naquele contexto, foi afirmar a perenidade das instituições de poder.

A presença do Estado português nas cerimônias públicas da Colônia almejou marcar a sua assiduidade no território e construir as relações entre os diversos grupos sociais e a própria metrópole. Na Colônia, bispos, governadores-gerais e vice-reis foram homenageados em grandes ritos, assim como as datas importantes da vida dos governantes (casamentos, nascimentos e mortes) em um ritual que destacou o reconhecimento do poder real e da burocracia que o representou na Colônia. Já as festas religiosas, que aconteceram durante todo o período estudado por Del Priori (2000), tiveram sua importância potencializada após o Concílio de Trento, que confirmou o investimento catequético e pastoral das festas. Para isso, foram elaboradas várias publicações especializadas de maneira a orientar o clero na organização e realização das festas do calendário eclesiástico (DEL PRIORI, 2000).

As instituições de poder, no período colonial brasileiro, buscaram normatizar as festas e através delas a população brasileira. Ela foi o meio pelo qual se tentou impor

[9] Uma análise antropológica das festas no período colonial pode ser encontrada em MAGALHÃES, 2002. Neste estudo, a autora analisa o lugar e o significado da festa na vida social do período colonial brasileiro, comparando dois tipos de festas: a *Festa do Divino* e a *Festa do Despotismo*.

regras e normas às comunidades. As leis e regras, segundo a autora, buscaram esvaziar a função catártica da festa e dar um significado único para cada evento. No entanto, contra todas as regras que a Igreja e o Estado tentaram impor, as celebrações esboçaram um trajeto feito de múltiplas funções: a festa podia servir como um "exutório para suportar as árduas condições de vida das classes subalternas na Colônia" (DEL PRIORI, 2000, p. 90); momento no qual os grupos sociais podiam exaltar suas posições e valores, seus privilégios e poderes, demonstrando nas festas públicas seu lugar na cidade e na sociedade política e, ocasiões para as revanches e reivindicações dos vários grupos que compunham a sociedade.

Além disso, a incorporação das festas oficiais pelas culturas indígena e negra, permitiu que essas culturas se fecundassem mutuamente, fazendo circular de uma para a outra novos símbolos e produtos culturais. Os índios, negros, mulatos e brancos manipularam as brechas do ritual da festa e as impregnaram de representações de sua cultura específica, transformando as comemorações religiosas em oportunidade para recriar seus mitos, sua musicalidade, sua dança, sua maneira de vestir-se e aí reproduzir suas hierarquias tribais, aristocráticas e religiosas.

> Se por um lado observam-se as instituições tentando dar uma única função à festa, por outro vamos perceber o povo dela se apropriando de maneira peculiar. A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização (DEL PRIORI, 2000, p.105).

A compreensão da organização de determinadas sociedades, especialmente a brasileira, através da análise de festa, concebida como expressão da complexidade dos vínculos sociais, foi indicada no trabalho realizado no âmbito antropológico por Lea Perez (2002), intitulado "Antropologia das efervescências coletivas". Neste texto, a autora se propõe a resgatar a idéia de festa tratando-a como forma lúdica de socialização e como um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva. Para esta análise, a autora escolhe como objeto empírico de reflexão a festa do Divino Espírito Santo e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Porto Alegre (RS) no século XIX.

Segundo Perez (2002), a festa não é só boa para dela se participar, mas também para pensá-la, pensar os fundamentos do vínculo coletivo, enfim, o que faz a sociedade. A festa é, antes de tudo, um ato coletivo, extra-ordinário, extra-temporal e extra-lógico. A festa instaura e constitui um outro mundo, uma outra forma de experienciar a vida

social, marcada pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos e das emoções – com um forte acento hedonista e agonístico – e, mesmo, em grande medida, pelo não social" (PEREZ, 2002, p.19). No Brasil, a festa configura-se como um "potente mecanismo de operação de ligações" (PEREZ, 2002, p.35). Não importa se a festa é religiosa ou profana, o que vale é que ela é o espaço privilegiado de reunião das diferenças, e é espaço de figurações sociais, de assembléia coletiva e de sociabilidade.

Nos âmbitos antropológico e sociológico são recorrentes os estudos sobre festas das diferentes religiões, como a católica, o candomblé, a umbanda, ou ainda as festas realizadas pelas escolas de samba, as festas efetuadas pelo povo como forma de resistência, enfim, os rituais festivos em diferentes contextos sociais e históricos, festas cívicas e políticas, entre outras. Os estudos acerca das festas religiosas apresentam uma concepção de festa como um momento extremo de fé, no qual os indivíduos têm a oportunidade de romper com o seu cotidiano para receber vida nova e força interior. A festa é ruptura com o cotidiano, ela dá força ao dia-a-dia e alimenta a espiritualidade. A sua mística torna-se verdadeira a partir do momento no qual nela se recebe alimento para a caminhada nos dias cinzentos e nas segundas-feiras de trabalho. É o que resta ao pobre na sua expressão de fé para celebrar a vida. As religiões fazem festas que reproduzem as manifestações do Espírito Santo na natureza e na história, celebra-se as mudanças de estações, principalmente a primavera e o ano novo do plantio, e assim por diante (BARROS, 2002). É possível identificar traços comuns entre as religiões e as festas, como por exemplo, a existência de uma coletividade celebrante, a unanimidade, a independência com respeito aos indivíduos, a coerção e a manutenção da lembrança (DURKHEIM *apud* OZOUF, 1976, p.222-223).

Ao analisar as festas nas culturas e religiões populares, especialmente na religião católica, Barros (2002) aponta algumas dificuldades para a realização dessas nas sociedades capitalistas, especialmente para as camadas pobres, que possuem poucos recursos para sobreviver. O povo tem dificuldades para manter as festas tradicionais por alguns motivos, a saber: 1) as festas vividas no mundo rural têm dificuldades para se adaptar ao contexto urbano da periferia; 2) a perda do tempo gratuito e inteiro numa economia de produção e num mundo secularizado; 3) as festas passam a ser patrocinadas por pessoas de mais posses com interesses eleitoreiros ou para manter o controle social da população; 4) muda-se o espírito da festa, que antes era comunitário e hoje serve a poucos. No mundo capitalista, as festas populares não foram feitas para dar

lucro, por este motivo todos os países diminuíram seus feriados, criaram comissões internacionais com o objetivo de unificar as datas festivas fazendo com que elas deixassem de ser comemoradas em dias úteis para não prejudicar o mercado. No Brasil, a própria hierarquia católica adaptou-se a essa mentalidade e organizou o calendário litúrgico de modo que certas festas fossem adiadas para o domingo seguinte. É a própria base da festa (ruptura do cotidiano) que foi atacada e desvalorizada.

> Todas as religiões ligam o culto à festa. A fé é o ato de amor e o amor se expressa na alegria do encontro com a pessoa amada. A festa é como um êxtase de amor. Toda verdadeira festa tem algo de místico porque celebra a vida (BARROS, 2002, p.64).

Para Barros (2002), as festas religiosas realizadas pelo povo constituem momentos de expressão de resistência e profecia. Ela possibilita ao povo oprimido se organizar e, mesmo em circunstâncias de escravidão e de vida terrível, encontrar forças de resistência e de expressão da sua dignidade humana, aproximando-se desta forma também das festas realizadas pela cultura indígena ou negra.

A festa nas religiões afro-brasileiras, composta, como propõe Berkenbrock (2002), de uma mescla[10] entre elementos religiosos que sobreviveram, apesar das condições adversas de vida dos escravos africanos, cristãos, indígenas e espíritas, é compreendida como ritual religioso, ou seja, encontros periódicos que se fazem entre os grupos afro-brasileiros onde há sacrifícios, rituais (podendo ou não haver incorporação) e principalmente a dança. Ela não é apenas um acontecimento social, ritual, comunitário e cíclico, com sua função inclusive organizativa para as comunidades, mas aponta para algo maior, está ligada a um significado superior ao que aparece, ela é o ápice de proximidade entre o humano e o sagrado. Esse é um dos fundamentos da festa religiosa, segundo Berkenbrock (2002), ela se faz por causa do encontro, ela está no centro da verdade religiosa, nela o esperado acontece, o professado não é mais a fé, é realidade. Através da festa transforma-se em verdade aquilo que a religião propõe, "é a festa que faz a religião" (BERKENBROCK, 2002, p.218).

[10] Mesclas que posteriormente se institucionalizaram, mas não de modo centralizado, dessa forma, temos a mesma denominação para grupos com organização e práticas um tanto diferenciadas dependendo da região do país. Macumba, Umbanda, Candomblé, Xangô, Casa de Mina e Batuque são denominações que se tornaram cada vez mais disseminadas e foram sendo assumidas como os nomes para as institucionalizações de tradições religiosas advindas da África.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o ritmo do ano nas comunidades afro-brasileiras é organizado pelas festas. É a partir do calendário das festas que se organiza o ano de atividades nos terreiros, elas são os esteios de referência para a organização do tempo, a partir do ponto de vista religioso. O ciclo de festas dá forma ao ano. A fixação do calendário com as datas festivas, que diferem de terreiro para terreiro, tem como origem a combinação do calendário africano e do calendário cristão católico. Além disso, cada festa em si possui seu calendário próprio. Algumas festas da Umbanda e do Candomblé saíram dos ambientes dos terreiros para ganhar o grande público, tornando-se parte do folclore brasileiro, entre as mais conhecidas pode-se citar a Festa de São Cosme e Damião, a lavagem do Bonfim, a passagem de ano, bem como as festas conhecidas e praticadas mais regionalmente, como o reisado ou a congada (BERKENBROCK, 2002).

As festas religiosas e o folclore popular também se constituíram objetos do estudo de Carlos Rodrigues Brandão no livro intitulado **O Divino, O Santo e A Senhora** (1978), considerado uma referência para os estudos acerca de festas no âmbito sociológico. Nesse livro, o autor explica a importância da compreensão do fato folclórico como algo maior do que um folguedo popular, pois por detrás dele, estão vivos e presentes os modos mais simbolicamente profundos através dos quais as pessoas procuram estabelecer formas rituais de comunicação entre si e com os seus deuses e santos. "Está também presente aí uma das formas que a sociedade encontra para reescrever e traduzir, através da festa e do folguedo, o peso de sua ordem e também o de suas contradições" (BRANDÃO, 1978, p.10). A análise do fato folclórico deve procurar realizar a leitura de seus rituais e redescobrir nos modos como o povo se organiza para cultuar os seus padroeiros os sinais de sua própria identidade.

> A rede de relações entre participantes da Festa transporta para um campo de atuações simbólicas uma estrutura de modos de participação igual à da sociedade, aquela que ela organiza para produzir os seus bens e reproduzir as relações entre seus produtores sociais (BRANDÃO, 1978, p.60).

Um dos aspectos mais curiosos no estudo de um fenômeno folclórico, segundo este autor, são as tensões entre seu núcleo de tradições e os segmentos de modificações; as tensões entre categorias de agentes envolvidos e, finalmente, os significados da festa ou do folguedo, como uma situação ritual de reprodução simbólica de relações sociais.

Nesse estudo, o autor pretendeu descrever e analisar as articulações e ideologias da Festa do Divino Espírito Santo, realizada pela população considerada abastada de Pirenópolis, e as Festas do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito, realizadas pela população menos privilegiada desta mesma localidade, para isso realizou um trabalho de campo durante os dias de festa entre os anos de 1973 e 1975, valendo-se principalmente das entrevistas com a população local (BRANDÃO, 1978).

A importância assinalada por Brandão (1978) acerca dos estudos das festas sociais e religiosas como elementos constitutivos da identidade de uma determinada sociedade também pode ser vislumbrada no trabalho de Roberto DaMatta (1990), que procura discutir os caminhos que tornaram a sociedade brasileira diferente e única a partir da análise crítica do mundo cotidiano, ao lado do estudo das grandes formas de congraçamento, em especial o Carnaval. Ao proceder seu estudo acerca dos **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**, o autor apresenta uma concepção de festa como momento em que o tempo fica suspenso, o mundo pode ser reconstruído e a liberdade de expressão do homem pode ser vivida plenamente.

> Essas praças e adros, dados pelos Carnavais, pelas procissões e pelas malandragens, zonas onde o tempo fica suspenso e uma nova rotina deve ser repetida ou inovada, onde os problemas são esquecidos ou enfrentados; pois aqui – suspenso entre a rotina automática e a festa que reconstrói o mundo (DAMATTA, 1990, p.15-16).

O domínio do ritual, presente na festa de Carnaval, é apresentado como uma região privilegiada para se penetrar no "coração cultural" de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores. O ritual constitui-se um domínio privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene ou mesmo eterno. O rito nos coloca um problema de contrastes, "daí a necessidade absoluta de estudar o mundo social tomando como ponto de partida as relações entre seus momentos mais importantes: o mundo cotidiano e as festas; a rotina e o ritual; a vida e o sonho; a personagem real e o paradigma" (DAMATTA, 1990, p.31).

O mundo dos rituais é relativo ao que ocorre no cotidiano, é só pode ser definido por meio de uma dialética entre o cotidiano e o extraordinário, e estando numa situação extraordinária, ele se constitui pela abertura desse mundo especial para a coletividade. "Não há sociedade sem uma idéia de um mundo extraordinário, onde habitam deuses e onde, em geral, a vida transcorre num plano de plenitude, abastança e

liberdade" (DAMATTA, 1990, p.33). O carnaval é o rito privilegiado por DaMatta (1990) neste trabalho, e ele está junto daquelas instituições perpétuas que nos permitem sentir (mais do que abstratamente conceber) nossa própria continuidade enquanto grupo, nossa identidade enquanto nação. É no carnaval, que nós, brasileiros,

> deixamos de lado nossa sociedade hierarquizada e repressiva, e ensaiamos viver com mais liberdade e individualidade. Essa é, para mim, a dramatização que permite englobar numa só teoria, não só os conflitos de classe (que são compensados e abrandados no Carnaval), como também a invenção de um momento especial que, guarda com o cotidiano brasileiro uma relação altamente significativa e politicamente carregada (DAMATTA, 1990, p.34).

A associação efetuada entre determinados tipos de festas ou comportamentos festivos à identidade de uma determinada população precisa ser melhor discutida neste momento. Rita Amaral (1998), ao tratar de algumas festas tipicamente brasileiras como a Oktoberfest de Blumenau, da Nossa Senhora da Achiropita e de Peão de Boiadeiros de Barretos no Estado de São Paulo, a festa de São João e do Boi-Bumba de Parintins, as festas do Divino Espírito Santo e o Círio de Nazaré em Belém do Pará, explica que a relação estabelecida entre o caráter do brasileiro e a festa aponta para a concepção precipitada de uma certa alienação, uma certa displicência e tendência ao descaso com a lei e a ordem do povo brasileiro. Mas, ao tratar dessas festas é preciso destacar que elas se dão de formas e com fundamentos diferentes para os vários grupos que a realizam, constituindo um forte elemento do modo de vida do brasileiro.

A hipótese aventada pela autora, neste trabalho, é de que as festas ocupam um espaço privilegiado da nossa cultura adquirindo significados particulares, "tendo sido, desde o período colonial, um fator constitutivo de relações e modos de ação e comportamento, ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro" (AMARAL, 1998, p.07). Nas festas, são traduzidas muitas experiências da população, além de expectativas de futuro e imagens sociais. "Ela é capaz de, conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam" (AMARAL, 1998, p.07-08). Além disso, constitui-se um modo de se resolver, no plano simbólico, algumas das contradições da vida social, podendo até mesmo, ser considerada uma dimensão de aprendizado da cidadania e apropriação de sua história por parte do povo, contrariando a idéia de alienação que a envolve.

A segunda hipótese de Amaral (1998) diz respeito à análise das potencialidades da festa brasileira resultantes da sua produção constante e das práticas que a mesma ensaia. A festa, longe de ser um fenômeno de distanciamento da realidade, é uma forma de estabelecer a mediação entre a utopia e a ação transformadora, "pois através da vontade de realização da festa muitos grupos se organizam, em nível local, chegando até mesmo a crescer política e economicamente, mesmo que em modo local" (AMARAL, 1998, p.08). A festa passa, dessa forma, de uma organização primária à uma instituição oficial. A terceira hipótese é a de que as festas vêm se tornando um excelente negócio através do forte apelo turístico que lhe é peculiar.

Nas festas, de uma forma geral, a ordem vigente tanto pode ser reproduzida como invertida, dependendo do grau de poder que o povo detém em tais situações. Por estar inserida numa lógica sócio-cultural, a festa é o momento de expressão de carências, aspirações e disputas pelo poder. Essas tensões produzem novas sínteses de sentido, capazes de reinterpretar os símbolos já utilizados nas festas. Tais sínteses de sentido não são puras, mas se apresentam continuamente ameaçadas e contaminadas, e se constroem na medida em que o povo reconhece e assume a contradição social. Percebe-se, neste sentido, uma contradição nas festas populares, que ora pode legitimar a ordem dominante, ora pode promover a reorganização social a partir dos dominados (RIBEIRO JÚNIOR, 1982).

O potencial pedagógico implícito e não-formal das festas do povo, de acordo com Ribeiro Júnior (1982), estaria na (re)elaboração efetuada das suas vivências, história, utopia, opressão, de forma tão ou mais competente que outras agências que usam métodos mais formalizados, como por exemplo, a escola. Enfim, nas festas, o arbitrário cultural dominante é avaliado, ridicularizado e pode até mesmo ser invertido. "A festa será uma ação pedagógica tanto mais tradicional quanto mais conseguir manifestar, recuperar, sintetizar um capital cultural que faz parte do repertório de experiências do povo" (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p.43). Convém assinalar também que,

> A festa é uma forma ritual, tradicional, de inculcação dos princípios pedagógicos elaborados pela cultura do povo e que formam um 'habitus-de-ser-povo'. Este é reforçado através de uma pedagogia implícita que mais vive do que tematiza seus princípios. A festa é uma verdadeira ação pedagógica, que integra sanções, autoridade e um modo específico de inculcação (RIBEIRO JUNIOR, 1982, p.43).

A ação pedagógica da festa popular pode ser evidenciada de duas formas: 1. Pode ser uma festa-para-o-povo, em que este comparece como multidão, sendo-lhe reservado um papel passivo; "Nessas ocasiões sua cultura é pasteurizada, são pinçados apenas elementos exóticos" (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43). 2. Pode ser uma festa-do-povo, na qual o povo é dono de sua festa e nela expressa livremente trabalhando sua condição de oprimido e vislumbrando "possibilidades de uma vida que ainda não existe" (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p.43). Nas festas ocorridas nas instituições escolares percebe-se que a festa é *para* a população, já que ela participa passivamente como observadora do ritual e *da* população, a partir do momento que ela apreende ativamente os sentidos e significados atribuídos a cada ocasião festiva.

1.2) *Das festas escolares*

No caso das festas escolares, o caráter pedagógico pode ser evidenciado desde a escolha das datas a figurarem nos calendários escolares, os conteúdos escolares presentes nos programas das comemorações, até as formas de agir e de se comportar na solenidade. A festa a partir do seu tema e ritual ensina o que deve ser valorizado num determinado contexto, e as formas pelas quais esse objetivo pode tornar-se possível. O potencial pedagógico das festas escolares relaciona-se às duas concepções de festa pedagógica formulada por Ribeiro Junior (1982). Ao mesmo tempo em que os alunos, professores e população em geral em alguns momentos assumem uma atitude passiva no ritual festivo, deles dependem o sucesso ou o fracasso do mesmo. Os professores e alunos participam ativamente da festa, executando para a população presente o programa previamente estabelecido e ensaiado.

No âmbito dos estudos relacionados à história da educação, destacam-se alguns trabalhos relacionados ao nosso objeto de pesquisa produzidos no período em questão (1890-1930) e outros produzidos posteriormente que tratam da mesma questão e também de como a educação era apresentada em alguns eventos festivos. Outros estudos ainda usam as festas como uma ilustração para o desenvolvimento de outro tema. O interesse por objetos da *cultura escolar* é relativamente recente no âmbito da historiografia educacional, que tinha uma preocupação voltada para a narrativa dos grandes nomes e feitos educacionais, na evolução do sistema educativo e das idéias

pedagógicas, e passa a buscar uma história mais relacionada ao cotidiano escolar, as práticas e culturas escolares.

Os primeiros trabalhos que merecem ser analisados são aqueles produzidos no próprio período em questão, a saber: o trabalho de Assis Cintra, intitulado **Alma Brasileira** (s/d); de Carlos A. Gomes Cardim, cujo título é **As comemorações cívicas e As Festas Escolares** (1916); de Francisco Oliveira Junior (s/d), **Festas Escolares** e de Antonio Pedro Wolff que organizou a obra acerca das **Festas escolares: coletâneas de poesias, monólogos, diálogos, hinos, etc, para as comemorações cívicas de todas as datas nacionais. Primeiro Volume: Tiradentes – 21 de abril**, datada de 1918.

As obras de Carlos Cardim, Francisco Oliveira Júnior e António Pedro Wolff buscaram, além de confirmar a importância das festas no âmbito escolar, apresentar pequenos textos, poesias, poemas a serem recitados por alunos nas datas comemorativas. Já Assis Cintra extrapolou as ambições de seus contemporâneos e expôs as origens das datas que se tornaram importantes com o advento da República. Para esse autor, as festas poderiam ser compreendidas como elementos representativos dos avanços alcançados por um país: "Os países civilizados despertam na alma do povo, através das festas e comemorações, a nobreza de três grandes sentimentos: o amor da Pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade", além disso, "é o conjunto comemorativo que ensina ao povo a santa trindade das civilizações modernas: Pátria, Paz e Liberdade" (CINTRA, s.d, p.06). Esses livros apresentam de forma bastante prescritiva como as festas deveriam ser comemoradas e como os temas das festas precisariam ser trabalhados, através, principalmente da transcrição de poemas, hinos, pequenas peças teatrais, exemplos de escolas a serem seguidos, além de constituírem-se um material representativo do tipo de publicação que circulou nesse momento histórico.

Em trabalhos recentes, observamos o tema festas escolares ser tratado de maneira secundária em pesquisas que possuíam outras questões como objeto. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho de Rosa Fátima de Souza, intitulado **Templos de civilização** (1998), no qual a autora ao tratar, no âmbito dos estudos acerca da história da educação, do surgimento e consolidação dos grupos escolares nas primeiras décadas republicanas, apresenta as festas que eram realizadas nestes estabelecimentos e as funções que elas assumiram neste momento importante para a constituição de um sistema único de ensino.

Outro estudo historiográfico que merece ser destacado foi o realizado por Rita de Cássia Gallego, **Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)**. A pesquisa apresentada pela autora teve como objetivo investigar o processo de construção da "arquitetura temporal" das escolas públicas primárias paulistas no período de 1890-1929, esta representada por aspectos do calendário escolar, como data de matrícula, início e fim das aulas, períodos de exames, horários de entradas e de saídas, feriados e festas, e por elementos que ordenavam as atividades pedagógicas expressas nos quadros de horários a serem seguidos na organização das atividades dos professores e alunos: a divisão da semana e do dia de aula, as matérias e o tempo a ser dedicado ao ensino de cada uma delas, a hierarquia entre as matérias, o tempo de descanso, a importância da pontualidade, da ordem e da disciplina, buscando apreender as permanências, rupturas e ressignificações presentes no período determinado. O trabalho de Gallego (2003) destaca-se pela identificação e sistematização dos festejos ocorridos nas instituições escolares, como elementos constitutivos do calendário escolar.

As festas além de elucidarem outros objetos de investigações, podem constituir fonte privilegiada de análise. Tal é o esforço empreendido por Thais Nívia de Lima e Fonseca (2002), que analisa a circulação da imagem de Tiradentes na escola primária brasileira através de textos e imagens presentes nos livros didáticos de História, bem como em trabalhos escolares e nas festas cívicas escolares, no período entre o final do século XIX até a década de 60 do século XX. De acordo com Fonseca (2002), os republicanos, a partir de 1889, operam uma inversão significativa na abordagem dada a Inconfidência Mineira, elevando-a à condição de movimento símbolo da luta republicana.

O estudo acerca das festas escolares não pode ser realizado sem a discussão do que significou neste momento a constituição do sistema público de ensino paulista, principalmente com a criação dos grupos escolares (SOUZA, 1998), e da organização dos calendários específicos para as escolas (GALLEGO, 2003) e dentro destas das datas comemorativas. A educação neste contexto sócio-histórico teve seu papel hiperdimensionado. Ela foi concebida como a mais poderosa "arma" para a concretizar o progresso e o desenvolvimento econômico, político do país, constituindo-se o signo de instauração da nova ordem social e política, o sinal da diferença que se pretendia instaurar entre o Império e a República (CARVALHO, 1989).

Para o governo republicano, educar o povo era um dever e um interesse, pois só seria independente o indivíduo que tivesse o espírito culto e livre, sendo que a educação garantiria essa posse da liberdade, essencial para a existência da República. Fazia-se importante desenvolver na criança o hábito de refletir antes de enunciar, a ciência de aproveitar o tempo e o amor ao trabalho. Para formar os novos cidadãos, o ensino deveria ser completo, inteiro em todos os conhecimentos indispensáveis à vida, enciclopédico, já que o viver na sociedade envolvia contingências de toda sorte de noções científicas. Além das disciplinas escolares, as escolas seriam responsáveis pelo ensinamento de regras específicas aos alunos e não presentes no âmbito familiar e social (DUSSEL, 2000). Os conhecimentos científicos ministrados na escola deveriam ser a base da educação, já a educação cívica deveria garantir a unidade política do país inculcando em todas as crianças idéias e sentimentos necessários à própria existência da nacionalidade (CARVALHO, 1989).

Apesar da constante busca pela diferenciação, a República recebe do Império uma herança caracterizada pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação formavam categorias inseparáveis capazes de realizar a redenção do país[11]. Nagle (1978) identifica três momentos distintos para o estudo da educação na Primeira República. O momento inicial estaria circunscrito à primeira década republicana, último decênio do século XIX, no qual prevaleceu uma vigorosa discussão a propósito das questões educacionais que já vinham, em parte, se configurando no período Imperial.

A respeito da movimentação educacional no século XIX, Faria Filho (2003) contradiz a idéia de que o período imperial foi um momento de esquecimento da educação. Durante algum tempo, principalmente pelas obras publicadas pelos educadores da época, foi comum atribuir ao período imperial uma importância menor com relação às questões educacionais, concebendo esse momento como a "idade das trevas", que deveria ser superada principalmente através da instrução de todos os cidadãos. Mas, os estudos recentes a respeito da educação brasileira no século XIX, têm demonstrado que havia, em várias Províncias, uma intensa discussão acerca da

[11] Como exemplo de continuidade entre a educação imperial e a educação republicana, podemos citar o fato de que Constituição de 1891, considerada a primeira constituição republicana, reitera a forma de distribuição das responsabilidades educacionais presentes no Ato Adicional de 1834, segundo a qual compete a União fixar os padrões da escola secundária e superior, e aos Estados as escolas primárias e técnico-profissionais (NAGLE, 1978).

necessidade de escolarização da população, especialmente das chamadas "camadas inferiores". Questões como a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres eram amplamente debatidas e intensa também foi a atividade das Assembléias Provinciais na elaboração do ordenamento legal da educação escolar (FARIA FILHO, 2003, p.135).

Para Faria Filho (2003), o estudo do processo de escolarização ao longo do período imperial impõe a relativização do papel e do lugar do Estado, e talvez por este motivo tenha sido considerado um período de menor importância para o estudo da escolarização brasileira. Sua presença era muito pequena e pulverizada, e considerada, algumas vezes, perniciosa no ramo da instrução. Além disso, as províncias possuíam poucos recursos para serem investidos no setor educacional e obtinham ainda pífios resultados neste âmbito. Neste período, uma das primeiras tentativas do Estado Imperial de legislar sobre o tema educação pode ser evidenciada na criação das "escolas de primeiras letras", este modelo escolar deveria generalizar-se para as "classes inferiores da sociedade", cuja principal tarefa era ensinar os rudimentos do saber ler, escrever e contar, não se imaginando uma relação entre este nível de ensino e outros níveis de instrução: o secundário e o superior.

Assim como o momento posterior à Proclamação da República (1889), os anos seguintes à Independência (1822) também foram muito férteis para o desenvolvimento do debate sobre o problema da instrução. Observou-se a publicação de livros, matérias de jornais, elaboração e publicação de textos legais mostrando o interesse das elites pelo tema. Todas essas publicações e debates eram permeados pelo ideário civilizatório iluminista – idéia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso a um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias. "O teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as 'classes inferiores', aproximando-as das elites cultas dirigentes" (FARIA FILHO, 2003, p. 140). Além disso, a instrução foi considerada importante para o estabelecimento do Império das leis - instituição de um arcabouço jurídico-institucional de sustentação legal do Estado imperial. "O Estado Imperial brasileiro e as províncias do Império, sobretudo a partir do Ato Adicional de 1834, foram pródigos em estabelecer leis referentes à instrução pública" (FARIA FILHO, 2003, p. 137) A normatização legal constituiu-se numa das principais formas de intervenção do Estado no serviço de instrução e a outra pode ser atribuída à discussão sobre o melhor método de ensinar.

A Lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei brasileira cujo objetivo era organizar o ensino, indicou o método mútuo como o mais profícuo para o ensino nas escolas de primeiras letras. As discussões sobre o método mútuo, ao incidirem sobre a organização da classe, a necessidade de espaços e materiais adequados para a instrução, a necessidade de formação de professores e ao estabelecerem o tempo e a questão econômica como elementos basilares do processo de escolarização acabaram por contribuir, de acordo com Faria Filho (2003) para a afirmação inicial da especificidade da escola e da instrução escolar. Ao final dos anos 30 do século XIX, o método mútuo deu lugar em diversas províncias ao método misto (individual e mútuo) para mais tarde cedeu lugar ao método simultâneo, que permitiu a organização de classes mais homogêneas, a ação do professor sobre vários alunos, a otimização do tempo escolar e a organização dos conteúdos em diversos níveis. A discussão sobre os métodos baseada nas formas de organização da classe sofreu uma importante inflexão a partir de 1870, com a divulgação e apropriação das idéias e experiências inspiradas na produção do educador suíço Pestalozzi, que passou a discutir diretamente as relações pedagógicas de ensino e aprendizagem, baseado na atenção dada pela escola aos ritmos de aprendizagem dos alunos.

As discussões sobre a legislação que deveria reger o ensino e as propostas dos métodos mais adequados para se ensinar demonstram que o período Imperial não ficou tão alheio como dizem os republicanos e alguns estudiosos do período quanto às questões de ensino. A República herda a discussão sobre a importância da instrução para a constituição de uma nação homogênea e civilizada, bem como para o desenvolvimento econômico e social do país, sendo que o contexto republicano diferenciou-se do imperial por apresentar uma economia mais propícia para o desenvolvimento, aprimoramento e implementação das propostas educacionais formuladas em outros tempos.

Já no último decênio do século XIX, primeira década republicana, os esforços para a constituição de uma política nacional de educação e a construção de um sistema oficial de ensino foram traduzidos nas reformas empreendidas por Benjamin Constant (1890) no âmbito da escola secundária e outra, sob a direção de Caetano de Campos (1892), na área da escola primária e normal. Este contexto será considerado o "período áureo" da educação brasileira pelos educadores que atuaram nas décadas que se seguiram (CATANI, 1989), prova de sua importância foi que em abril de 1904 foi

celebrado o Dia da Instrução pela **Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**, com o objetivo de homenagear os grandes reformadores do ensino paulista, especialmente Cesário Motta, considerado a "alma da reforma do ensino público" (*Revista de Ensino*, junho de 1904, p. 159-162). Este dia foi comemorado com grande entusiasmo pelos dirigentes educacionais e alunos e alunas das escolas isoladas, grupos escolares, escola modelo e complementares, que conduziram faixas e *bouquets* de flores até o cemitério, no qual estavam enterrados os beneméritos do ensino.

> É uma nova data, que ora se inclui entre as muitas outras consagradas aos grandes feitos da história pátria ou às nobres idéias da humanidade (...) E, procurando instituí-la, a 'Associação do Professorado Público' teve em vista reservar no ano um dia destinado a recordação do período áureo, com que se iniciou o novo regime em São Paulo, isto é, da época das grandes reformas no ensino público paulista (*Revista de Ensino*, junho de 1904, p.159).

O período compreendido entre 1900 e 1915 foi concebido pelos educadores da época e por estudiosos do contexto um momento de clima desalentador de poucas discussões a respeito da educação brasileira no Estado de São Paulo (NAGLE, 1978). A relativização desta idéia pode ser vislumbrada no trabalho de Denice Barbara Catani (1989), **Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**, no qual a autora ao reconstruir o ciclo de vida da *Revista de Ensino* e as realizações da primeira associação de professores do Estado de São Paulo, evidencia que este período foi decisivo e de suma importância para a organização e delimitação do campo educacional enquanto espaço legítimo para o debate das questões relativas ao ensino.

No que concerne às questões relacionadas às festas e comemorações, também não se segue essa periodização, durante todo o contexto histórico em questão as festas foram noticiadas nos principais periódicos educacionais. Dessa forma, caberia relativizar o peso do regime político para o estudo das festas escolares, embora para o caso deste objeto seja notável o número de comemorações dedicadas às datas cívicas, a relação que estas estabeleceram com os propósitos republicanos e a imposição destas datas nos calendários escolares.

Os debates e discussões vigorosos sobre as questões educacionais foram retomados de forma sistemática e mais visível somente a partir de 1915, ainda segundo interpretações de alguns historiadores. O período iniciado em 1915 foi denominado de *entusiasmo pela educação* (NAGLE, 1978), caracterizado por um movimento de

recuperação do fervor ideológico acerca das questões educacionais característico do final do Império e da primeira década republicana.

Novos planos, idéias e soluções eram oferecidos com base em alguns ideais escolanovistas. A educação, principalmente a escola popular (primária), era apresentada como a base da organização social e a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos e políticos, o "remédio" contra o perigo interno ao Brasil, caracterizado pela quebra da unidade. O *entusiasmo pela educação* foi responsável, nos anos 1920, pelas freqüentes reformas na escola brasileira. Foi nesse momento também que cresceu o grupo de profissionais interessados no problema educacional, multiplicaram-se as obras relacionadas ao tema educacional, foram criadas as primeiras universidades brasileiras, e cresceram em número os congressos, inquéritos e conferências. Além disso, foi neste contexto, que a administração escolar e os usos de instrumentos de planejamento, como os recenseamentos escolares, foram reorganizados nos Estados brasileiros. Na opinião de Nagle (1978),

> A percepção "romântica" dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta numa superestimação do processo educacional: regenerador do homem, ele é, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade (NAGLE, 1978, p.263).

O *entusiasmo pela educação* foi seguido pelo *otimismo pedagógico*, terceiro momento identificado por Jorge Nagle (1978), caracterizado pela crença nas virtudes dos novos modelos educacionais. Enquanto o *entusiasmo pela educação* se manifestava pela alteração de um ou outro aspecto do processo educacional e pelo esforço em difundir a escola existente, o *otimismo* previa a substituição de um modelo educacional por outro. A forma mais acabada de *otimismo pedagógico* pôde ser evidenciado em 1927, quando se processou a introdução sistemática das idéias da Escola Nova, simultaneamente à sua aplicação nas escolas primárias e normais em vários Estados brasileiros. Cabe destacar que a interpretação sobre o contexto histórico aqui apresentada e levada a efeito a partir das considerações de Jorge Nagle (1978) limita-se ao Estado de São Paulo no período entre 1890 a 1930.

> O entusiasmo pela educação caracterizar-se-ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O otimismo pedagógico manteria do entusiasmo, a crença no poder da educação, não de qualquer tipo de educação, enfatizando a

> importância da nova pedagogia na formação do homem novo (CARVALHO, 1989, p. 47-48).

A relação entre o movimento descrito por Nagle (1978) e as festas escolares não pode ser percebido de forma explícita, apesar das mudanças de sentidos atribuídos às comemorações escolares relacionados às diferentes funções[12] que as festas assumiram no decorrer do período. O princípio de dar visibilidade ao sistema escolar e a suas realizações permaneceu o mesmo, independente de qual debate educacional ou modelo escolar estivesse em voga. No caso do estudo acerca das festas, privilegiaram-se as datas políticas de início e término da República pelas próprias questões que este trabalho se propõe a discutir, dando especial destaque ao lugar social atribuído as festas escolares no momento de constituição do sistema oficial de ensino e suas possíveis relações com o ideário republicano. As festas puderam contribuir com a República a partir do momento em que foram consideradas ocasiões privilegiadas para a concretização do ensino cívico, não só para a população escolar, mas também para pais e professores que acompanhavam tais eventos.

A educação foi objeto privilegiado de festas reunindo vários países, no caso as Exposições Internacionais, realizadas no período entre 1862 – 1922. Estas exposições, de acordo com Moysés Kuhlmann Jr. (2001), prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcou desde materiais didáticos a métodos pedagógicos para diferentes instituições de ensino, da creche ao ensino superior. A educação como símbolo de modernidade apareceu pela primeira vez na Exposição de 1854 que aconteceu na Inglaterra, mas foi em 1862 que o tema passou a ganhar maior destaque. O Brasil incorporou as questões educacionais em sua preparação para a Exposição de 1867 solicitando às províncias que enviassem informações sobre a legislação escolar, preceitos e sistemas de educação, material escolar e instituições de ensino; educação especial para cegos, surdos mudos, idiotas e loucos; ensino das ciências naturais e físicas; educação industrial de arte e ofícios, bibliotecas estatísticas e relatórios.

Segundo Kuhlmann (2001), na Exposição Pedagógica (1883), as salas dos colégios particulares brasileiros apresentaram os materiais mais modernos semelhantes

[12] Para Carla Simone Chamon (2002), deve-se cuidar para não tomar a festa cívica como algo meramente funcional. A função que ela possui em determinado contexto é importante, mas não é tudo. Além de todos os componentes da festa, tais como diversão, controle, resistência, ela é marcada pelo onírico e faz parte da tentativa de criar um sentido para o viver humano.

aos que estavam sendo utilizados nos países europeus, demonstrando sua capacidade de acompanhar o grande desenvolvimento que ocorria no mundo europeu e norte-americano com relação ao ensino, tanto nos aspectos materiais como nas propostas metodológicas. Nas questões formuladas para o Congresso e nos motes das conferências, "havia muitas referências ao ensino primário público e à educação popular. Mas as medidas para o ensino superior e secundário eram o foco privilegiado, beneficiando as elites enquanto quase nada se fazia para o conjunto da população" (KUHLMANN, 2001, p.107). O Brasil se fazia representar nestas Exposições através de trabalhos de agulha, bordados e flores de penas, livros de ensino feitos por alunos de nossas escolas, bem como os desenhos enviados pelo Liceu de Artes e Ofícios, álbuns, manuais do Instituto dos Meninos Cegos, e a coleção fotográfica dos nossos edifícios de educação. Além disso, alguns uniformes da marinha e do exército figuraram na galeria dos vestuários históricos.

A proposta de investigação desta dissertação de mestrado diferencia-se do trabalho realizado por Kuhlmann (2002), a partir do momento no qual escolhe para objeto de análise as festas realizadas no âmbito interno das instituições de ensino, ou seja, aquelas realizadas nas escolas e pelas escolas, organizadas pelos diretores de ensino, pelos professores e pelos alunos e não pelos órgãos administrativos centrais como foram as Exposições Internacionais discutidas por Kuhlmann (2002). As festas nas instituições escolares visaram à reunião de pessoas em caráter formal para a comemoração de alguma data cívica importante para o calendário escolar, realizaram homenagens a pessoas públicas e personagens históricos, previram também momentos de recreação como músicas, hinos e apresentações físicas e teatrais, representaram um dia de descanso das atividades escolares, mas não por isso estiveram isentas de caráter educativo, como veremos mais adiante.

Uma significativa produção sobre o tema festas escolares pôde ser observada no último Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação realizado entre 17 e 20 de abril 2006 em Uberlândia. Os trabalhos que foram e estão sendo desenvolvidos sobre festas escolares são: "Festas escolares em Belo Horizonte: corpos cívicos e religiosos (primeira metade do século XX)" por Maria Aparecida de Souza Gerken, no qual a autora objetiva investigar qual o lugar ocupado pelas festas dentro das práticas educacionais constitutivas do processo de formação dos alunos, nas escolas de Belo Horizonte na primeira metade do século XX, para isto utiliza como fontes os impressos,

os jornais das cidades, a iconografia, os relatórios de inspetores e de diretoras e diretores. Segundo a autora, as festas foram introduzidas nos programas das escolas para perseguir o ideal de nação civilizada e de identidade nacional.

No âmbito de instituições escolares específicas, o trabalho de Celeida Maria Costa de Souza e Silva, "Festas escolares e cultura cívica em Mato Grosso do Sul (1977-1998)" busca investigar as festas escolares e a cultura cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa, localizado em Corumbá, Mato Grosso do Sul, bem como a construção da memória histórica produzida junto e para as instituições escolares, através das práticas comemorativas ou de eventos aos "heróis nacionais e regionais". Para a autora, não podemos analisar a organização das festas escolares e de culto cívico nas instituições escolares como um processo "natural e inocente", "desinteressado e imparcial", uma vez que é concebida para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processos de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e de idéias. Por este motivo, é preciso sempre relacionar o objeto de estudo e o contexto histórico.

Já no estudo "Festas e marchas do Lyceu Paraybano: vivas para a cidade", Carlos Augusto de Amorim Cardoso almeja compreender o processo de construção da vida urbana tendo como referência o calendário das festas escolares do Lyceu Paraybano nos anos de 1913-1914. As festas, de acordo com o autor, contribuíram para a disciplinarização do espaço escolar e da cidade, além de representar um importante aspecto da iniciação dos educandos com a formação para a modernidade. A investigação constou de coleta de artigos e reportagens do Jornal *A União* e de documentos oficiais (atas, relatório, leis, etc.).

As festas cívicas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho foram discutidas por Aline Choucair Vaz, em seu trabalho "Práticas escolares e festividades cívicas em Minas Gerais (1937-1945)". Neste estudo, é discutido o papel dessas festas cívicas na educação escolar durante o período estadonovista (1937-1945) em Minas Gerais, e suas contribuições para a transformação e legitimação de práticas escolares inscritas em um universo cultural específico e ao mesmo tempo influenciado pelas medidas educacionais oficiais. As fontes utilizadas foram os relatos orais, os jornais, as cartilhas e os manuais de leitura. A apresentação desses trabalhos demonstra que o tema festas escolares vem recebendo maior atenção e adquirindo legitimidade no âmbito dos estudos de história da

educação, demonstrando, além disso, a potencialidade do objeto para estudo de questões relativas não só à escola, mas ao contexto social e político.

1.3) *Os modos de produção de um estudo sobre as festas escolares*

A investigação acerca dos modos de comemorar e celebrar as datas festivas no âmbito das escolas públicas paulistas foi baseado especialmente no estudo das notícias apresentadas sobre a questão nos periódicos educacionais, buscando apreender além das formas como tais acontecimentos aconteciam e eram relatados na imprensa circulante, os indícios da apropriação da festa pelos professores, diretores, pais e alunos e sua presença na cultura da escola pública. Os periódicos selecionados foram: *A Eschola Publica* (1893-1897), *Revista de Ensino* (1902-1918), *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926) e *Revista Escolar* (1925-1927), dando especial atenção aos artigos relacionados às festas escolares e às fotografias de alunos e/ou professores publicadas por ocasião desses festejos.

A utilização dos periódicos educacionais como fonte de estudo para objetos relacionados à educação se faz importante, pois além de constituírem-se um excelente observatório das questões educacionais, capazes de identificarem a multiplicidade do campo educativo, através deles pode-se perceber as vozes, os projetos, os anseios e as realidades dos diversos atores, bem como as formas pelas quais os anseios republicanos para o sistema educacional repercutiram no âmbito escolar, enfim:

> A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível *macro* do sistema mas também no plano *micro* da experiência concreta, que exprime desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma outra cultura pedagógica (NÓVOA, 1997, p.11).

A criação e manutenção de periódicos de ensino são consideradas formas específicas do processo de organização do campo educacional, entendido como o espaço que inclui a vida e os interesses de grupos profissionais, a elaboração e difusão de trabalhos capazes de estabelecer formas legítimas de tratamento para as questões de ensino, as instituições escolares e os mecanismos capazes de manter o campo

delimitado e em atividade (CATANI, 2003). De acordo com Carvalho (1998), estes impressos devem ser analisados como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e de seus usos, além de "suporte material de práticas pedagógicas na sala de aula ..." (CARVALHO, 1998, p.35). A seguir faz-se relevante apresentar uma breve descrição dos periódicos selecionados para esta investigação, para posteriormente nos determos nos procedimentos referentes à coleta, sistematização e análise dos dados:

- ***A Eschola Publica* (1893-1897)**

A Eschola Publica surgiu em 1893 e foi um dos principais periódicos especializados em educação editados em São Paulo no primeiro período republicano. Inicialmente, o periódico foi organizado pelo grupo de professores Oscar Thompson, Joaquim de Sant`Ana e A. R. Alves Pereira, que o mantinham com os seus investimentos particulares. Por este motivo, *A Eschola Publica* enfrentou inúmeras dificuldades, sendo sua publicação interrompida em 1894 e reativada somente em 1896, graças ao auxílio do Estado dos Negócios do Interior. Os artigos sobre as festas escolares foram localizados, principalmente, na seção "Boletim", que depois se transformou em "Noticiário", responsáveis pela apresentação de notícias sobre as festas que aconteciam nas escolas públicas paulistas.

- ***Revista de Ensino* (1902-1918)**

Em abril de 1902 a **Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo** iniciou a publicação da *Revista de Ensino*. O periódico foi um importante veículo divulgador, pois através dele pôde-se testemunhar os esforços da **Associação** para concretizar suas propostas iniciais: "defesa do grupo profissional, o aprimoramento intelectual, a prestação de serviços de saúde e a assistência financeira em caso de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, além da assistência jurídica" (CATANI, 1989, p.44). A *Revista de Ensino* desde seu primeiro exemplar comprometeu-se com os interesses da instrução e com os direitos do professorado. De modo abrangente, a *Revista* apresentou discussões sobre questões gerais as quais, no seu parecer, o professorado não podia estar alheio, estabelecendo um debate sobre a elaboração das

leis, fornecimento de material e orientação ao trabalho dos professores, informação e divulgação de críticas sobre obras didáticas, além de defesa dos direitos do professorado.

As críticas agudas à atuação do governo e à situação da educação pública em São Paulo veiculadas pelo periódico em 1904 fizeram com que a *Revista* perdesse o apoio inicial do Estado e deixasse de ser impressa pela Tipografia do Diário Oficial em 1905 (CATANI, 1994). A *Revista de Ensino* circulou até 1918. Nesse periódico, as informações sobre as comemorações escolares foram selecionadas das seguintes seções: "Pedagogia Prática", "Noticiário", "Questões Gerais", "Diversos", "Literatura Infantil", "Variedades", "Notas", "Em classe e para classe", "Divagações" e "Os nossos edifícios escolares".

- ***Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926)**

Os **Anuários do Ensino do Estado de São Paulo** circularam de 1907 a 1937[13] e constituíram uma fonte de pesquisa muito fértil, uma vez que trouxeram relatórios dos inspetores escolares da época com observações peculiares (CATANI, 1989). A partir dos **Anuários** pôde-se ainda perceber o que era exigência do Estado para a educação, quais eram as reformas e as determinações estabelecidas através de leis e regulamentos e a avaliação dos seus resultados feitas pelo governo (CATANI e LIMA, 1997, p.168). Ele ofereceu numerosas informações a respeito do sistema de ensino paulista apresentando uma grande quantidade de dados estatísticos com o principal objetivo de divulgar os progressos alcançados em matéria de ensino (CATANI, 1994).

A publicação veiculou ainda várias listagens relativas às escolas isoladas e grupos escolares de municípios do interior, e diversas relações contendo nomes de funcionários que atuaram em cada estabelecimento e nomes de professores com as respectivas disciplinas que lecionaram. Além dos dados estatísticos, encontrou-se nessa publicação relatórios de Inspetores e Diretores Gerais do Ensino, enviados anualmente ao Secretário dos Negócios do Interior, nos quais foram feitos comentários a respeito do progresso do ensino, seus problemas, os métodos de ensino empregados e os resultados práticos alcançados. A publicação e circulação destas informações no campo

[13] Apesar desse periódico ter circulado até 1937, nesse estudo restringimos sua análise até a data de 1926.

educacional almejaram dar visibilidade ao sistema de ensino sob a lógica da Diretoria da Instrução Pública, "celebrando" os feitos do governo na área educacional (CATANI, 1994).

- ***Revista Escolar* (1925-1927)**

A *Revista Escolar* foi um periódico mensal, publicado entre janeiro de 1925 a setembro de 1927, pela **Diretoria Geral da Instrução Publica do Estado de São Paulo**, ao todo foram editados 33 números. Este periódico foi oficializado pela Lei 2182-B de 29 de dezembro de 1926, que também definiu o seu corpo editorial. A partir dessa data a *Revista* passou a receber verbas próprias, o que não acontecia anteriormente. Sendo a *Revista* um órgão da **Diretoria Geral** podemos inferir que ela tinha a mesma orientação da Reforma de 1925, que foi elaborada pela Diretoria sem a participação dos professores, e por esse motivo teve sua publicação criticada por alguns. Na *Revista Escolar*, os artigos sobre festas eram apresentados nas seções: "Pelas Escolas", "Literatura Infantil", "Notícias" e "Questões Gerais".

O processo de coleta de dados analisados na presente investigação deu-se da seguinte forma: num primeiro momento foram lidos todos os exemplares dos periódicos selecionados, procurando indícios do tema festas escolares, em um segundo momento os artigos referentes à temática foram selecionados, lidos e resumidos, para depois serem sistematizados em categorias de análise. A pesquisa foi realizada em importantes acervos da cidade de São Paulo, como a biblioteca municipal "Mário de Andrade", o "Arquivo do Estado de São Paulo", a biblioteca da "Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo", o "Centro do Professorado Paulista" e a "Pontifícia Universidade Católica de São Paulo".

Ao proceder ao levantamento, análise e sistematização de tais fontes foram localizadas 74 referências sobre festas escolares nos periódicos e anuários educacionais, e mais de 30 fotografias contidas neste *corpus*. A distribuição dos artigos nos periódicos de ensino foi a seguinte: *A Eschola Publica* (1893-1897), 13 artigos; *Revista de Ensino* (1902-1918), periódico de mais longa duração no período em questão, 32 artigos; *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1922), 13 artigos; *Revista Escolar* (1925-1927), 16 artigos (Tabela 1). Todos os artigos foram sistematizados e distribuídos

em categorias de análise, a saber: as comemorações que objetivavam a disseminação de conteúdos escolares, como as festas das árvores e das aves; os festejos que visavam celebrar a instituição escolar, tais como as festas de inauguração, encerramento do ano letivo e formaturas e por fim aquelas que se relacionavam de forma mais direta com os ideais republicanos: as festas cívicas (Festa da Bandeira, Sete de Setembro, entre outras datas instituídas ou ressignificadas a partir da Proclamação da República).

O periódico representativo dos primeiros anos do Período Republicano foi *A Eschola Publica*, através dela foi possível perceber os primeiros significados dados às festas realizadas no âmbito escolar. Para as décadas posteriores, a análise dos artigos da *Revista de Ensino* e dos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* deram conta de demonstrar o movimento destes acontecimentos e os diferentes sentidos que as festas adquiriram para os distintos órgãos que subsidiaram tais periódicos, respectivamente a **Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo** e a **Diretoria Geral da Instrução Publica do Estado de São Paulo**. E para finalizar a *Revista Escolar* nos ajudou a perceber os sentidos, as rupturas e permanências das festas escolares e a inferir quais foram os significados, os sentidos das festividades escolares no primeiro período republicano.

Os artigos selecionados da revista *A Eschola Publica* (1893-1897) apresentaram um número significativo, durante todo o ciclo de vida do periódico, de informações sobre as festas de inauguração, de aniversário e de encerramento do ano letivo. A hipótese aventada é a de que a publicação deste tipo de informações no contexto de reorganização política e educacional visou demonstrar os avanços alcançados pelos primeiros reformadores republicanos na área educacional. A *Revista de Ensino* (1902-1918) também demonstrou em seus números e no decorrer do todo o seu ciclo de vida um maior número de artigos sobre as festas que celebraram a instituição escolar (inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo). As informações sobre as outras festas, como as festas cívicas, festas da natureza (das árvores, das aves), as homenagens, as críticas e apologias foram publicadas em números alternados e durante todo o período de existência do periódico. Os *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926) destacaram-se pela discussão de leis referentes ao ensino e publicação de notícias sobre as festas cívicas.

A presença de um maior número de leis organizadoras das festas e de relatórios que trataram das comemorações cívicas pode ser justificada pelo fato dos *Anuários*

serem um dos principais órgãos divulgadores oficiais da **Diretoria Geral da Instrução Pública** e **Secretaria da Educação e Saúde Pública** e por este motivo, buscaram, através de suas páginas, assinalar os valores, normas e conteúdos cívicos relacionados ao regime republicano. Por último, a *Revista Escolar* (1925-1927), representativa do final do período considerado para o estudo aqui realizado, trouxe um número significativo de artigos sobre as festas cívicas no decorrer de todo o período da sua publicação, além de outras informações sobre as festas escolares. Em todos os números dos periódicos analisados não foi possível perceber períodos dedicados exclusivamente a publicação de festas determinadas. As notícias se alternaram e coexistiram em todo o ciclo de vida destas revistas. Esses dados podem ser melhor visualizados nas tabelas presentes no final desse capítulo.

Além de artigos relacionados ao tema festas, foram identificadas outras formas de tratamento dado a essa questão. Alguns exemplares apresentaram somente fotografias das festas realizadas nas escolas, sem nenhum texto explicativo, somente com a identificação da foto. Esse é o caso da *Revista Escolar*, por exemplo. Outros títulos, durante épocas de comemorações escolares, apresentaram os discursos[14] de pessoas ilustres que proferiam palestras nestas ocasiões, sem nenhuma descrição da festa, como exemplo, podemos citar artigos veiculados na *Revista de Ensino*. As fotografias e os discursos, transcritos e relacionados à comemoração de determinadas datas, ganharam destaque na investigação acerca das festividades, constituindo-se aspectos relevantes para o estudo da questão.

Quanto à distribuição das diferentes categorias de festas nos periódicos é possível visualizar o seguinte quadro: *A Eschola Publica* (1893-1897), nove referências sobre festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, três sobre as festas cívicas e nenhum artigo sobre as festas das árvores e aves. A *Revista de Ensino* trouxe em suas páginas no decorrer dos anos de 1902-1918, 11 notícias sobre festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, oito sobre festas cívicas, oito sobre festas das árvores e das aves, duas sobre outras festas (uma festa realizada por ocasião de uma visita e uma festa realizada no Dia da Instrução) e três homenagens. Nos

[14] Os discursos merecem uma discussão à parte, principalmente pelo fato de que muitos deles não tratavam exatamente do tema das festas, mas de outros relacionados à educação, mas eram pronunciados em ocasiões festivas. Cabe destacar que o corpus de análise desse material foi retirado exclusivamente da *Revista de Ensino* (1902-1919), periódico que se dedicou à transcrição e publicação dos mesmos.

Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922) as referências se distribuem da seguinte forma: uma sobre festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, seis sobre festas cívicas, uma sobre festas das árvores e das aves e cinco sobre outras festas. Por fim, na *Revista Escolar* (1925-1927) não há referências sobre as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, oito sobre festas cívicas, duas sobre festas das árvores e das aves e seis sobre outras festas, dentre as quais quatro foram sobre as festas das crianças. No total, temos a seguinte distribuição: 21 referências sobre festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo, 25 sobre festas cívicas, 11 sobre festas das árvores e das aves, 13 sobre outras festas e quatro homenagens (Tabela 2).

Dentre os periódicos de ensino foram selecionadas[15] mais de 30 fotografias relacionadas às festas escolares, dentre as quais algumas foram escolhidas como mais significativas dos eventos festivos[16]. No plano da história e dos ensaios acerca da utilização de fotografias como fontes e objetos de estudo faz-se relevante destacar as investigações consagradas na área e realizadas no âmbito internacional por Roland Barthes (1990), Peter Burke (2001) e Susan Sontag (2003), além de outras pesquisas relevantes para o âmbito da história da educação e historiografia realizadas aqui no Brasil principalmente por Diana Vidal (1996; 1998) e Paula Perin Vicentini (2002).

Com relação ao uso de fotografias como fonte documental para a historiografia, Vidal (1998) chama a atenção para o fato de que ao trabalhar com tais fontes o historiador deve em primeiro lugar descolar-se do "glamour" da imagem reproduzida, além disso, a fotografia deve ser questionada enquanto simples espelho da realidade e ser percebida como signo a ser decifrado, como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) capaz de representar de outras maneiras a sociedade e seus conflitos. Por este motivo ela requer, segundo a autora, uma metodologia diferenciada de análise, cuja utilização pode nos informar "sobre a diversidade de percepções da e sobre a época estudada" (VIDAL, 1998, p.85-86).

Entretanto, para Peter Burke (2001) a metodologia de estudo da fotografia para investigações historiográficas ainda está por ser desenvolvida. Enquanto alguns estudiosos defendem a tendência da utilização da fotografia como documento histórico,

[15] Das 30 fotografias selecionadas, nove foram selecionadas para esta dissertação.
[16] A utilização das fotografias como fonte ou objeto de pesquisa para as investigações histórico-educacionais foi tema do evento: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**, realizado nos dias 28, 29 e 30 de junho de 1995 na Universidade Federal Fluminense.

capaz de ajudar os investigadores nas suas tentativas de reconstrução do passado, outros a rejeitam, alegando que as câmeras e os fotógrafos não são confiáveis. Burke (2001) explica que para não sermos enganados pela objetividade das fotografias seria necessário que prestássemos atenção à mensagem e ao remetente, perguntando quem está tentando nos dizer o quê e por quais motivos. Além disso, este autor confirma que o uso das fotografias e outras imagens como fontes históricas pode enriquecer muito nosso conhecimento e compreensão do passado, "desde que possamos desenvolver técnicas de 'crítica da fonte' semelhanças às que foram desenvolvidas há muito tempo para avaliar depoimentos escritos" (BURKE, 2001, p.13). O uso das fotografias é muito útil se pudermos fazer um 'exame cruzado' cotejando-a com outras fontes escritas e/ou orais.

O uso das fotografias para diferentes fins também é objeto de discussão de Susan Sontag (2003). Segundo a autora, a realidade sempre foi interpretada por meio das informações fornecidas pelas imagens, e os filósofos, desde Platão, tentaram dirimir nossa dependência das imagens ao evocar o padrão de um modo de apreender o real sem usar imagens, entretanto, quando em meados do século XIX, o padrão está, afinal, ao nosso alcance com a disseminação das máquinas fotográficas portáteis, o recuo das antigas ilusões religiosas e políticas em face da investida do pensamento científico e humanístico não criou – como se previra – deserções em massa em favor do real. Ao contrário, a nova era da descrença reforçou a lealdade às imagens. Hoje, ninguém duvida da confiabilidade da fotografia. "A crença que não podia mais ser concedida a realidades compreendidas *na forma de imagens* passou a ser concedida a realidades compreendidas *como se fossem* imagens, ilusões" (SONTAG, 2004, p.169).

Barthes (1990) apresenta em seu trabalho, *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III***,** algumas pistas para o desenvolvimento de estudos baseados nas fotografias. Para ele, ao trabalharmos com análise iconográfica é necessário considerar que a leitura da fotografia é sempre histórica e depende do saber do leitor, tal como se fosse uma verdadeira língua, inteligível apenas para aqueles que aprenderam seus signos. A fotografia enquanto mensagem é constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor (BARTHES, 1990), sendo que estas três partes tradicionais da mensagem comportam métodos de interpretação diferentes, por exemplo, a emissão e a recepção da mensagem são de ordem sociológica, estudam grupos humanos, definem motivos e atitudes e tentam relacionar o comportamento

destes grupos à sociedade que os cerca. Entretanto, no que concerne à própria mensagem fotográfica,

> o método deve ser diferente: quaisquer que sejam sua origem e finalidade, a fotografia não é apenas um produto, ou um caminho, é também um objeto, dotado de autonomia estrutural; sem pretender absolutamente separar este objeto de sua finalidade, faz-se necessário prever um método particular, anterior à própria análise sociológica, e que só poderá ser a análise imanente dessa estrutura original que é uma fotografia (BARTHES, 1990, p. 11).

No campo educacional, o material iconográfico também tem se mostrado bastante rico para reconstituir os diversos significados que determinadas práticas escolares assumiram em diferentes momentos de nossa história. Neste caso é exemplar o estudo de Vicentini (2002), no qual a autora examinou as comemorações do Dia do Professor a partir das imagens difundidas a propósito desta data na grande imprensa. Nesse sentido, vale ressaltar que a fotografia, em razão da maneira pela qual ela pode produzir sentidos acerca da situação retratada, constitui um meio privilegiado para disseminar e reforçar a imagem de escola que se pretende instaurar. Cabe destacar que a publicação, nos periódicos educacionais, de fotografias relacionadas às comemorações escolares aspirava à confirmação de determinados valores associados ao projeto social republicano de formação de uma sociedade ordeira, homogênea e civilizada. Tais ideais deveriam ser perseguidos pelos professores no cotidiano escolar através de sua prática pedagógica e disseminados para todos os setores da sociedade a partir das comemorações públicas.

Em outro estudo histórico, Vidal (1996) utiliza as fotografias para investigar a Reforma Educacional realizada por Fernando de Azevedo no Distrito Federal na década de 20, na qual o reformador propõe um novo ensino baseado na experimentação como meio de aquisição de conhecimentos escolarizados, viabilizado por atividades de observação e de participação dos alunos em classe, laboratórios e excursões. Era importante o aluno ver, experimentar e vivenciar para aprender, e na impossibilidade do contato direto do aluno com a realidade, a mediação do cinema e da fotografia era recomendada. Neste contexto, "a recorrência do verbo *ver* nos discursos da época apontava para a ênfase no poder formativo/informativo da imagem" (VIDAL, 1996, p.175).

Rachel Duarte Abdala (2003) também se utilizou material iconográfico para investigar a reforma educacional realizada por Fernando de Azevedo entre 1927 e 1930, no Distrito Federal, procurando perceber o modo como a renovação escolar foi representada pela produção de dois fotógrafos - Augusto Malta e Nicolas Alagemovits. De acordo com a autora, a produção de imagens fotográficas engendra uma determinada percepção fotográfica, constituída pelo olhar do fotógrafo, pelo desejo do contratante e por fatores técnicos e históricos. A utilização do recurso fotográfico na produção de imagens insere-se no âmbito das estratégias estabelecidas pelo corpo administrativo responsável por organizar e renovar a educação pública municipal. A linguagem fotográfica associada à linguagem verbal buscou construir, neste contexto, uma imagem positiva da reforma empreendida por Fernando de Azevedo (ABDALA, 2003).

Em síntese, a partir do levantamento de obras relacionadas aos temas festas e comemorações escolares e das formas pelas quais estas questões foram tratadas não só no âmbito dos estudos de história da educação, mas em diferentes áreas de conhecimento, foi possível definir a contribuição específica do nosso trabalho para as investigações acerca da *cultura escolar* no Primeiro Período Republicano. A produção de inúmeras pesquisas sobre festas em áreas como antropologia, a sociologia e a etnologia só agora tem sido acompanhada pelo campo da historiografia educacional, como pudemos vislumbrar no número significativo de trabalhos apresentados no último Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (2006), pois até o momento o tema ora foi tratado de forma subsidiária para ilustrar outras questões, ora como uma fonte dentre outras selecionadas para estudos de objetos diversos. Esta dissertação, ao tratar do objeto festas escolares, procura contribuir com as pesquisas que vem sendo realizadas, confirmando a potencialidade do estudo dos festejos escolares para o entendimento da cultura específica da escola em diferentes contextos históricos.

Tabela 1: Referências sobre festas localizadas nos distintos periódicos educacionais.

Periódicos	**Número de referências sobre festas escolares**
A Eschola Publica (1893-1897)	13
Revista de Ensino (1902-1918)	32
Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922)	13
Revista Escolar (1925-1927)	16
Total	74

Tabela 2: Referente à distribuição das diferentes categorias de festas nos periódicos de ensino.

Periódicos	**Festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo**	**Festas cívicas**	**Festas das árvores e aves**	**Outras festas**	**Homenagens**
A Eschola Publica (1893-1897)	*09*	*03*	-	-	*01*
Revista de Ensino (1902-1918)	*11*	*08*	*08*	*02*[17]	*03*
Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922)	*01*	*06*	*01*	*05*	-
Revista Escolar (1925-1927)	-	*08*	*02*	*06*[18]	-
Total	21	25	11	13	04

[17] Consta uma festa realizada por ocasião de uma visita e uma festa realizada no Dia da Instrução.
[18] Constam quatro referências às festas das crianças.

CAPITULO 2: AS FESTAS ESCOLARES, SEUS APRENDIZADOS E SEUS SENTIDOS

> *Realizadas em momento oportuno, são de todo alcance e proveito educativo as festas escolares. Correspondem ao espírito amorável da escola moderna, onde a criança – e nisto vai o seu próprio adiantamento – deve sentir-se guiada com bondade para achar prazer e atrativos sempre novos em seu trabalho cotidiano (RODRIGUES, 1907-1908, p. 63).*

Neste capítulo[19], a festa escolar é apresentada como uma das principais práticas do âmbito escolar, ressignificada no momento de criação de um sistema público de ensino em São Paulo, cuja principal instituição representativa foi a escola graduada ou grupos escolares[20]. Essas escolas inovaram ao exporem a necessidade da construção de locais determinados para o ato de ensinar, bem como a elaboração de um calendário específico para o seu funcionamento com datas determinadas para matrículas, feriados, festas, encerramento das aulas, entre outras. A partir deste contexto, os professores passaram a contar com um novo local de trabalho, com normas e regras diferenciadas e uma organização curricular e temporal específica. Almeja-se, neste capítulo, evidenciar o lugar ocupado pela festa no interior da *cultura escolar* (JULIA, 2001; CHERVEL, 1990; VIÑAO FRAGO, 1996; AZANHA, 1990-1991) e os elementos que identificam a festa como uma cultura específica, aqui intitulada, de cultura festiva.

A cultura festiva investigada neste capítulo supõe a consideração de uma série de elementos constitutivos desta cultura, como por exemplo, a configuração de um calendário escolar e a inserção das datas comemorativas, os saberes docentes e discentes associados à preparação e ao desenvolvimento das festas: o ritual, a teatralização destes eventos, os conteúdos, as normas, bem como os valores escolares e sociais associados a

[19] Parte das reflexões apresentadas neste capítulo foi elaborada a partir dos trabalhos apresentados em Congressos por mim e por Rita de Cássia Gallego que estão relacionados na Introdução da dissertação.

[20] Sobre a instauração das escolas graduadas em São Paulo, ver SOUZA (1998).

eles e, por último, os diferentes sentidos atribuídos pelos distintos atores escolares a tais acontecimentos.

2.1) *A constituição de um calendário específico para a escola e a inserção das datas comemorativas*

O estudo histórico acerca das festas escolares pôde ser melhor desenvolvido a partir do momento em que as instituições de ensino passam a contar com um calendário específico, no qual estavam definidas as datas que deveriam ser lembradas e comemoradas. A constituição desse calendário deu-se entre finais do século XIX e início do século XX, momento no qual existiu todo um esforço voltado para a implementação de um sistema de ensino público paulista (CARVALHO, 1989). Neste contexto, o gradativo detalhamento do calendário e, especialmente, a determinação dos dias de festas e comemorações escolares integraram as ações para se constituir um sistema de ensino homogêneo, além de constituírem-se em uma das tentativas para se controlar as atividades escolares no momento de organização do sistema de ensino estatal, informando aos alunos e aos professores as formas de trabalhar o tempo de modo a tornar a utilização desse o mais produtiva possível, sendo a produtividade representada por mais conteúdos ensinados e aprendidos no menor tempo possível pelo maior número de pessoas. As festas pareceram preencher esse requisito a partir do momento em que ensinaram a todos os alunos, pais e professores os conteúdos escolares, históricos, comportamentos, normas, valores, reelaborados pelas instituições de ensino e relacionados às datas festivas.[21]

Para Durkheim (1989), "o calendário exprime o ritmo da atividade coletiva ao mesmo tempo que tem por função assegurar a sua regularidade". Suas divisões em dias, semanas, meses e anos "correspondem à periodicidade dos ritos, das festas, das cerimônias públicas" (DURKHEIM, 1989, p. 39). Os calendários constituem-se signos temporais especiais, expressam experiências e representações comuns a distintas sociedades, culturas, agrupamentos humanos, criando sentimentos e laços de pertencimento. Desse modo, os calendários tanto exprimem quanto direcionam os ritmos das práticas sociais e as cadências da vida em comum. Neste sentido, Le Goff

[21] Para um estudo sistemático sobre os tempos escolares, ver: GALLEGO (2003).

(1984) destaca que “toda vida cotidiana, afetiva, fantástica de uma sociedade depende de seu calendário”. E, “embora dependam do tempo cósmico, regulador da duração que se impõe a todas as sociedades humanas (...) estas captam-no, medem-no e transformam-no em calendário, segundo as suas estruturas sociais e políticas, os seus sistemas econômicos e culturais, os seus instrumentos científicos e tecnológicos” (LE GOFF, 1984, p. 265-268). No caso do tempo moderno, é possível identificar os calendários de maior penetração, que regulam a vida de toda uma sociedade, de um povo ou nação, bem como os mais restritos, a eles unidos, como os calendários escolares (GALLEGO, 2003).

Em virtude da crescente participação do Estado na educação, os processos educativos, a estrutura organizativa das escolas, a exemplo do calendário, passaram a ser mais racionalizados (GALLEGO, 2003). As datas para o início e término das aulas, férias e comemorações foram fixadas. Com um outro modo de estruturar o tempo, as atividades dos professores e alunos foram cada vez mais reguladas e estes eram submetidos a uma nova relação com o tempo. Os calendários, conforme destaca Teixeira (1999, p. 96), são um dos principais referentes temporais da escola e da experiência do tempo dos professores, já que estruturam e revelam a rítmica das práticas e atividades de professores e alunos nos tempos cotidianos.

A análise dos dados dos calendários pode especificar vários períodos e temporalidades, os quais delimitam conjuntos de tempos/atividades, como os dias de trabalho e dias de descanso (início e término das aulas, feriados, recessos, férias), as subunidades de temporalização, como semestres, trimestres, bimestres, quinzenas, semanas e dias letivos, os períodos festivos e comemorativos, as datas pedagógicas especiais (datas dos exames, por exemplo), os períodos não letivos (matrícula, por exemplo), as datas de reuniões de professores entre outras. Tem-se o ano civil, com seu começo (primeiro de janeiro) e seu fim (31 de dezembro) como se tem o primeiro e o último dia do ano letivo escolar (GALLEGO, 2003). Conjugados ao calendário civil e religioso do país, esses signos temporais normatizaram o cotidiano da escola e de seus sujeitos, assim como todo transcurso de uma trajetória escolar (TEIXEIRA, 1999).

Pode-se dizer que os calendários escolares, segundo Teixeira (1999), apresentam períodos quantitativamente homogêneos e expressam também um tempo qualitativo, que pode variar em função dos tipos de atividades e práticas sociais e, conseqüentemente, dos ritmos escolares indicados para os períodos. Os dias destinados

aos exames e festas constituem exemplos disso, pois implicam em um conjunto específico de rituais e significações diferentes das semanas normais de aulas, ainda que tenham igual número de horas/relógio definidas como semana ou dia. Pode-se dizer que os calendários, em suas dimensões qualitativa e quantitativa, refletem as perspectivas, os modos de se pensar e de se fazer educação escolar. Não apenas divulgam, mas impõem os ritmos escolares e as cadências das atividades docentes e discentes. O estabelecimento dos ritmos das atividades educativas, dos tempos e espaços escolares, demonstra tanto quanto conforma as opções didático-pedagógicas das escolas e suas formas de realização, uma vez que especificam as atividades a serem desenvolvidas nos seus respectivos períodos (GALLEGO, 2003).

De acordo com Gallego (2003), até o final do século XIX e início do século XX, não existia um tempo e um calendário escolar autônomos, o que prejudicava a organização de um sistema de ensino e o controle do trabalho escolar. Foi somente quando o Estado assumiu a educação do povo, que o tempo se transformou em um dos componentes mais fortes da estrutura escolar. "Essa centralidade do tempo pode ser observada na organização instalada no interior da escola e demais instâncias administrativas que privilegiam o calendário e o relógio como pontos definidores da ação pedagógica" (GALLEGO, 2003, p.44). Foi neste momento, por exemplo, que se definiu a duração do ensino primário e os períodos para matrícula, as datas para o início e fim das aulas, férias e comemorações foram fixadas, os exames foram ressignificados, as escolas passaram a funcionar em mais de um horário, entre outras decisões e mudanças na organização do tempo da escola. A concepção existente na época era que a delimitação de um calendário escolar possibilitaria a formação e a uniformização do sistema de ensino público primário paulista.

A inserção das datas comemorativas neste calendário escolar significou não um momento de ruptura no desenvolvimento das atividades escolares, como muitos procuram afirmar, mas um tempo também de aprendizado dos conteúdos e valores escolares legitimados socialmente. A festa dava continuidade e confirmava tudo aquilo que era aprendido nos bancos escolares. Em sua temporalidade específica, a festa demonstrou seu caráter político e pedagógico. O tempo da festa não era menos rígido do que o tempo da escola, a festa tinha hora de início, de fim, das homenagens, das apresentações dos alunos, dos discursos dos professores e autoridades escolares, enfim, tudo estava programado. Sendo assim, pode-se dizer que o tempo da festa era também

um tempo rígido como os dias normais de aulas. A festa representou um outro uso do tempo de aprendizagem escolar, aprendia-se e ensinava-se em um momento de descontração, de alegria, que, de acordo com a concepção de festa discutida no capítulo um, não deveria ser dedicado a qualquer ensinamento específico. Ao tratarmos das comemorações escolares deve-se atentar para as distinções existentes entre as festividades que ganharam espaço no calendário das escolas primárias e, portanto, as diferentes funções, sentidos e modos de comemorar.

O ato de festejar ganhou contornos particulares ao longo do período estudado. Festejava-se para civilizar, divulgar, inaugurar e encerrar o ano letivo. Contrariando a idéia de que o tempo da festa é somente um tempo de descontração e divertimento, as festas escolares constituíram-se em tempo de aprender. Ao se tratar das festas nesse período devem-se considerar algumas distinções que serão exploradas em uma análise da tipologia das festas proposta no terceiro capítulo: festas cívicas, festas de inauguração dos grupos escolares, de encerramento do ano letivo quando se realizavam os exames e entregavam prêmios aos melhores alunos além das festas das aves e das árvores.

Desse modo, as instituições escolares integraram esse projeto modernizador e difundiram valores, a exemplo do calendário escolar que, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, homens a serem considerados heróis, indicou o que deveria ser lembrado e, conseqüentemente, aquilo que deveria ser esquecido. Heróis e mitos foram criados e cultivados. Era necessário desencadear emoção, encontrar símbolos dos fatos que desejavam recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão. Era preciso fazer com que o povo amasse a pátria, seus heróis, comemorassem a era republicana: hinos, hasteamento da bandeira, pavilhão escolar, as músicas cujas letras faziam menção à pátria constituíram atividades decisivas na construção da memória coletiva oficial.

Entretanto, o processo de escolha das datas comemorativas não foi pacífico, mas objeto de lutas no interior do campo político e educacional. A festa concebida como uma máquina poderosa e pronta para ser montada e desmontada poderia servir a diferentes propósitos (OZOUF, 1976). No caso do Brasil, ficou evidente em um momento posterior a Proclamação da República uma luta pela escolha da ideologia representativa do novo regime, essas batalhas ideológicas eram acompanhadas e compostas das não menos importantes batalhas de símbolos e alegorias, ou seja, de uma

luta em torno da imagem do novo regime (CARVALHO, 1990) que seria disseminada através das festas cívicas, como será discutido de forma mais demorada no terceiro capítulo.

Com relação aos feriados previstos, não se perceberam alterações significativas em relação ao que foi estabelecido a partir do início da década de 1890 (GALLEGO, 2003). No que se refere às festas, ocorreram algumas incorporações. "Além dos domingos e períodos de férias, as aulas deviam cessar nos dias 24 de fevereiro, 21 de abril, 3 e 13 de maio, 14 de julho, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e, ainda nos dias de Carnaval e na quinta, sexta e sábado da Semana Santa (Decreto no. 144B, de 30/12/1892)" (GALLEGO, 2003, p.81). Exceto pelos dias 3 de maio e 14 de julho, as datas estabelecidas em 1889 perduram até hoje no calendário escolar, enquanto outras mudaram de sentido, como são os casos de 13 de maio, 12 de outubro e 3 de maio, que passou a ser comemorada no dia 22 de abril. Além disso, outro aspecto importante de ser notado é que as datas cívicas prevalecem em relação às religiosas, entretanto, as escolas fecham as suas portas nos feriados comemorados pelos cristãos como a Semana Santa e o dia dos Mortos (GALLEGO, 2003). A instituição das festas, de acordo com o *Decreto n º 155-B de 14 de janeiro de 1890*, representava o estabelecimento da fraternidade universal inerente a qualquer regime republicano, capaz de comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas.

> *Decreto n º 155-B em 14 de janeiro de 1890.*
>
> (...)
>
> São considerados dias de festa nacional:
>
> 1º de Janeiro: consagrado à comemoração da fraternidade universal.
>
> 21 de Abril: consagrado à comemoração dos precursores da Independência Brasílica, resumidos em Tiradentes;
>
> 3 de Maio: consagrado à comemoração da descoberta do Brasil.
>
> 13 de Maio: consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros.
>
> 14 de Julho: consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;
>
> 7 de Setembro: consagrado à comemoração da Independência do Brasil.
>
> 12 de Outubro: consagrado à comemoração da descoberta da América.
>
> 2 de Novembro: consagrado à comemoração dos mortos.
>
> 15 de Novembro: consagrado à comemoração da proclamação da

> República.
>
> Sala das sessões do Governo Provisório, 14 de janeiro de 1890, 2ª República – Manoel Deodoro da Fonseca – Ruy Barbosa - Quintino Bocayuva – Benjamin Constant – Botelho de Magalhães – Eduardo Wandenkolk – Aristides da Silveira Lobo – M. Ferraz de Campos Salles – Dimetrio Nunes Ribeiro (CINTRA, s.d., p.11-12)[22].

Por meio das festas, as crianças e a população não só aprendiam os conteúdos cívicos, mas também formas de agir e de se comportar na sociedade republicana. A festa a partir do seu tema e ritual ensinava o que deveria ser valorizado e de que forma. A adoção de determinados comportamentos esteve fortemente influenciada pelos valores de certos grupos sociais, geralmente das camadas sociais mais abastadas (DUSSEL, 2000). Os professores eram os responsáveis por tal tarefa, preparavam os alunos, ornamentavam as salas de aula e as escolas, tudo para cumprir a nobre missão do seu trabalho. Os programas destas comemorações - compostos de poesias, hinos, pequenas encenações teatrais, apresentações de ginástica, desfiles, homenagens aos personagens ilustres e aos melhores alunos – ensinavam aos adultos e às crianças a representatividade de cada data, bem como os valores e virtudes, presentes em cada parte do programa e/ou em cada discurso pronunciado, enfatizados para o novo cidadão republicano. No caso das comemorações cívicas convém retomar as proposições do professor José Feliciano, que atuou no sistema de ensino público paulista, exercendo o cargo de docente da Cadeira de Astronomia na Escola Normal (até 1904), no período delimitado para este estudo (CATANI, 1994),

> as comemorações cívicas vem preencher essa falha; vem moralmente coordenar a dualidade físico-intelectual. Nelas se podem associar todos os aspectos da dupla educação, subordinado-os ao fim altamente moral das festas patrióticas (*Revista de Ensino,* Novembro de 1907, p. 85).

As datas a serem comemoradas eram determinadas pelos calendários escolares, mas as festas escolares também seguiram uma programação previamente definida pelas escolas e pelos órgãos administrativos superiores, como a Diretoria de Instrução Pública. Esses programas geralmente eram publicados na seção de "Notícias" dos periódicos de ensino, juntamente com outras informações sobre as festas. A inclusão das festas nas práticas escolares demandou dos professores, dos diretores, inspetores e

[22] Essas datas serão melhor analisadas no terceiro capítulo, dedicado a tipologia dos eventos festivos realizados durante o ano letivo.

também dos alunos a incorporação de outros conhecimentos relacionados não só ao conteúdo das festas, mas também as melhores formas de organizá-las. Entretanto, apesar de existirem as regulamentações oficiais sobre os programas das festas, é conhecida a diferença existente entre essas determinações legais e as apropriações que eram feitas destas pelos atores escolares (CHARTIER, 1990). Este trabalho reconhece esta diferença e, na medida do possível, procura mostrar algumas dessas apropriações que eram feitas das festividades escolares através da análise de alguns títulos de romances e das nuances dos textos publicados nos periódicos de ensino.

O exame dos programas, nos quais se propunha a organização dos dias de festa e das sugestões de atividades a serem realizadas nas comemorações, ambos publicados em revistas especializadas, evidenciaram o caráter pedagógico das festas. As comemorações buscaram ensinar às crianças e aos adultos presentes a representatividade de cada data, bem como os valores e virtudes associados ao novo regime político – a República. Os programas das festas escolares eram compostos, na sua maior parte, de homenagens[23] às pessoas ilustres que compareciam nestas ocasiões, como os diretores de ensino, os inspetores escolares, secretários do Interior, os prefeitos das localidades, vice-presidentes do Estado e professores; declamação de poesias pelos alunos, hinos, marchas, apresentação de peças teatrais, passeatas pelas cidades; preparação de banquetes, *lunchs* e *soirée* pelos professores e alunos; sessões literárias, inspeção geral em todos os anos, exercícios orais sobre as disciplinas estudadas, distribuição dos boletins de promoção e prêmios oferecidos pelos professores aos seus melhores alunos, torneio ginástico, plantio de mudas (nas festas das árvores), apresentação dos escoteiros (nas festas cívicas), hasteamento do pavilhão. Todas atividades previstas que confirmaram o potencial pedagógico das festividades. Os programas variavam de acordo com as possibilidades de cada instituição escolar e com a data a ser comemorada, bem como com o contexto no qual acontecia.

> a) Onde houver comissões regionais de escoteiros as cinco horas e meia, alvorada e hasteamento da bandeira nacional no acampamento e nos edifícios públicos. Onde for possível, deverão os escoteiros acampar de véspera, para a realização desta solenidade;

[23] No caso das homenagens, é importante salientar que existiam as festas dedicadas exclusivamente a algum benemérito do ensino e as que se referiam a um tema, mas que previam em sua programação o momento de homenagem às pessoas ilustres presentes. Não foi possível saber, a partir dos artigos analisados, se a presença das autoridades educacionais era previamente acordada e, por este motivo, em todas as festas os alunos deveriam estar preparados para as homenagens, independente do indivíduo a ser homenageado.

> b) Às nove horas, festa escolar, que será iniciada com o juramento à bandeira feito por todos os alunos das escolas, obedecendo a uma fórmula que oportunamente, vos será enviada.
> Por ocasião dessa festa deverão ser cantados o *Hino Nacional*, o *Hino da Independência*, o da *Proclamação da República* e o da *Bandeira*, devendo a solenidade terminar com o hasteamento do pavilhão escolar paulista, cantando, então, todos os alunos o *Hino do Pavilhão*.
> O pavilhão escolar deverá ser hasteado no mesmo mastro em que estiver hasteada a Bandeira Nacional, ficando colocado logo abaixo desta.
> c) Ás 18 horas dar-se-á a solenidade do arreamento das bandeiras.
> Nas escolas isoladas de localidades onde não seja possível a execução do programa com todas as partes acima, deverá, entretanto, ser realizada a festa escolar das nove horas (*Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1922, p. 303).

As festas escolares deveriam ser comemoradas de acordo com as regras vigentes. Os dias estavam regulamentados pela legislação, os hinos, poesias e peças teatrais eram sugeridos em livros e nos periódicos destinados aos professores, os programas eram exemplificados em circulares elaboradas pelos Inspetores e Diretores de Ensino e destinadas aos professores. Tudo estava prescrito e regulamentado, denotando, desse modo, a preocupação com a potencialidade educativa das festas escolares. As escolas particulares, assim como as públicas, de acordo com o Decreto nº 3.205 de 29 de abril de 1920, também deveriam se preocupar com o potencial pedagógico das festas e comemorar as datas nacionais brasileiras por meio de lições, conferências ou festejos escolares, comunicando à Diretoria Geral, no prazo de oito dias, a forma por que o tiveram feito.

> "Capítulo III – Ensino Particular"
> Artigo 26 – Além das condições exigidas para a autorização do funcionamento, ficam os diretores ou professores obrigados:
> (...)
> 2º A comemorar as datas nacionais brasileiras, por meio de lições, conferências ou festas escolares, comunicando à Diretoria Geral, no prazo de oito dias, a forma por que o tiveram feito.
> (...)
> Secretario do Interior, 29 de abril de 1920.
> Oscar Rodrigues Alves (*Decreto nº 3205 de 29 de abril de 1920*, p.209).

Já as escolas-modelo do sistema público de ensino eram chamadas a dar o exemplo, que deveria se estender para os grupos e dos grupos para as escolas isoladas, de uma forma hierárquica e gradativa. Nessas, as comemorações cívicas eram organizadas da seguinte maneira: o professor reunia seus melhores alunos para decorar a sala, dando-lhe um aspecto festivo, ele também deveria preparar um programa a ser

executado no dia da festa, este programa estaria dividido em duas partes: a primeira era iniciada por uma explicação clara e precisa do professor sobre a data, seguindo-se a esta lição uma seção cívica composta de trechos alusivos, poesias, pequenos discursos, monólogos, diálogos, comédias, intercalando-se esses trabalhos de declamação com hinos e cantos patrióticos; a segunda parte era preenchida por um trabalho escrito, em papel próprio, tendo uma gravura que sintetizava a festa. Os alunos, conforme a classe que freqüentavam, copiavam trechos, escreviam ditados, faziam composições livres sobre o assunto da data nacional (CARDIM, 1916, p.05).

> Com grande animação realizaram-se os festejos do encerramento do ano escolar nas Escolas Modelo e Jardim da Infância da Capital.
> Começaram no dia 25 de Novembro pelo Jardim da Infância. Encantadora foi essa festa e de saudosas recordações, principalmente para os pais que viram seus filhinhos apresentar em público o resultado de alguns meses de carinhoso cultivo. Depois de encerrados os trabalhos, com brinquedos, pequenas poesias escritas principalmente para o ato, cantos e marchas, foram as crianças conduzidas em bondes especiais ao jardim público, onde pelas professoras foi oferecido aos seus alunos um *lunch* de despedida (*A Eschola Publica*, 15 de dezembro de 1896, p.422-423).

Em síntese, apesar de constituírem-se uma ruptura no calendário escolar e nos conteúdos das disciplinas escolares, as festas também visaram ensinar seja através de seu ritual, no qual celebrou-se uma determinada forma de ser e estar na sociedade republicana, seja através de seus discursos pronunciados muito mais para a população de adultos, pais e professores, presentes nestas ocasiões do que para as crianças. As festas ensinavam os conteúdos das datas cívicas e, dessa forma, contribuíram para a construção de uma memória histórica coletiva; o amor à pátria, representado pelas festas que valorizaram nossa natureza; a importância da educação, celebrada nas festas de inauguração, de formatura, e de encerramento do ano letivo; a educação estética através de todo o ritual que a envolvia e, nos seus discursos, apresentava-se um quadro geral da educação e das questões na ordem do dia em um determinado contexto histórico. Ao tomarmos o tempo de festejar como elemento que integrou e integra a identidade docente, não é ilegítimo observar que a existência de mudanças nas comemorações festivas na escola no período em que a escola primária passava por reformulações importantes para a sua história. Essas transformações impuseram redefinições nos modos de se entender a função e papel dos professores e solicitou-se dos professores práticas e ações compatíveis com tal expectativa.

2.2) *Os saberes docentes e discentes associados às festas escolares*

A presença das datas festivas nos calendários escolares e as orientações sobre a realização das mesmas enviadas em circulares para as escolas pelas Diretorias de Ensino demandou do professor investimento no conhecimento desta nova prática escolar e nas formas de desempenhá-la satisfatoriamente, ou seja, de acordo com o que era previsto nas orientações e regulamentações legais. Estas transformações ocorridas no âmbito de ensino interferiram na forma como o professor concebia sua profissão, o ensino e o aluno, modificando a sua identidade e a idéia da prática docente.

O professor que, antes se detinha nas atividades inerentes ao âmbito da sala de aula, teve incorporada às suas atribuições a responsabilidade pela preparação das festas escolares, na qual não só o seu desempenho estaria sendo avaliado pelos diretores, inspetores e sociedade em geral, mas também dos seus alunos. Às atividades de preparação das aulas, desenvolvimento das mesmas, correção de provas, de cadernos, foram acrescentadas outras como ornamentação das salas de aulas e da escola para o dia de festa, preparação dos alunos para a recitação de poesias, homenagens, ensaios para as apresentações ginásticas e de exercícios físicos, desfiles, passeatas, ensino de marchas e cantos, todas atividades aqui concebidas como integrantes de uma cultura festiva.

Antes de nos determos nas transformações ocorridas no âmbito escolar pelas festas e como essas interferiram na identidade do professor, é importante elucidar o processo de profissionalização da docência e como este pode ser influenciado por fatores externos, como a reorganização do sistema de ensino. Para Nóvoa (1992), a profissão docente constituiu-se quando foram contemplados os seguintes aspectos: exercício do ensino em tempo integral; estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente; criação de instituições específicas para a formação de professores e constituição de associações profissionais de professores. As mudanças efetuadas na legislação e na organização do ensino pelos reformadores republicanos transformaram de forma indelével a profissão docente. Basta lembrar que a escola primária, até esse período (década de 1890), consistia num espaço não arquitetado onde se reuniam crianças de diferentes idades sob os cuidados de um só professor, que era responsável também por trabalhos de secretaria (registro de matrículas, por exemplo), portaria (abertura e fechamento da escola), entre outros. Neste sentido, cabe destacar o depoimento da professora Hermengarda, protagonista do livro **O Calvário de uma**

professora, o qual pode trazer indícios, já que se trata de um texto literário, do que significou para alguns professores deixar uma escola com tais características e ingressar em escolas onde tudo passa a ser minimamente previsto e controlado, há mais professores, espaços pensados em função das atividades a serem realizadas, entre outras características.

> Não temos senão pedir um pouco de atenção para a modesta educadora paulista, tão duramente tratada. É ela força máxima que impulsiona o complicado maquinismo da instrução pública. Mas, tão sobrecarregada de deveres, tão premiada por feitores. Muitas vezes brutais, já está ela perdendo o ânimo para o trabalho racional. **Transformada em máquina, trabalha como máquina, e esse trabalho é contraprudente.** Libertai-a das normas rígidas de programas forçados e extensos, não de acordo com as necessidades regionais. Deixai-a agir mais livremente. Seja ela menos escrava; tenha um pouco mais de autonomia em sua classe ou escola, e vereis o seu interesse pelo ensino. Tenha livre direito de debates, possa fazer demonstrações de sua experiência e será surpreendente o seu trabalho (...) é muito comum, uma professora pública, escrava de horário severo, que perderá o ponto pelo atraso de minutos (DORA LICE, 1927, p. 3-4, p. 192, grifos meus)[24].

Ao relatar que fora transformada em *máquina* e demandar mais autonomia em sua classe ou escola, a professora faz menção às mudanças que vinham sendo incorporadas na organização do cotidiano escolar, em virtude da reestruturação do sistema de ensino público primário. Entre essas transformações puderam-se destacar as relações com o tempo, expressas na redefinição dos modos de se dividir os tempos de aula e na maior rigidez em relação aos horários e ao calendário, cada vez mais ordenados e, especialmente a inserção de várias datas que deviam ser festejadas e comemoradas.

As orientações sobre a organização do tempo vinham acompanhadas de um maior controle sobre o mesmo e sobre o trabalho dos professores, que na opinião de Dora Lice poderiam se considerar verdadeiros escravos. As alterações nas condições de trabalho implicaram em transformações na forma como os professores se percebiam ("escravos", autônomos), as representações acerca de si e da profissão, bem como as representações sociais sobre a sua função. Tais considerações evidenciam que a dimensão de organização e gestão do tempo integra e influencia a constituição da identidade docente. Hermengarda, por exemplo, ao relatar as alterações notadas na

[24] Para uma análise mais detalhada da potencialidade do estudo dos romances para investigação acerca da história da profissão docente, ver: MORAES (1996).

prática docente, de certa forma as compara com condições anteriores de trabalho, as quais vinham sofrendo modificações. Acredita-se que ao ter que incorporar ao seu trabalho, ou seja, ao seu modo de viver e compreender a profissão docente, elementos diversos daqueles que já se faziam presentes, como por exemplo, os calendários e as comemorações escolares, a identidade docente sofreu alterações.

A necessidade de aproximar a questão dos tempos de festejar à identidade dos professores deve-se ao fato de se observar que, ao haver reestruturações no modo de comemorar, enfatizou-se a necessidade dos professores mudarem suas práticas, adequarem-nas às mudanças, o que implicou em propostas diferentes de atuações, modos outros de ser professor. Dessa forma, ao tratarmos da questão da identidade docente, percebe-se que para sua constituição – tanto coletiva quanto individual – concorrem elementos da história de um modo mais amplo, da história da escola ou cultura escolar, além das histórias individuais.

No quadro de mudança empreendido nos tempos da escola no período estudado aqui (1890-1930) destacaram-se as propostas de utilização do dia de aula. Entre as atividades que assumiram um papel central no interior do calendário e dos dias letivos encontraram-se as festas. Tais reformulações exigiram dos professores o cumprimento de tarefas que até então não se faziam presentes no cotidiano das escolas, como preparar seu grupo de alunos, agora dividido em idade e nível semelhante de conhecimento, participar coletivamente de comemorações, difundir valores cívicos e aqueles referentes a uma nova cultura escolar mediante o cumprimento das atividades pré-estabelecidas pelas autoridades educacionais. Assim, a proposta de ser professor integrou as maneiras ideais de festejar, celebrar e comemorar. Considerando-se as festas escolares, notou-se que em diferentes períodos elas assumiram sentidos distintos e esperaram-se atitudes diversas dos professores.

Detendo-nos nas relações sobre a identidade e na incorporação de novos elementos na cultura escolar, foi imprescindível observar que existiram diferenças entre os níveis do ensino uma vez que embora existissem questões em comum, quase sempre no que concerne aos itens do calendário, houve especificidades que deveriam ser levadas em conta, como o modo de divisão das aulas, a especialidade por componente disciplinar (não presente no ensino primário), o que implicou em formas certas vezes distintas de se constituir a identidade docente, embora oficialmente pareceu haver um

discurso massificador (GALLEGO, 2003). Tendo em vista as particularidades mencionadas, nesse estudo é tratado especificamente ensino primário paulista.

O processo de constituição de uma outra identidade dos professores integrado ao planejamento estatal foi modificado pela organização das escolas de massas em diversos países do Ocidente empreendida em meados do século XIX, processo que influenciou a constituição do sistema estatal de ensino brasileiro no último decênio do século XIX (LAWN, 2000). O aumento do número de escolas abrigou um maior número de professores e, por sua vez, a necessidade de critérios para seleção e dispositivos de controle do seu trabalho, consistindo o tempo e os discursos em alguns desses dispositivos, a exemplo dos programas com horários das atividades minuciosamente discriminados enviados às escolas a serem cumpridos pelos professores nos dias comuns de aulas e também nas datas festivas, bem como dos discursos proferidos nas datas comemorativas.

Para Martin Lawn (2000), as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, "traduzindo-se num método sofisticado de controle e numa forma eficaz de gerir a mudança" (LAWN, 2000, p. 69). Lawn (2000) associa a identidade dos professores à identidade nacional, o que é fértil para se compreender determinadas fases de desenvolvimento do ensino público e estatal, em qualquer nação. O Estado cria uma versão "utilizável" de um projeto de educação nacional e, neste projeto, é muito comum atrelar-se as expectativas em relação à identidade docente aos objetivos econômicos ou sociais. A tentativa de manipulação da identidade dos professores interessa por diversos motivos: o Estado engendra um projeto educativo para nação, assim a identidade docente deve refletir a expectativa do Estado; há diferentes maneiras de gerir os professores numa democracia e o estabelecimento da identidade é uma delas; tendo em vista que a identidade é flexível, pode ser sutilmente manipulada para priorizar certos aspectos ao invés de outros, de acordo com as circunstâncias. Tenta-se modificar a identidade dos professores não só se há pânico no controle da educação como também quando se pretende reestruturá-la (LAWN, 2000, p. 71).

Quando se pensa na realidade brasileira, é evidente esse esforço estatal de se fixar a identidade, mediante os apelos à função social (LAWN, 2000) do professor. Para esse autor, "é provável que as mudanças na representação do que é um professor, em diferentes períodos-chave", do século XX, demonstrem "as alterações nas identidades

estáveis, produzindo assim um sinal indubitável da reestruturação do trabalho" (LAWN, 2000, p. 72). A afirmação do mesmo autor, que considera os professores, "servos do Estado", a linha de frente de um Estado eficaz, sendo esses os mais importantes nessa empreitada é bastante significativa quando tratamos da questão do tempo e da festa escolar.

Segundo Nóvoa (1992), a identidade não consiste num dado adquirido, não é uma propriedade também não um produto, ao contrário, "é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão" (NÓVOA, 1992, p. 16). Portanto, é mais prudente, para o mesmo autor, falar em processo identitário, destacando a mescla dinâmica que caracteriza o modo como cada um se sente e se diz professor. Tal construção consiste num processo complexo pelo qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional, por isso necessita de tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, para assimilar mudanças.

Os discursos proferidos pelos educadores e outras pessoas que ocuparam cargos de destaque na sociedade influenciaram a construção das maneiras de "ser e estar na profissão" docente. Estes discursos constituíram parte importante dos festejos, substituindo, não poucas vezes, as descrições das festas nos periódicos de ensino, assim como aconteceram com as fotografias. Percebeu-se que ao tratarem de temas não só relacionados à data festiva, mas também de questões educacionais mais amplas como, por exemplo, a função da educação, a "missão do educador", o aluno "ideal", a crise moral que ameaçava a sociedade, estes discursos almejaram forjar uma identidade docente, forjar o aluno e construir um modelo de vida escolar que ultrapassasse os muros das escolas e conformassem outros âmbitos da vida social. Estes saberes, veiculados nos discursos proferidos, ao contrário dos outros momentos da festa, eram destinados principalmente aos adultos, pais e professores presentes em tais ocasiões, que podiam compreender de forma mais aprofundada as mensagens transmitidas. Aos alunos caberia sentir a ocasião, cultivar os sentimentos e aprender os valores. As festas apelaram ao mesmo tempo para o racional e o emocional daqueles que delas faziam parte.

Os discursos oficiais expressos nos relatórios de inspetores ou periódicos educacionais, por exemplo, trouxeram as qualidades a serem observadas nas práticas dos professores (pontualidade, cumprimento das obrigações, respeitar o tempo destinado a cada atividade, disciplina etc.). Na verdade, o Estado recorreu a uma série

de referências acerca do tipo de professor, quer seja em relação as suas qualidades morais e sociais quer seja sobre suas virtudes e capacidades, que atendesse ao projeto de educação vislumbrado. Sendo assim, as festas constituíram importantes momentos nos quais o Estado, ao determinar seus conteúdos e datas a serem comemoradas, poderia disseminar seu ideal de cidadão não só para a população que assistia tal solenidade, mas também para os alunos e professores que participavam de todo o processo de organização da mesma.

As alocuções apresentaram a profissão docente como uma nobre missão, um "ministério" e também um "sacerdócio". O professor, um sacerdote, pastor, evangelizador, apóstolo – seu modelo deveria ser, nas palavras de D. Maria Reis – professora do Grupo Escolar de S. Simão - (*Revista de Ensino*, 1907), o dos "apóstolos de Cristo", ou o próprio "Divino Mestre", como enfatizou João Lourenço Rodrigues, que foi professor, membro da **Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo** e Inspetor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, entre 1907 e 1909[25] (*Revista de Ensino*, 1914) em artigo publicado na *Revista de Ensino*, 1914. Os alunos faziam parte de seu rebanho, o saber era a "hóstia santa" e o "luminoso evangelho" do templo ou "luminoso recinto" que era a escola. A dignidade de seu trabalho indicava a postura esperada dos professores nas adversidades. As metáforas cristãs ao retratarem a docência como apostolado ressaltaram a importância que assumia, para aqueles que a exerciam, a convicção de que aquilo que ensinavam era indispensável para os alunos. De fato, um professor que não acreditava na relevância daquilo que ensinava para a vida de seus alunos estava, no mínimo, a meio caminho do fracasso. Referindo-se ao século XIX em Portugal, Rogério Fernandes (1998) afirma que,

> o professor primário tornar-se-ia o sacerdote de uma nova ordem política, o difusor de um novo sistema de crenças e valores assente no livre-pensamento. A sua credibilidade ético-social passaria pela austeridade e rigor dos costumes mas também pela modicidade dos vencimentos, reduzido ao pão nosso de cada dia e nada mais.
>
> Posto ao serviço da revolução republicana, em primeiro lugar, ou da própria República, em seguida, o exercício da profissão ficou desde então associado ao paradigma do professor missionário, capaz de sacrificar ou abandonar ambições pessoais legítimas, mantendo-se à margem de qualquer atividade reivindicativa, em troca de um destino profissional reputado transcendente.

[25] CATANI, Denice Barbara, 1994.

> O desenvolvimento do sindicalismo docente, por sua vez, veio recusar, justamente, um modelo profissional que se afirmava na exigência de uma auto-anulação (FERNANDES, 1998, p.12).

Uma das tarefas consideradas primordiais na "missão do professor" era a formação do caráter dos educandos, entendida como formação moral do "bom cidadão" e da "boa mãe". Neste sentido, cabe retomarmos a alocução de José Feliciano de Oliveira, que representou de forma exemplar a opinião dos educadores cujos discursos sobre esse tema foram registrados nos periódicos de ensino. Nas palavras daquele professor, o verdadeiro sentido da educação era justamente a formação dos cidadãos, sendo o civismo o mais alargado sentimento social, que formaria a "simpatia universal" e a união dos povos. "Ser um bom cidadão é a maneira mais decisiva de ser um bom homem, um homem social" (*Revista de Ensino*, 1903). Caberia aos educadores encaminhar metodicamente o espírito dos alunos, fortalecendo-lhes a vontade. "Enfim, antes de tudo, tratai de saber como se educa instruindo. Formai uma idéia segura do que seja a educação verdadeira e buscai sistematizar um conjunto de meios para realizá-la com a instrução" (*Revista de Ensino*, 1903).

A preocupação com a crise moral que, segundo alguns autores, ameaçava a sociedade e a escola foi tema recorrente nos discursos proferidos nas ocasiões festivas. De acordo com João Lourenço Rodrigues, essa crise moral se assinalava principalmente no domínio especulativo do ceticismo, pela inconsistência das opiniões e das doutrinas, pelo desterro do entusiasmo e pela ausência de idealismo representado no pessimismo considerado como a mais terrível epidemia moral da época. O professor, na sua *"sagrada missão"*, deveria resguardar a escola infantil com uma vigilância sempre desperta para que seus alunos não se contaminassem com esta epidemia, educando e instruindo ao mesmo tempo, já que

> numa época como esta não basta instruir e sobrecarregar a mente infantil de noções abstratas, sem eficácia para regular a conduta individual; o que importa é educar, e para educar é imprescindível promover o surto dos sentimentos bons (...) Não basta instruir; quem instrui, sem despertar o espírito, sem aprimorar-lhe as faculdades, constrói sobre a areia (...) (*Revista de Ensino*, outubro de 1904, p. 385).

Geralmente, os professores assumem um lugar de destaque quando existe, de certa forma, o que Lawn (2000) chama de pânico moral acerca da sociedade e das suas crianças. Nesse caso, quase sempre a identidade docente aparece como inadequada e é

urgente a mudança. No período tomado para estudo, foi recorrente nos discursos o tom de insatisfação com os professores e os apelos para que mudassem suas práticas e incorporassem as sugestões difundidas nos periódicos educacionais e relatórios de inspeção, por exemplo. Sem dúvida, a identidade dos professores, assim como observa Lawn (2000), tem constituído uma parte importante da gestão do sistema educativo, sendo um componente sempre presente nas descrições oficiais, nos artigos sobre mudança na educação e nos relatórios produzidos. A fixação de uma identidade para os professores, através dos discursos e regulamentações, funciona como uma forma profícua de se estruturar ou reestruturar o trabalho (LAWN, 2000).

O fato de alguns professores não se adequarem às identidades oficiais causa pânico a quem dirige a nação e o ensino por mais que se saiba das subversões. Há um esforço notável para circunscrever as práticas no interior das escolas haja vista a quantidade de prescrições voltadas aos professores. Todas essas recomendações presentes nos discursos oficiais, concebidos como um saber de referência, apresentaram um modelo de professor e de profissão docente que até então não era almejado como modelo a ser perseguido. Esses discursos, ao serem pronunciados em comemorações festivas ou ocasiões especiais denotaram a importância desses ensinamentos não só para os professores que deveriam praticá-los, mas também para os pais e sociedade em geral, que deveriam cobrá-los dos mestres de seus filhos. Por outro lado, o esforço de que o saber de referência explicitado nos discursos fosse incorporado nas práticas pareceu desconsiderar que os professores constroem o seu modo de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos mediante uma série de elementos, não só o discurso oficial.

As questões relativas à finalidade da educação e a educação moral e cívica das crianças e da sociedade assinalada na preleção de João Lourenço Rodrigues estiveram presentes em outros textos publicados na *Revista de Ensino* (1902-1918). Este periódico destacou-se pela publicação dos discursos proferidos em ocasiões festivas, que muitas vezes substituíram as descrições das comemorações realizadas. A formação do caráter e da moral esteve associada à formação do cidadão republicano nos discursos publicados e era um saber a ser apropriado pelos professores e ensinados aos seus alunos. Os exemplos do mestre, dos alunos, bem como dos grandes nomes da história do Brasil também serviram ao ensino do civismo e da moralidade. Foi por este motivo que se

disseminou a idéia de que a profissão docente não poderia ser exercida por todos, já que o professor deveria ser um modelo de conduta exemplar aos seus "discípulos".

Carlos A. Gomes Cardim, então inspetor de ensino, afirmou que em todos os atos dos alunos percebia-se sempre o reflexo do mestre, porque este "pela sugestão, incute-lhe todas as qualidades que possui" (*Revista de Ensino*, março de 1908, p.31). Além de ser um exemplo de boa conduta, um bom professor, segundo Dino Bueno, era aquele que praticava sua "missão" com amor, já que este era o princípio criador de todas as coisas, inclusive de homens para a sociedade (*Revista de Ensino,* março de 1906, p. 807). Por outro lado, um mau mestre representava um "perigo social de conseqüências desastrosíssimas", influenciando seus alunos que em seu convívio imediato tornavam-se verdadeiros "veículos de propaganda" das qualidades "deploráveis do seu mau guia", desse modo, segundo o autor, era possível a partir da observação do comportamento das crianças perceber as qualidades e defeitos do seu mestre.

O professor na sua "sagrada missão" deveria resguardar a escola infantil com uma vigilância sempre desperta para que seus alunos não se contaminassem com esta epidemia, educando e instruindo ao mesmo tempo. A educação moral, na opinião dos educadores da época, deveria ser o preâmbulo obrigatório de todo sistema educativo, que só poderia ser alcançada com o auxílio da família, considerada como um elemento imprescindível para o sucesso do ensino. A educação, na opinião da professora Maria Reis (*Revista de Ensino*, novembro de 1907), será sempre defeituosa sem a cooperação da família,

> A escola sem o auxílio direto do lar, deixará de alcançar os fins a que se propõe. É no lar que se lançam os primeiros alicerces do caráter.
>
> Assim, pois para a missão do mestre ter mais sucesso e eficácia, si a escola quiser desempenhar-se da sua responsabilidade, tem de pedir a efetiva colaboração da família em tudo que aspira e realiza ... (*Revista de Ensino*, novembro de 1907, p. 105).

A presença das metáforas educacionais nos discursos selecionados para análise indicou, como propõe Scheffler (1974), aquilo que se pensa serem paralelos significativos, analogias e similaridades existentes no interior do tema do próprio discurso. As afirmações metafóricas exprimem muitas vezes verdades significativas e surpreendentes, à diferença das estipulações, que não exprimem absolutamente nenhuma verdade e, em contraste com as definições descritivas, que normalmente não surpreendem. "A afirmação metafórica indica a existência de uma importante analogia

entre duas coisas, sem dizer explicitamente em que consiste a analogia" (SCHEFFLER, 1974, p.60). Para que a afirmação metafórica seja julgada valiosa ou apropriada, a analogia sugerida deve ser importante com relação a critérios que sejam relevantes no contexto da sua elocução.

A escola estava se constituindo como o local privilegiado para a formação dos futuros cidadãos. As festas contribuíram para tal intento já que foram consideradas ocasiões nas quais a sociedade poderia comprovar os benefícios das instituições de ensino como o melhor lugar para a educação dos alunos, considerados o futuro e a garantia do progresso social do país. A festa disseminava os valores da escola e da política dominante, mas também possuía uma finalidade social que era mostrar para a população o bom cumprimento das suas funções educativas. Cabe lembrar que a transferência das responsabilidades pela educação das crianças da família para a escola não foi um processo tranqüilo, mas marcado por muitas desconfianças, que sofreu influências das querelas entre o Estado e a Igreja, principalmente no século XIX, sobre quem deveria responsabilizar-se pela educação das crianças (JULIA, 2001). Segundo Azanha (1990-91), o aparecimento das instituições escolares exigiu a liberação parcial do esforço educativo das famílias para a escola. Este foi um processo muito complexo, que não deixou óbvio que a interpenetração máxima entre a escola e a comunidade fosse um benefício para a educação das crianças. Neste caso, as festas possuíam como uma das suas funções demonstrar os reais benefícios das instituições de ensino para a educação das crianças e sua capacidade para exercer tal função, contribuindo, dessa forma, para o processo de legitimação das escolas como locais privilegiados para o ensino, criadas especialmente para este fim e dos professores como os principais profissionais responsáveis por este ensino.

O objetivo da escola não deveria se resumir no desenvolvimento intelectual dos alunos, mas também contribuir para o seu desenvolvimento físico e moral. As festas constituíam-se oportunidades para a comprovação dos avanços alcançados pela escola no desenvolvimento das crianças. Durante as festas, os estudantes demonstravam estes avanços apresentando bons desempenhos nas sabatinas, nas apresentações de ginásticas e nos torneios esportivos. Corpo são e uma alma nobre, forte, franca e verdadeira constituíram a principal finalidade da educação e responsabilidade dos mestres. A formação de uma alma nobre deveria vir acompanhada de um corpo são, este duplo objetivo caracterizou a principal finalidade da educação na época.

O bom cidadão deveria saber como cuidar da sua saúde e da sua moral. Era tarefa do educador "incutir" nas crianças hábitos saudáveis como um dos "primeiros deveres humanos", e demonstrar que é um verdadeiro pecado físico "qualquer menosprezo, ou qualquer dano voluntariamente causado à saúde do corpo pela infração dos preceitos de higiene", conforme o educador Dino Bueno (*Revista de Ensino*, março de 1906). Nas festividades escolares, os corpos dos alunos também foram dados a ver e receberam destaque, principalmente nas apresentações de ginástica, nos torneios esportivos e nos desfiles pelas cidades, como se notou nas fotografias publicadas nos periódicos.

O estudante deveria saber como cuidar da sua saúde como cuidava da sua moral. Era tarefa do educador "incutir" nos alunos hábitos saudáveis como um dos "primeiros deveres humanos", e demonstrar que consistia um verdadeiro pecado físico "qualquer menosprezo, ou qualquer dano voluntariamente causado à saúde do corpo pela infração dos preceitos de higiene" (*Revista de Ensino,* março de 1906, p.808). Neste sentido, cabe destacarmos outros discursos que retomaram esta preocupação com a saúde e higiene das crianças. Nestes, a escola era percebida como a responsável pela vulgarização da higiene na sociedade, o professor deveria velar pela saúde das "criancinhas", alguns chegaram mesmo a dizer que o professor deveria assumir o cargo de médico, estudando e aplicando conhecimentos específicos da área quando esse não existisse na escola, conforme explica o professor Mario Mandelli (1916),

> E vós, professores futuros, vós que sois aqueles que ides dentro em pouco compreender nas vossas escolas a santa luta contra todas as enfermidades que posam prejudicar os vossos alunos, deveis dedicar-vos também a medicina.
>
> A peleja não é fácil, mas em tratando de redimir a Pátria de um mal qualquer, que pouco se vos dê morrer na luta (*Revista de Ensino*, dezembro de 1916, p. 23).

Convém lembrar que esta preocupação com a disseminação dos preceitos higiênicos e da sua relação com o contexto social e escolar já estava presente no debate social desde o período Imperial Brasileiro, no qual, como nos explica Gondra (2000), a medicina começou a se preocupar com os problemas da ordem social, incluindo-se a questão da formação das novas gerações. A medicina definia seu papel pedagógico pela necessidade de difusão de um saber e de uma verdade que fundamentavam a ação coordenada de toda a sociedade, já que emanava do corpo médico a verdade a ser

ensinada tanto “ao governo quanto a população, que são ignorantes’, justificativa para a adoção de medidas médico-higiênicas, tanto na esfera pública quanto no universo privado” (GONDRA, 2000, p.526). A educação escolar, neste contexto, deveria ser ordenada de modo a concretizar o projeto de erradicação da ignorância e de produção de um futuro ordeiro, homogêneo e civilizado, enfim de uma sociedade higienizada.

Além de serem momentos importantes para o aprendizado dos conteúdos históricos, do civismo, da higiene e das maneiras de ser e estar na profissão docente, as festas escolares também visaram à educação estética da população. A educação estética refere-se às mais variadas formas de expressão artística, tais como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos manuais, bem como às formas de educar para produzir uma emoção estética. As festas deveriam dar visibilidade à modernidade, consolidar no espaço urbano novas atitudes e valores, como a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade, entre outros. As cidades precisavam ser percebidas não somente como locais de trabalho e de deslocamento, mas também de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem (VEIGA, 2003), aspectos percebidos na realização das reformas urbanas que almejavam conciliar a higienização e o embelezamento das cidades. Acredita-se que para a “formação do espírito nacional, a arte pode ser mais eficiente que a própria história” (VEIGA, 2003, p. 408). A formação estética dos alunos aconteceria no momento de estudo dos textos a serem recitados, nas aulas de canto e música, na ornamentação das escolas para as festas, na participação das mesmas e especialmente, nas expressões de cultura física como ginástica, marcha ritmada e jogos escolares.

> As festas, exposições pedagógicas, eram organizadas, preparadas e apresentadas para despertar na população uma emoção diferente, que perfilassem a harmonia, a ordem, o belo, “um brado de consciência pública” (VEIGA, 2003, p.419).

A educação estética dos alunos esteve associada à disciplina e uniformidade dos mesmos nas comemorações escolares. A festa representou a expressão máxima da disciplina dos alunos, observada na assimilação de comportamentos socialmente e escolarmente aceitos, na apresentação dos conteúdos assimilados durante o ano letivo e na participação ativa no desenvolvimento do festejo. Os alunos, nessas ocasiões, diferente do que acontecia no contexto de sala de aula, assumiam nas festas um papel ativo e colaborativo. A relação pedagógica era invertida, os alunos tomavam uma parte

da responsabilidade pelo seu próprio aprendizado e desempenho disciplinado na solenidade, além de serem os principais responsáveis pela disseminação dos valores escolares para a sociedade que comparecia em tais festividades.

A disciplina dos alunos esteve associada, como afirma Jorge do Ó (2006), ao projeto moderno[26] de escola e de educação, no qual o ideal a ser alcançado era a independência do aluno. As regras já não se impunham pelas sanções, pela rigidez dos princípios, nem eram passíveis de serem ensinadas pelo professor. De modo inverso, cada indivíduo era obrigado a inferi-las, a descobri-las em um jogo relacional com o mundo exterior, no qual a lógica da emulação e do mimetismo identitário mantinha seu potencial socializador. Neste sentido, o discurso pedagógico projetou um tipo ideal de estudante independente-responsável. O momento da festa pôde ser considerado a oportunidade de demonstrar este treino disciplinar interior. O aluno sabia o seu papel e que o êxito ou fracasso do evento dependia de sua disciplina e de sua responsabilidade.

As questões da identidade, da função social da escola, do papel do professor, da crise moral que ameaçava a ordem social que se reestruturava, da formação do cidadão, da higiene, da educação estética da população e dos alunos, da disciplina dos alunos, da adequação das regulamentações e programas festivos às realidades das instituições escolares foram todos saberes discentes e docentes associados às comemorações escolares. As festas ao veicularem estas temáticas apresentaram, algumas vezes, de forma implícita ou explícita, o projeto de escola, de escolarização e de profissão docente que prevalecia no período. A comemoração enquanto componente de uma cultura escolar e apresentando sua própria cultura festiva sofreu influência e influenciou as propostas de constituição de uma sociedade representativa da república. A recorrência de temas como a definição do papel da educação, do professor no projeto do governo, do ideal de aluno-cidadão que deveria ser formado nas instituições de ensino, informações disseminadas pelos festejos demonstraram o papel de destaque que este ocupou no âmbito escolar e social.

2.3) *As festas e seus sentidos*

[26] A modernidade é concebida por Ó (2006) como um período marcado pelos discursos desenvolvidos sobre o problema moral e a conseqüente criação de tecnologias disciplinares.

A festa, de acordo com Ozouf (1976), pode ser concebida como um artefato, uma máquina que, ao ser montada e desmontada, pode servir a diferentes fins. A transformação destes objetivos e finalidades implica também uma modificação dos sentidos atribuídos pelos idealizadores das festas e pelos participantes das mesmas aos eventos festivos. Em diferentes contextos, as festas em geral e as festas escolares possuíram distintos sentidos, e alguns destes sentidos puderam ser apreendidos no desenvolvimento desta investigação.

O termo sentido é apresentado aqui de acordo com a concepção discutida por Silva (2004) na sua pesquisa histórica acerca dos sentidos atribuídos à profissão docente pelos próprios professores. Para o estudo desta questão, a autora utilizou-se dos testemunhos deixados ou concedidos por professores e professoras com larga atuação no ensino primário e na legislação que organizou os sistemas de ensino público em Santa Catarina, São Paulo e Portugal. De acordo com Silva (2004), os sentidos não são dados a *priori*, mas são construídos numa base cultural, num conjunto de valores e representações, em situações de interação e relação. Os sentidos das festas escolares foram tratados tomando como referência as discussões efetuadas pelos educadores da época acerca da validade ou não desta prática no âmbito escolar e nas próprias publicações do período, que em distintos momentos deram mais visibilidade a um tipo de evento comemorativo em detrimento dos outros.

Concebidas como uma máquina, um artefato ou uma técnica, as festas apresentam uma série de componentes capazes de fazê-las serem compreendidas e exercerem atração em diferentes contextos-históricos. Esse conjunto de elementos pode ser denominado de uma técnica da festa, composta de um ritual, uma teatralização, que se repete em comemorações realizadas por diferentes instituições sociais (Estado, Igreja, instituições de ensino) em distintas sociedades. A técnica da festa compreende uma série de rituais que são apropriados e transformados para determinados fins, no caso da sociedade colonial brasileira, as festas foram utilizadas para garantir a presença da metrópole na colônia, mostrando quem detinha o poder naquela sociedade. Neste caso, a festa apresenta-se como "situação ritual de reprodução simbólica de relações sociais" (BRANDÃO, 1978, p.10), já na sociedade republicana foram atribuídos outros sentidos às festas cívicas, as de inauguração, aniversário, encerramento do ano letivo e as comemorações da natureza, representadas pelas árvores e pelas aves.

A técnica da festa se repete para diferentes fins, por este motivo é possível perceber alguns traços em comum entre as festas ocorridas no âmbito religioso e no âmbito estatal e escolar. Alguns elementos que compõem esta técnica são reapropriados e ressignificados pelos realizadores da festa e apropriados de formas diferentes pelos participantes das festas. Por exemplo, os sermões pregados pelos sacerdotes nos dias dedicados aos santos foram substituídos pelos discursos dos reformadores da instrução, as fantasias foram transformadas em uniformes escolares com o objetivo de garantir a ordem e disseminar uma idéia de homogeneidade escolar, as procissões transformadas em passeatas garantiriam que mesmo aqueles que estivessem em suas casas pudessem acompanhar o festejo, as músicas e encenações (não só relacionadas à religião católica, mas às outras religiões também) deixam de possuir um conteúdo religioso para divulgarem ensinamentos cívicos. Esses elementos, garantidores de uma determinada teatralização da festa, garantem que ela exerça fascínio na população e aderência aos conteúdos disseminados. As festas escolares se apropriaram dessas técnicas existentes, transformando-as, ao mesmo tempo em que apresentaram novos rituais como as homenagens às personalidades consideradas ilustres na sociedade, entrega de diplomas, boletins, prêmios aos considerados melhores alunos, torneios de ginástica e disputas esportivas.

> Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários (DEL PRIORI, 2000, p. 10).

A festa pode ser considerada um ritual composto de alguns elementos e técnicas, aqui denominados de cultura festiva, que podem variar segundo as finalidades das comemorações e as instituições sociais que as promovem. Dentro dessa cultura da festa pode-se identificar alguns elementos que se repetem e são transformados de acordo com o propósito da festa. Para Del Priori (2000), a compreensão total da festa só pode ser atingida quando se considera todas as manifestações de sua chamada "prismática vivência", que comporta os gestos, os bailados, o entretenimento, a violência, as funções mágicas e políticas da festa. Desse modo, a festa pode ser concebida como expressão teatral de uma organização social. Nestas os papéis sociais podem ser confirmados ou invertidos. A técnica da festa permite que ela seja ressignificada em

diferentes contextos, bem como que ela seja apropriada de diferentes formas em um mesmo contexto social e político. Este é o caso, por exemplo, das festas escolares que foram contestadas em seu caráter educativo em alguns momentos do período delimitado neste estudo.

Se em um primeiro momento as festas foram valorizadas enquanto artifício para a confirmação dos avanços do governo no campo educacional, após alguns anos de implantação do sistema de ensino, sua potencialidade passa a ser contestada e ela é concebida até como uma das causas perturbadoras do ensino, sem nenhuma utilidade para o fim da educação. Uma das primeiras críticas às festas escolares foi publicada na *Revista de Ensino*, em 1908, em artigo assinado por João Beckmaun. Naquela oportunidade, o autor argumenta que as festas escolares já haviam cumprido a sua função que era a de tornar bem explícito o desenvolvimento das primeiras escolas republicanas. Segundo Beckmaun (1908), estava havendo exageros nessas festas:

> temos assistido a verdadeiras exibições teatrais, incompatíveis com a natureza essencialmente prática e educativa dos estabelecimentos de ensino, o que não deixa de revelar perda de tempo, que podia ser empregado em coisas mais úteis (*Revista de Ensino*, 1908, p. 36).

As festas deveriam ser, para o autor, uma repetição bem organizada e bem selecionada de aulas dadas durante o ano letivo, conforme já era realizado em algumas escolas. Deveriam, assim, trocar os hábitos dos festejos pelos que estavam se iniciando nas escolas, como os de comemorar as datas nacionais, como a Festa da Bandeira, através de "festas íntimas, como as aulas cívicas, sem pompas, nem aparatos" (*Revista de Ensino*, 1908, p. 36, p. 36). A opinião favorável às festas não era compartilhada por todos. Segundo Guilherme Kuhlmann (1919), por exemplo, as festas nacionais traziam um "minguado ensino cívico (...) poucos resultados, só vésperas dos feriados ouvem falar da data, festas", mas o ensino cívico "deve ser principal preocupação, em todas as aulas" já que é distribuída nos anos do curso primário e tem lugar determinado no horário (*Revista de Ensino*, ano 17, jun-dez/1918 – publicado em out/1919, p. 15).

Críticas como essas podem ser vislumbradas nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*, que publicou dois artigos que teciam considerações ao hábito de festejar. Desses textos, vale destacar o relatório do inspetor de ensino Miguel Carneiro Junior (1908-1909), no qual o educador assinalou tudo que lhe parecia "mau" no sistema escolar e dentre as causas perturbadoras do ensino apontou as festas escolares:

> 14. Festas Escolares
> Uma outra causa perturbadora do ensino, são as festas de caráter mais ou menos teatral, com que muitos grupos escolares e algumas escolas isoladas encerram os trabalhos do ano letivo.
> Essas festas, de valor educativo muitíssimo contestável, perturbam extraordinariamente o ensino, por causa dos ensaios que exigem.
> As crianças, no entusiasmo das festas em preparo, esquecem os preceitos disciplinares, abandonam os estudos e adquirem o hábito pernicioso da vadiagem.
> A escola deve ser alegre, deve ser festiva, para que a criança se sinta bem nela, mas, por certo, não será com a interpretação de comédias e revistas que tal intuito se conseguirá (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1908-1909, p. 72).

Pelo que se percebe parece que parte das críticas às festas se devia ao fato dessas ocuparem muito tempo com as preparações para não surtir o efeito desejado. Além disso, por serem comemoradas no dia do feriado não contentava os professores que perdiam o dia de descanso. Talvez esse foi o motivo de tais festejos acontecerem em algumas escolas na véspera do dia indicado, como reclamou o inspetor Aristides de Macedo: "as comemorações cívicas deveriam ser realizadas na data correta e não na véspera como costumava acontecer", já que para o inspetor "essas constituíam uma ótima oportunidade para a educação moral e cívica e para a formação do patriotismo na criança" (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1910-1911, p. 100-107). Por outro lado, noticia-se na *Revista Escolar* que a festa de 15 de novembro, "esta grande festa nacional foi brilhantemente comemorada em todos os nossos estabelecimentos de ensino [...]. O dia seguinte, segunda-feira, foi feriado nas escolas para descanso de alunos e professores" (*Revista Escolar,* n. 12, ano 1, 01/12/1925, p. 101). Pelo fato dessa notícia datar da década de 1920, pode ser que após alguns anos após a instituição das festas, as reivindicações dos professores tenham sido acolhidas e o descanso garantido depois das celebrações.

Se de um lado havia sugestões para acabar com os festejos de fim de ano nos grupos e escolas-modelo por não serem mais necessários, de outro se noticiava, em relação às escolas isoladas da Capital, que o governo ofereceu aos professores e alunos a *garden-party*, a qual, segundo João Lourenço Rodrigues, consistiu em um "prenúncio de uma nova era para as escolas isoladas" (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1907-1908, p. 65). Na verdade, tal fato demonstrou que, na impossibilidade de exterminar com as escolas isoladas, procurou-se fazer propaganda destas, já que a reputação dos grupos estava consolidada e estes não eram suficientes para suprir a

demanda de alunos. Noticiou-se que foram reunidas numa festa coletiva as escolas isoladas, a fim de inculcar no espírito dos professores que elas eram isoladas somente quanto ao tipo de organização devendo formar "pelo critério e esforço de quem as rege um aparelho harmônico e militante nas lides do ensino" (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1907-1908, p. 64). A solenidade, presidida pelo Secretário do Interior, teve início com um discurso alusivo àquele ato do Inspetor Escolar Ramon Roca, havendo, em seguida, a distribuição de medalhas aos alunos que tinham obtido melhores notas durante o ano letivo, ritual este também presente nos grupos. Houve, ainda, um discurso da professora D. Paulina Nacaratto, que explicitou os serviços que o governo vinha prestando à instrução pública (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1907-1908, p. 65).

Se as festas foram importantes em um primeiro momento para a consolidação dos ideais republicanos e para dar visibilidade à escola pública, em um momento posterior esse objetivo foi contestado e ela continuou acontecendo, mas com outros sentidos e propósitos que não os mobilizados inicialmente. Pode-se atribuir essa alteração no papel das festas à própria assimilação dessas na cultura escolar. Ao fazerem parte de um modo cada vez mais recorrente do cotidiano escolar, constituindo-se em um dos aspectos da cultura específica da escola, observou-se que, ao se alcançar os objetivos explicitados, não foi mais necessário marcar a festa como uma novidade educacional. Quando as escolas-modelo e os grupos escolares foram criados, muitas foram as mudanças a serem incorporadas por professores, alunos e também pelos pais. Nesse sentido, as festas consistiram em um dos vários aspectos introduzidos e que gradativamente entranharam-se nas representações sociais do que compõe a cultura escolar.

Entretanto, como afirma Julia (2001), é preciso estudar além das prescrições, as práticas associadas às festas escolares e, neste sentido, os romances autobiográficos dos educadores da época constituem-se material profícuo para a nossa análise[27], já que nos apresentam as impressões e reflexões dos professores sobre essa prática. Para este trabalho foram escolhidos três títulos: o romance intitulado **O calvário de uma professora** (1927), escrito por Dora Lice, que remonta aos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, período ao qual são dedicadas as reflexões que aqui se

[27] Para um estudo mais detalhado sobre os romances autobiográficos e a importância da autobiografia para a formação e autoformação de professores, ver respectivamente: MORAES (1996) e CATANI & VICENTINI (2006).

apresentam. O livro de Raimundo Pastor, **Alegrias, agruras e tristezas de um professor**. Recordações de Xiririca, Itanhaém, Iporanga e Vila Bela de 11-07-1919 a 5-1926 e, por fim, **O professor Jeremias** (1921) escrito por Léo Vaz[28].

Hermengarda, protagonista do livro **O calvário de uma professora**, ao relatar as festas, o faz de forma pouco entusiasmada afirmando que essas constituíam verdadeiro suplício para os alunos e professores. Nas palavras da autora, "As obrigatórias e tão repetidas comemorações cívicas, como são geralmente feitas, constituem verdadeiro suplício, tanto para as professoras como para os alunos" (DORA LICE, 1927, p.72), causam prejuízo às classes pelos múltiplos ensaios, além de tirar do professor o descanso que lhe proporcionaria o feriado concedido por lei. Para ela, "É preferível ao professor, dar aula o dia todo, a ficar de pé, horas a fio, sob um sol abrasador, ouvindo recitar as poesias sempre repetidas dos nossos grupos escolares" (DORA LICE, 1927, p.72). E por fim justifica,

> quando não lhe era permitido fazer na véspera a comemoração tomava o diretor a si, o encargo dos ensaios, e no dia consagrado os professores eram assistentes apenas. Assim não se prejudicava o ensino nem se cansavam os professores já bastante sobrecarregados com aulas diárias. (DORA LICE, 1927, p.72).

Por outro lado, existiam professores tão entusiasmados com as festas, que até propunham a comemoração de outras datas e temas, esse é o caso, por exemplo, do amigo do protagonista Jeremias do livro **O professor Jeremias** (1921), Claudino José Maria, que propõe a festa das formigas. Esse relato é feito em um capítulo no qual o autor transcreve uma carta recebida de um amigo professor por ocasião da Festa da Árvore, "que ultimamente se realizou em todo o Estado, com a pompa e o proveito habituais" (VAZ, 1921, p.205). Nesta carta, o amigo Claudino José Maria descreve e comenta a última festa da árvore realizada no Estado de São Paulo. Cabe destacar deste excerto a importância dada à celebração pelo professor, que na ocasião se coloca como inventor e propõe mais outras festas:

> Como meu colega, deves ter passado pelo gosto de participar da última festa que anualmente dedicam os poderes públicos aos nossos irmãos vegetais. Eu também passei por ele. Tive mesmo como bom professor, que me prezo, um soneto encomiástico ao cipó...
> (...)

[28] O estudo destes romances foi realizado por MORAES (1996) em sua dissertação de Mestrado, intitulada: **Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores paulistas**.

> Mas, como te dizia, tive também o gosto, como tu. O que, entretanto, tive a mais, foi certa idéia, que ora submeto a sua apreciação.
> Tive-a durante a festa.
> (...) mirava eu, distraído, o chão do pátio, quando os meus olhos caíram sobre um cordão verde de folhas de roseira, lépido e ondulante, que se insinuava e sumia numa talisca do muro próximo.
> Não adivinhar o que era?
> Eram formigas, meu caro, distintas formigas lafontaineanas, na faina de enceleirar, para as futuras zumbaias às cigarras vagabundas.
> 'Fiat Lux'
> E a luz se fez no meu cérebro, sob a forma da idéia que te anunciei. E eu também vi que a luz era boa. Tão boa que eu t'a envio para que me digas se não é aproveitável sob o ponto de vista educativo e moralista. (...) A idéia é a da instituição da FESTA DAS FORMIGAS (VAZ, 1921, p. 206-207).

A existência de professores que desejaram multiplicar as festas não se fez na ausência de alunos que desejaram eximir tais comemorações como forma mesmo de punir os dirigentes escolares. Esse é o caso, por exemplo, da situação narrada por Léo Vaz no seu romance **O Professor Jeremias**, na qual os alunos decidiram na véspera da festa de formatura cancelar os festejos como forma de punir o diretor Conrado, que se fez ser convidado como paraninfo da formatura. Os alunos decidiram receber os diplomas na secretaria da escola, sem nenhuma recepção festiva. Segundo os alunos, o diretor ao se convidar paraninfo havia retirado a "espontaneidade das festas". Para eles:

> Em vista das circunstâncias supervenientes, que lhes tiraram a faculdade de manifestar com sinceridade a sua alegria pela feliz conclusão dos seus labores escolares, os professorandos deste ano, em reunião solene ontem efetuada, resolveram prescindir dos habituais festejos com que anualmente são distribuídos na Escola Normal os diplomas dos alunos que terminaram o respectivo curso.
> A recepção dos diplomas será feita, simplesmente, sem nenhuma solenidade, na secretaria da Escola ao último dia letivo do ano corrente (VAZ, 1921, p.106).

Entretanto, o Professor Conrado não admitiu tal situação e andou de porta em porta convencendo os pais a incitarem seus filhos a participarem das festas "a torná-los festivos e festeiros conforme convinha ao bom nome da escola e ao sucesso da carreira dos futuros mestres". O governo, conforme dizia Conrado, não verá com bons olhos "uma turma de moços insubmissos, que se despede da Escola numa atitude oposicionista e demagógica. Tais moços nunca seriam bons funcionários: o governo os repelirá. E o governo é sempre o governo!..." (VAZ, 1921, p.108). E a festa aconteceu, a despeito das reivindicações estudantis, com todas as pompas e aparatos possíveis.

Tal como podemos nos referir às culturas escolares (CHERVEL 1990; VIÑAO FRAGO, 1996; JULIA, 2001), é conveniente tratar as festas também na sua pluralidade característica de uma cultura festiva. A cultura da escola e seus elementos, como as festas, transformaram-se com o decorrer do tempo, das sociedades, das políticas e até mesmo das finalidades religiosas (JULIA, 2001), sendo que sua repercussão não fica restrita ao âmbito escolar, formando somente os indivíduos que freqüentam as escolas, mas também tem a potencialidade de penetrar, moldar e modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990). Isso pode ser observado no caso das festas cujo propósito inicial era deixar bem patente para a sociedade o *desenvolvimento admirável e real das crianças educadas* nas primeiras escolas públicas paulistas e que depois de algum tempo teve seu propósito inicial transformado em outros objetivos. A festa, compreendida em uma série de elementos que compõe a cultura festiva, pode assim como a cultura escolar se transformar no decorrer do tempo.

Considerando as notícias publicadas nos periódicos da época pelos docentes que atuaram na área educacional e os romances autobiográficos escritos por professores, foi possível afirmar que, num primeiro momento, um grande número de artigos acerca das festas de aniversário, inauguração e encerramento do ano letivo almejaram além de dar visibilidade aos avanços alcançados pelos dirigentes republicanos no âmbito educacional, demonstrar o desenvolvimento das crianças educadas nas primeiras escolas republicanas. As festas que buscaram mostrar o avanço e progresso das instituições escolares, a partir do começo do século, passaram a dividir as atenções com outro tipo de festa: as festas cívicas que confirmaram a potencialidade pedagógica dessa atividade. O civismo, a moral, os bons costumes, o bom cidadão, os grandes heróis e nomes da nossa história foram temas de diversos festejos. Num último momento, já no final do período delimitado para estudo, nota-se a presença de um terceiro tipo de festa, intituladas neste trabalho de festas da natureza, que eram aquelas que comemoravam as árvores e aves como expressões da pátria brasileira e da sua riqueza natural. Estimular sentimentos de apreço à natureza era uma forma também de estimular o patriotismo dos brasileiros, como será analisado no terceiro capítulo.

As descrições, as impressões e as interpretações dos educadores da época sobre as festas escolares expressas nos depoimentos, romances, discursos, artigos publicados no período, permitiram perceber os diferentes sentidos e apropriações desses eventos festivos, que não poderiam ser percebidos em outros textos, como por exemplo, as

interpretações elaboradas por estudiosos contemporâneos. Desse modo, este material mostrou-se potencialmente rico para a compreensão de uma visão interna das festas, ou seja, das formas pelas quais os professores concebiam a comemoração escolar como um aspecto da cultura escolar e se apropriavam de seu significado.

CAPÍTULO 3: A ESCOLA E SEUS FESTEJOS: UMA TIPOLOGIA DOS EVENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO LETIVO

Neste capítulo serão apresentadas e analisadas as principais comemorações levadas a efeito nas escolas públicas primárias paulistas durante o processo de constituição de um sistema público de ensino, utilizando-se para isso, as notícias, artigos, fotografias e informações publicadas sobre as festas nos periódicos de ensino que circularam no campo educacional no período selecionado para o estudo; a saber: *A Escola Pública* (1895-1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar* (1925-1927), bem como os relatórios dos inspetores escolares publicados nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1926).

Os dados sobre as festas escolares localizados neste *corpus* foram organizados em três categorias principais - as festas cívicas, que tratavam das datas e comemorações relacionadas ao regime republicano; as de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo (na qual realizavam-se as formaturas), que almejavam celebrar a escola e demonstrar o progresso alcançado pelo novo regime através das instituições de ensino e as comemorações da natureza (festas das árvores e das aves), cujo um dos propósitos fundamentais era incitar nas crianças e na sociedade como um todo o sentimento de respeito e amor à natureza e à pátria representada por estes elementos.

As festas escolares organizadas nestas categorias compreenderam o ritmo anual das atividades escolares, assim como aconteceram com os festejos religiosos[29] em outros contextos sócio-históricos. Elas eram realizadas nas datas previstas todos os anos e assim, puderam contribuir para a percepção e afirmação de um ciclo de vida inerente à escola. Outras festas também foram noticiadas nas páginas das revistas, entretanto, devido ao seu caráter esporádico serão analisadas neste capítulo a partir das categorias de investigação previamente definidas. Foram exemplos destas festas, as homenagens feitas a personalidades ilustres, a comemoração do dia da criança (festa ainda não institucionalizada no período), o dia da instrução e as festas realizadas por ocasião do centenário da Independência no ano de 1922.

[29] BARROS, Marcelo, 2002; BERKENBROCK, Volney, 2002; DEL PRIORI, 2000 e BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1978.

3.1) *O ideário republicano nas festas escolares: as festas cívicas e a promoção da República*

> *As revoluções têm que lidar ao mesmo tempo com a organização de uma nova vida social e política e com a construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo. Assim, ao se iniciar um momento novo, precisa-se evocar um tempo remoto. Lá estariam as raízes, o sentido verdadeiro do homem e da sociedade. Esta ubiqüidade das revoluções, marcadas por ter um pé no futuro e outro no passado, tem se delineado de diferentes maneiras (OLIVEIRA, 1989, p.173).*

Ao mesmo tempo em que as festas fizeram parte de uma cultura própria da escola, elas também contribuíram para a consolidação do sistema político republicano, engendrando um modelo de cidadão a ser formado nas instituições de ensino de acordo com o novo ideário político. A constituição de um sistema público estatal de ensino e das festas que celebraram este aparelho escolar, no caso brasileiro, foram utilizadas como propaganda, divulgação e afirmação do novo regime que se instaurava[30]. Através das festas os indivíduos puderam ver concretizados os ideais, valores e normas de um projeto político para a sociedade. E a escola, enquanto parte integrante da sociedade, não poderia ser analisada de forma separada do contexto social, econômico, histórico e político do qual fazia parte[31], por esta razão constituiu-se objetivo deste item da dissertação discutir as relações estabelecidas entre as festas cívicas que aconteceram nas instituições públicas de ensino e o contexto histórico da Primeira República (1890-1930), principalmente, a forma pela qual o projeto político republicano se fez presente nestes acontecimentos.

O período posterior à implantação de um novo regime político tem importância indelével para a consolidação do mesmo. Faz-se necessário disseminar uma nova ideologia, concebida como instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno e como a justificação racional da organização do poder. A escolha de uma ideologia representativa de um novo regime é sempre um acontecimento marcado por tensões e conflitos pelos vários segmentos que disputam o poder em determinados

[30] Foi no momento de constituição dos Estados-Nação, no decorrer do século XIX, que a escola tornou-se, na maior parte dos países Ocidentais, uma instituição de grande relevância política e social (GALLEGO, 2003).
[31] SILVA, Vivian Batista (2005).

contextos sociais e históricos. Isso não foi diferente no caso brasileiro, como explicitou José Murilo de Carvalho em seu livro **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil** (1990). No Brasil, existiram três correntes que disputaram a definição da natureza do novo regime: 1) o liberalismo à americana, 2) o jacobinismo à francesa, e o 3) positivismo. "As três correntes debateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século" (CARVALHO, 1990, p.9). Estas batalhas ideológicas e políticas vinham acompanhadas e eram compostas das não menos importantes batalhas de símbolos e alegorias. Tratava-se de uma luta em torno da imagem do novo regime, cujo propósito era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos.

> A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos (CARVALHO, 1990, p.10).

As justificativas ideológicas possuíam elementos que extravasaram o meramente discursivo, supunham modelos de república e de organização da sociedade, que trouxeram embutidos aspectos utópicos e visionários. Para José Carvalho (1990), "a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas" (CARVALHO, 1990, p.11). A reorganização dos elementos característicos e pertencentes à sociedade republicana através de festas específicas foi objeto de estudo de Lúcia Lippi Oliveira (1989) em seu texto "As festas que a República manda guardar", no qual além da investigação acerca da construção da memória republicana na passagem do Império para a República, foram discutidos os traços que distinguiram os distintos momentos políticos e o papel das festas neste processo.

Para Oliveira (1989) a cada crise ou transformação social é preciso que se construa uma nova tradição, que se defina quais eventos e pessoas devem ser lembradas e quais devem passar ao esquecimento. Ainda de acordo com Oliveira (1989) os monarquistas e os republicanos foram os dois grupos em conflito explícito no início da República, cada qual buscava construir sua interpretação dos fatos históricos e os

desafios a serem vencidos. A versão republicana da história do Brasil buscou retomar os movimentos precursores da República e assim demonstrar que este regime foi historicamente constituído como uma aspiração nacional, ou seja, uma tradição na nossa pátria. Já os monarquistas afirmavam que a monarquia havia dado ao país setenta anos de paz interna e garantido a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. O eixo central da argumentação monarquista estava na unidade nacional garantida pelo Império e a ameaça de desmembramento produzida pela República. Os republicanos e monarquistas construíram suas memórias específicas e lutaram por torná-las estáveis (OLIVEIRA, 1989).

A hipótese de Oliveira (1989) era, naquele momento, a de que o novo universo simbólico engendrado pelos republicanos não conseguiu conferir legitimidade ao regime político. Por outro lado, os monarquistas não foram fortes suficientes para restaurar a Monarquia, entretanto atestaram a supremacia de sua interpretação sobre o Brasil, ao afirmarem que só o Império foi o garantidor da unidade nacional e fez dessa unidade a questão mais importante da vida política brasileira. A competência dos historiadores monarquistas na defesa de sua versão histórica pôde ser justificada pelo fato deles comporem a elite letrada de "alta linhagem" e também pela divulgação privilegiada de sua interpretação através de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Desse modo, coube aos republicanos manterem a unidade presente no Império através de pactos como o das forças oligárquicas, a política dos estados ou dos governadores e a do federalismo à brasileira (OLIVEIRA, 1989).

As festas ocuparam um lugar central na luta pela hegemonia de uma tradição. Elas foram concebidas como forma de evitar o esquecimento, alimentando a recordação de fatos e de pessoas específicas, representando, dessa forma, a ideologia dominante. De acordo com Oliveira (1989), a explosão do "espírito comemorativo" e o reconhecimento de sua importância aconteceram durante o século XIX de forma conjunta com a valorização das nações, que precisou, neste contexto, reorganizar e disciplinar os indivíduos construindo para eles uma versão da memória histórica nacional condizente com a nova organização social e política.

Na constituição da memória de um país, faz-se relevante conhecer o desenvolvimento e os atores que participam deste processo. Os historiadores, publicistas, ideólogos e educadores foram os principais responsáveis por engendrar a

memória histórica nacional, principalmente, a partir da organização das comemorações e das festas oficiais, que tinham como objetivo dar legitimidade as tradições inventadas ao proporem a lembrança de fatos, de pessoas e de feitos heróicos passados a serem recuperados (OLIVEIRA, 1989). No Brasil,

> Os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados; valorizaram a lembrança de feitos e heróis até então perdedores. A República os resgatava em sua dignidade e valor. A proposta da tradição republicana não destacava a singularidade do país e sim seu pertencimento a uma fraternidade com países e/ou momentos visualizados como representantes do lema: liberdade, igualdade, fraternidade (OLIVEIRA, 1989, p. 185).

As festas organizadas na República almejavam assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, contrariando a idéia da construção de um marco inédito pelos republicanos na tradição histórica brasileira (OLIVEIRA, 1989). As festas escolares, que não se resumiam nas comemorações das datas cívicas oficiais, deveriam contribuir para o novo regime demonstrando o progresso do estado de São Paulo e do país, apresentado um novo modelo de cidadão republicano a ser incorporado por todos e contribuindo para a constituição de um imaginário político, histórico e social consoante às novas propostas dos dirigentes. Esta parte do terceiro capítulo é dedicada à analise das datas representativas dessa relação política e escola, e para esta finalidade foram selecionadas as datas referentes às comemorações cívicas assinaladas a seguir:

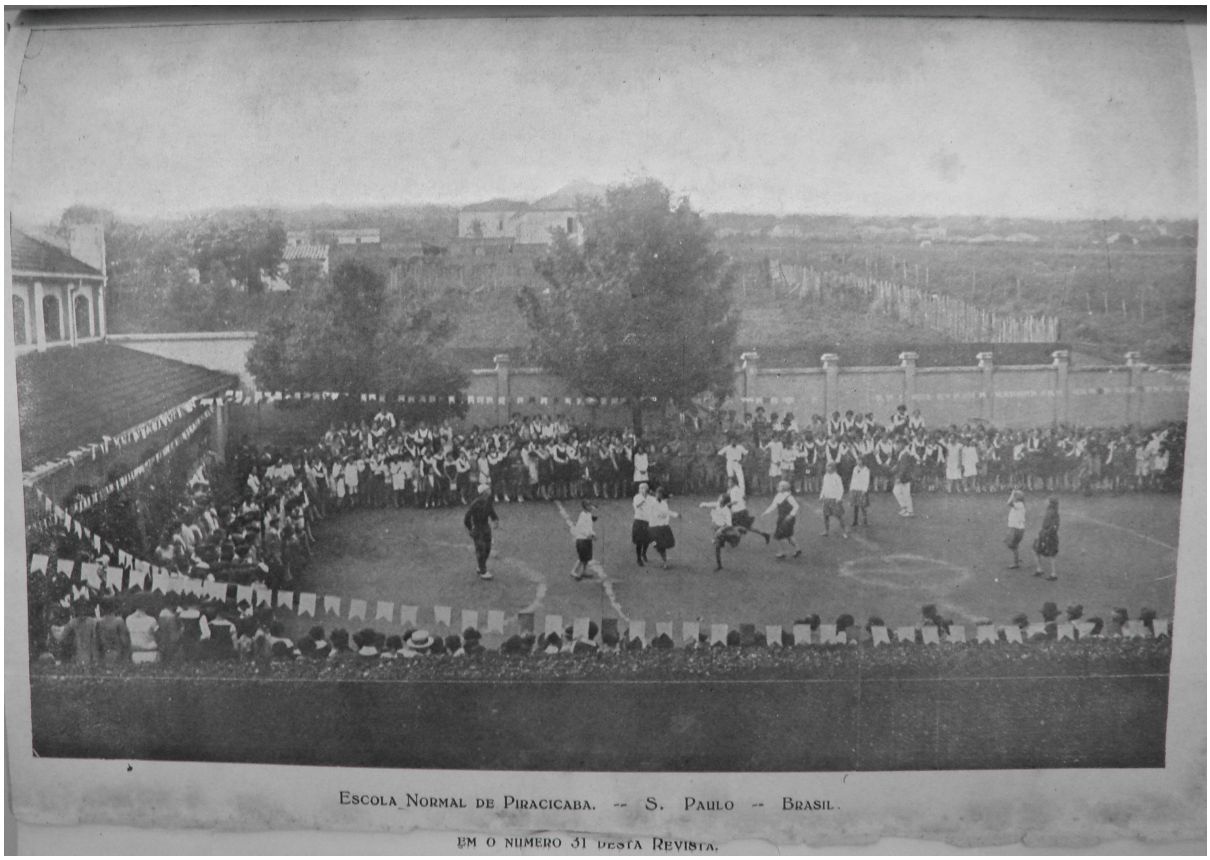
- ✓ 21 de Abril, consagrado à comemoração dos precursores da Independência do Brasil, personificado na figura de Tiradentes;
- ✓ 3 de Maio, consagrado à comemoração da descoberta do país;
- ✓ 13 de Maio, consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros;
- ✓ 14 de Julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;
- ✓ 7 de Setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil;
- ✓ 15 de Novembro, consagrado à comemoração da proclamação da República, e
- ✓ Festa da Bandeira, realizada no dia 19 de novembro.

O ensino cívico constituiu-se parte do projeto político republicano e componente fundamental da educação da população. A instauração do sistema político republicano significou um momento de ruptura social, no qual foi necessário fundar um universo simbólico capaz de atribuir legitimidade ao novo regime político (OLIVEIRA, 1989) e este universo seria consolidado a partir da disseminação dos valores cívicos e do culto aos símbolos nacionais. Valores, símbolos e rituais engendrados na escola e difundidos por ela a partir, principalmente, das ocasiões festivas. As festas confirmavam o ensino cívico aprendido nas salas de aulas e ainda disseminavam para a população que delas participavam estes valores. A presença da população nas festas, noticiada nos discursos e nas fotografias publicadas nas revistas, era considerada condição imprescindível para o sucesso das mesmas. As festas confirmavam para a sociedade presente os avanços alcançados pela escola na educação e desenvolvimento das crianças, ao mesmo tempo, esta mesma população, participando dos eventos festivos, poderia se instruir em sentimentos, valores e normas legitimadas socialmente. Alguns fotógrafos da época tiveram o cuidado em registrar além da ocasião festiva a presença da sociedade no evento, este foi caso, por exemplo, das fotos publicadas nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* do ano de 1926 e na *Revista Escolar* de 1927 e reproduzidas nas próximas páginas.

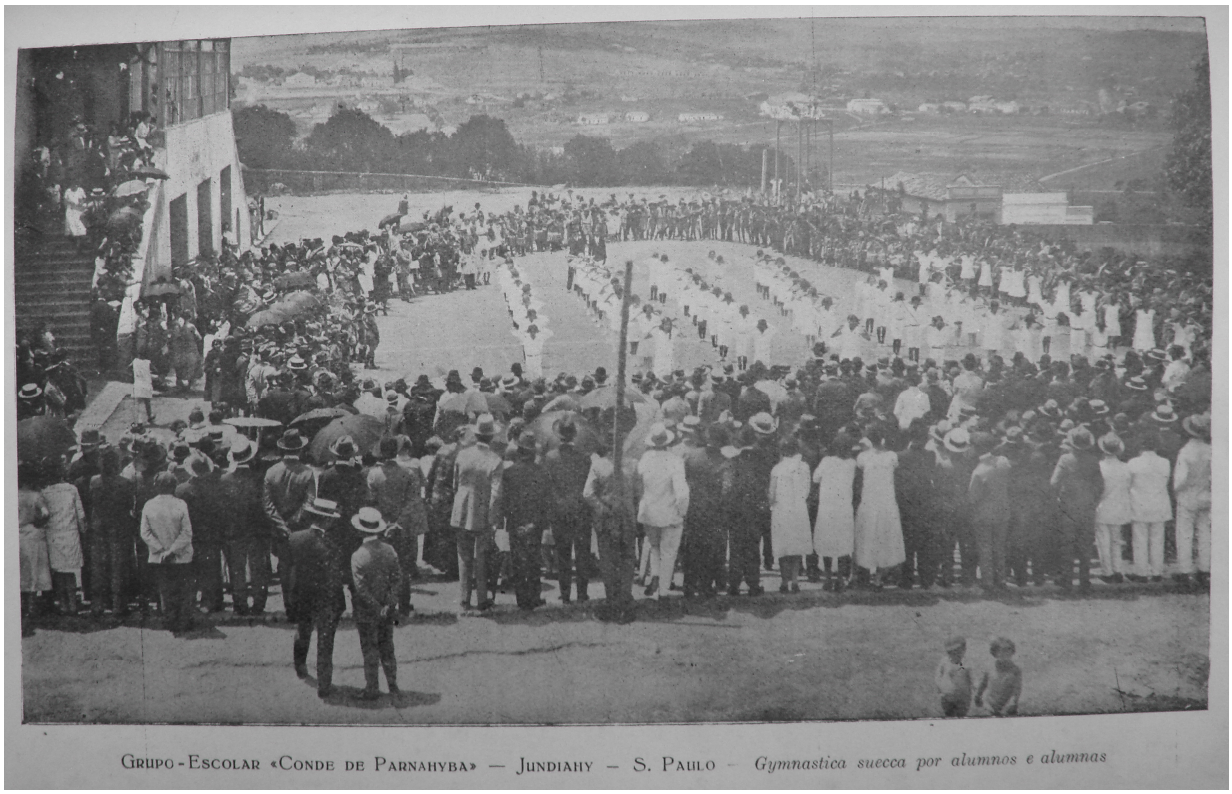
A mensagem implícita nas atividades escolares, tais como as festividades, lições, os textos dos livros de leituras, era a da República como a única fonte de virtude, capaz de homogeneizar (quase) todas as diferenças e, sendo o único regime que conferiria igualdade política, permitiria a qualquer homem, mesmo os de origem humilde, chegar a presidência do país ou à propriedade de uma fábrica (NUNES, 2000). Contudo, ao mesmo tempo em que a República garantia formalmente a igualdade política, ela também legitimava uma prática de manutenção da desigualdade, os ex-escravos e as classes trabalhadoras de imigrantes, por exemplo, constituíram presença incômoda nos centros urbanos, mas para estes a educação também seria a solução:

> Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional (CARVALHO, 1989, p.10).

O civismo foi concebido pelos educadores da época como a vertente educacional privilegiada para a formação do cidadão republicano e para a concretização



Escola Normal de Piracicaba – S. Paulo – Brasil
Revista Escolar, agosto de 1927, p. 81.



Grupo Escolar "Conde de Parnahyba"
Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 499.

dos ideais políticos no sistema educacional. O verdadeiro sentido da educação, de acordo com os reformadores, era a formação dos cidadãos, sendo assim o civismo deveria estar presente em várias atividades do âmbito escolar, como por exemplo, as aulas de história, os rituais de hasteamento da bandeira nacional, os hinos pátrios aprendidos nas aulas de música e apresentados em ocasiões solenes, as festas comemorativas de eventos ou de homenagens aos heróis nacionais. Essas práticas eram organizadas e fiscalizadas pelas autoridades educacionais, que sob a ótica do nacionalismo vigente, concebiam a escola como a instituição fundamental engendrada pela "nação" para formar o cidadão. A escola paulista deveria, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros" (BITTENCOURT, 1988, p.45).

A instituição escolar também foi considerada fator determinante para o aperfeiçoamento dos povos, sobrepujando os fatores raciais e desconstruindo a idéia de que o negro e o mestiço eram incapazes para o trabalho na sociedade republicana. Neste sentido, a tarefa da escola pública tornava-se ainda mais complexa ao se ver obrigada a introduzir, para alunos provenientes de diferentes setores sociais, formas de socialização comuns a todos e, "contraditoriamente inculcar um conteúdo alicerçado nos feitos das 'elites', únicos agentes dignos de figurar no rol dos construtores da nação" (BITTENCOURT, 1988, p.47). Por esse e outros motivos, a constituição do cidadão e ensino do civismo não poderiam ser tratados apenas nas salas de aulas e nos livros didáticos, as festas e comemorações tornaram-se essenciais para reforçar a memória de coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação.

> Educando 'pela representação ou evocação de fatos dignos de ser imitados', as festas forneciam às crianças 'oportunidade para gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas'. Nelas, a criança começaria a 'sentir o efeito da sanção social sobre seus atos, pelos aplausos ou sinais de enfado e de crítica que percebe: sente que há um público, um conjunto de pessoas que louvam ou reprovam (CARVALHO, 1989, p.77).

O civismo representado de forma mais acentuada pelo culto à bandeira, acompanhado do hino nacional tornou-se parte integrante do conteúdo e da rotina das escolas, bem como o estudo das obras didáticas de Olavo Bilac, que foram adotadas, não poucas vezes, em caráter obrigatório nas escolas primárias. Os textos produzidos por esse autor foram recorrentemente utilizados para o ensino da educação cívica no âmbito escolar, por esse motivo Bilac ficou conhecido como um dos maiores expoentes

do civismo patriótico, um modelo de homem a ser seguido e homenageado (*Revista de Ensino*, dezembro de 1917 e março de 1918). Bilac acreditava que a escola primária e o exército eram as instituições formadoras do "patriotismo", sendo assim, os militares e professores eram os principais responsáveis pela missão de defender e salvar a pátria: "A missão patriótica da escola deveria ser, desde o início, a de criar a vinculação militar-povo-nação" (BITTENCOURT, 1988, p.49). E um dos meios considerados privilegiados para iniciar a criança no ritual da obediência e da valorização da pátria era o escotismo. Na época, o escotismo tornou-se uma das atividades preferidas dos filhos das classes médias urbanas. O governo paulista utilizou-se de vários instrumentos para valorizar o escotismo, notadamente dando-lhe destaque em desfiles oficiais. A prática do escotismo estava associada à disseminação de determinados comportamentos como obediência incondicional às autoridades constituídas e à hierarquia social.

Os rituais cívicos, nas escolas, eram planejados cuidadosamente pelas autoridades e pelos educadores que ocupavam cargos administrativos na Diretoria de Instrução Paulista: os professores recebiam, antecipadamente e de forma detalhada, as regras sobre o método a ser utilizado nas festividades escolares e a programação a ser cumprida no dia da solenidade. A utilização de uniformes e a execução de marchas e movimentos semelhantes aos do exército, como se infere a partir das próximas fotos, também foi uma constante na época. O ensino do civismo na escola pelos professores visava a contribuir para a invenção das "tradições nacionais" republicanas, que por sua vez, deveriam diferenciar-se das tradições do período imperial. "Uma tradição nova que deveria compor o imaginário do brasileiro era a do 'sentimento republicano' do povo" (BITTENCOURT, 1988, p.54).

Faz-se relevante destacar que a prática das festas cívicas já estava presente no período Imperial, como exemplo, pode-se citar o estudo de Chamon (2002), **Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais** (1815-1845), no qual a autora investiga as principais comemorações cívicas realizadas no estado mineiro e o romance **O Ateneu** de Raul Pompéia (1998), no qual o autor narra a vida de um garoto interno de um colégio renomado no contexto histórico do Império Brasileiro. Da mesma forma como aconteceu na República, as festas cívicas imperiais almejavam demonstrar de forma concreta através das imagens, discursos, símbolos e alegorias os valores sociais que identificavam a comunidade, no caso do período imperial, essas festas não se faziam

necessariamente no âmbito escolar, mas também aconteciam em outras esferas da vida social.

A criação das "tradições nacionais" brasileiras foi influenciada pelos exemplos europeus e norte-americanos, que ao inventarem ou reinventarem essas tradições preferiram o culto aos "fundadores do país". No Brasil, essas tradições inventadas para evocar e celebrar os "fundadores da nação" eram precedidas ainda de evocações anteriores à independência, ou seja, ao momento do "nascimento do Brasil". Considerando este propósito, os primeiros dirigentes republicanos logo cuidaram de selecionar e estabelecer em um calendário oficial os personagens e os fatos históricos a serem celebrados durante todo o ano civil, regulamento pelo *Decreto n º 155-B em 14 de janeiro de 1890.*

Os "heróis" e "acontecimentos" eram selecionados de acordo com a sua relevância para a construção de uma memória histórica oficial e comum a todos os brasileiros, neste sentido faz-se relevante destacar as datas: 21 de Abril – Dia de Tiradentes; 3 de Maio - Descoberta do Brasil; 7 de Setembro - Independência do Brasil; 15 de Novembro - Proclamação da República e Festa da Bandeira, realizada no dia 19 de novembro, todas datas festejadas pelas instituições escolares e noticiadas nos periódicos de ensino. A escola, assim como as demais instituições, incorporou o ritual referente aos símbolos da pátria expressos pela Bandeira Nacional, Hino Nacional e o Escudo de Armas, todos representativos da identidade e soberania de um país independente. Sendo assim, a 'memória nacional' era composta por um conjunto homogêneo de rituais vinculados pelo culto à pátria brasileira (BITTENCOURT, 1988).

A festa da bandeira foi comemorada pela primeira vez em 1906 na Escola Normal de São Paulo, de acordo com João Lourenço Rodrigues (1907-1908) em relatório apresentado ao Exmo. Snr. Secretário dos Negócios do Interior. Essa festa foi considerada uma instituição cívica importante, já que era capaz de desde cedo familiarizar as crianças com a idéia de pátria por percepções sensíveis, "entoando hinos patrióticos diante da bandeira que flutua diariamente no alto do edifício escolar" (*Anuários de Ensino do Estado de São Paulo em 1907-1908*, p. 66) e não através de preleções abstratas. Para João Lourenço Rodrigues, era desejável que essa solenidade continuasse em nossas escolas, pois "como ensinamento cívico, supera em resultado as inoportunas e abstratas divagações até onde não chega a inteligência infantil" (*Anuários de Ensino do Estado de São Paulo em 1907-1908,* p. 66). E sugeria ainda que em cada

Grupo Escolar - SP - *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1926, p. 13 e *Revista Escolar*, fevereiro de 1927, p. 33.

2º Grupo Escolar de Catanduva – SP
Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 193.

sala de aula e prédio escolar fosse colocada uma bandeira em lugar bem visível para que os alunos pudessem cultuá-la todos os dias letivos na abertura diária dos trabalhos e não só no dia reservado à sua comemoração. Já nas escolas isoladas o hino da bandeira somente deveria ser cantado nos feriados (*Revista Escolar*, outubro de 1925, p. 28-31).

> Com o costumário brilho dos anos anteriores, realizou-se a 19 do mês p. findo, a cerimônia da "Festa da Bandeira", nas escolas-isoladas, grupos escolares, escolas-modelo e outros estabelecimentos de ensino do Estado. Os alunos ouviram úteis preleções sobre a grande data nacional e muito a homenagearam com recitativos, cantos, poesias e jogos escolares. Á festa, no Jardim da Infância, esteve presente o Sr. Dr. Secretário do Interior, que dali saiu agradavelmente impressionado (*Revista Escolar*, dezembro de 1925, p.103).

O exemplo da festa da bandeira realizada na Escola de Normal de São Paulo por iniciativa de João Lourenço Rodrigues foi seguido pelo Sr. Dr. Oscar Thompson e o professor e inspetor das escolas anexas Carlos Gomes Cardim nas escolas anexas às Escolas Normais como constou em artigo publicado na *Revista de Ensino* relativa ao mês de novembro de 1907. Foi a primeira festa da bandeira nestas escolas, que deveria servir de modelo para as outras escolas (grupos escolares, escolas isoladas e escolas reunidas). Neste dia, todas as classes tanto da seção feminina, quando da seção masculina, revestiram-se um aspecto "alegre e festivo", a ornamentação de cada sala ficou a cargo de uma comissão de alunos eleita no princípio do ano e fiscalizada pelo respectivo professor. Cada sala de aula tinha desenhado em seus quadros negros com giz coloridos os dois estandartes do Brasil (o do período monárquico e do período republicano). O lugar central em todas as salas e na escola era ocupado pela a Bandeira Nacional, tal "qual um ídolo no altar", como podemos observar na foto que se segue.

A data foi comemorada de forma distinta pelos alunos e professores de acordo com o nível de conhecimento de cada classe. No primeiro ano, por exemplo, no qual as crianças começavam os primeiros ensinamentos, cada aluno recitou um trecho referente à data 19 de novembro. No segundo ano, as crianças fizeram cópias de fragmentos concernentes a Bandeira ou ao dia 19 de novembro. No segundo suplementar, também houve cópia de composição referente à data. No terceiro ano, o professor fez um ditado de um capítulo sobre o pavilhão nacional. No quarto ano, a "comemoração escrita" foi uma reprodução individual das preleções dos professores. No curso complementar, os alunos não se limitaram a reproduzir explicações que ouviram, alguns fizeram pesquisas e "discorreram eloqüentemente" sobre o tema do dia. Em todas as classes, a

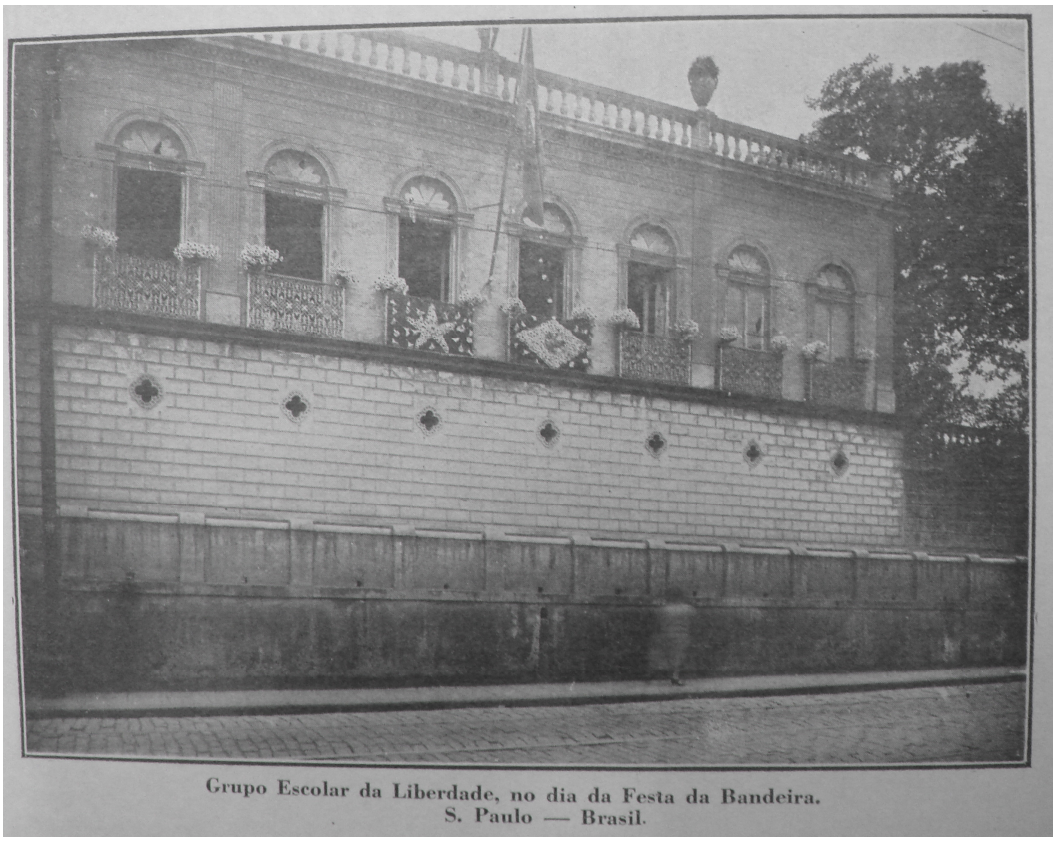
"comemoração escrita", concebida como o momento no qual a comemoração assume um caráter escolarizado e mescla-se aos métodos escolares, constituiu-se a segunda parte do programa, organizado da seguinte forma:

> A primeira parte do programa era entrecortada de poesias e páginas patrióticas, como – *Minha Terra, A S. Paulo*, *Pátria Livre*, *Ao Brasil*, *Sete de Setembro*, *O Suplício de Tiradentes*, *A República*, *Um Episódio da Guerra do Paraguai*, etc e amenizada por cânticos harmoniosos ou salmos em louvor às nossas glórias e datas. (...)
>
> Em cada sala, os alunos, ao som de Hynno à Bandeira, desfilavam pela frente ou ao redor do pavilhão, jogando-lhe flores. Faziam-lhe, ao mesmo tempo, continência e saudação (*Revista de Ensino* de novembro de 1907, p. 89-90).

A festa da bandeira indicava para os alunos e professores o prenúncio do final do ciclo anual da escola. Comemorada no mês de novembro, era o momento no qual se apuravam "os conhecimentos adquiridos, recompensando os esforços dos que foram cumpridores de seus deveres e condenando a negligência dos que deixaram correr desaproveitado o tempo" (*Revista de Ensino*, novembro de 1907, p. 88). Era um mês de exame de consciência, no qual os alunos que estudaram e tiveram bom aproveitamento eram louvados e os outros que se deixaram levar pelas brincadeiras e ilusões, amargavam a penalidade por sua própria culpa. "O mês de novembro é o mês das sínteses para quem estuda e para quem ensina" (*Revista de Ensino*, novembro de 1907, p. 88).

De acordo com o mesmo texto, o mês de novembro também era o mês das sínteses para os propagandistas da República, no qual comemorava-se o Dia da Bandeira ou "flag day" considerado o símbolo máximo da pátria. Em 1889 foi decretado pelo Governo Provisório o modelo atual Bandeira da República, concebida como símbolo de amor e simpatia pela pátria, que deveria ser respeitada e adorada. Assim como os Estados Unidos, Suissa e Bélgica, o Brasil fulgurava como um país que adotava a bandeira como a manifestação mais formosa e mais perfeita do patriotismo. Esses países, que traziam a instituição escolar em mais alto grau, converteram a festa da Bandeira em tradição destinada a criar nas crianças o amor pelo pavilhão nacional e reconhecê-lo onde quer que ele esteja.

A mudança da configuração da bandeira nacional, a escolha cuidadosa das datas, fatos e heróis que poderiam estar associados ao regime republicano foram



Grupo Escolar da Liberdade, no dia da Festa da Bandeira.
S. Paulo — Brasil.

Escola enfeitada para a Festa da Bandeira- Grupo Escolar da Liberdade
Revista Escolar, jan 1927, p. 49.

GRUPO ESCOLAR DE CASA VERDE. — S. PAULO — BRASIL
ALUMNAS DE 1.º ANNO, QUE TOMARAM PARTE NO JOGO DE «BARRA-BÓLA», A 15 DE NOVEMBRO DE 1926

Grupo Escolar de Casa Verde – SP
Revista Escolar, abril de 1927, p. 17.

indícios de que muitas tradições republicanas tiveram que ser inventadas ou reelaboradas para contraporem-se às existentes no período Imperial e a forma pela qual se deu esta escolha é objeto de estudo dos historiadores ainda nos dias de hoje (HOBSBAWN, 1984). O estudo das tradições, de acordo com Hobsbawn (1984), deve ser interdisciplinar e não pode ser investigado sem a colaboração de sociólogos, antropólogos e outros estudiosos, e nem de forma separada da história da sociedade. O fenômeno nacional só pode ser devidamente compreendido a partir do estudo da "invenção das tradições". Como explica Hobsbawn (1984), muitas vezes algumas tradições consideradas antigas são bastante recentes ou então inventadas. O termo "tradição inventada" designa tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram em um período mais difícil de delimitar e se estabeleceram com enorme rapidez. Enfim,

> Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, p.09).

Entretanto, um dos aspectos que deve ser considerado no estudo das tradições é que elas podem estabelecer uma continuidade bem artificial com um passado histórico. Elas são uma espécie de reação a situações novas, que ou assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição obrigatória. A tradição inventada emerge em um meio social em constante mudança e inovação que busca estruturar de maneira imutável e invariável alguns aspectos da vida em sociedade. Por outro lado, a tradição não pode ser confundida com o costume, já que esse pode mudar até certo ponto e a tradição é caracterizada pela sua imutabilidade. Ela também não pode ser confundida com a rotina, que não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante, além de possuir uma justificativa técnica para sua existência e não ideológica. As tradições ocupam um lugar "diametralmente oposto às convenções ou rotinas pragmáticas" (HOBSBAWN, 1984).

O processo de invenção das tradições é de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado pela imposição da repetição. A hipótese de Hobsbawn (1984) é de que a invenção das tradições ocorre com mais freqüência quando

uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as "velhas" tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis e incapazes de se adaptar. Esse foi o caso da proclamação da República Brasileira (1889) feita de forma pacífica de acordo com os anseios de determinados grupos sociais.

No âmbito internacional, as tradições inventadas desde a Revolução Industrial (século XVIII), segundo esse autor, podem ser classificadas em três categorias superpostas, a saber, a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que legitimam ou estabelecem instituições, *status* ou relações de autoridade e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamentos. No caso da República Brasileira percebeu-se que a invenção e reelaboração de determinadas tradições como forma de se diferenciar e recuperar alguns aspectos do passado histórico comum relacionou-se com a terceira categoria de tradições engendrada por Hobsbawn (1984), cujo propósito principal foi a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamentos.

> A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas – preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação, - justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória (BITTENCOURT, 1988, p. 47).

Ao tratarmos das tradições inventadas nas instituições escolares para legitimar o passado da nação brasileira, é preciso se desvencilhar da conotação negativa que identifica o termo tradição como algo arcaico, em desuso ou mesmo dogmático. As tradições estão sempre se reinventando em função dos seus distintos usos. De acordo com Carvalho (2004)[32], uma tradição pública é um saber do povo, de uma nação ou civilização no qual os novos são iniciados. Trata-se de uma prática histórica "que herdamos, incorporamos e inovamos, de um legado cultural específico, cujos critérios de uso e avaliação são públicos e sujeitos a constantes transformações, como as línguas, as ciências, as artes, etc" (CARVALHO, 2004, p. 96). Nas escolas, também existiram essas transformações e a confirmação das tradições inventadas.

[32] CARVALHO, José Sérgio, 2004, p. 85-105.

As datas cívicas a serem comemoradas pela República foram instituídas em 1890 com a promulgação do *Decreto n º 155-B de 14 de janeiro* deste mesmo ano[33]. Este decreto retomou algumas especificações dos dias de festas nacionais determinados pelo Governo Provisório de 1889, afirmando que o profundo sentimento de fraternidade universal sob o qual o regime republicano se fundaria não poderia se desenvolver de forma conveniente sem um sistema de festas públicas, "destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas" (*Decreto n º 155-B de 14 de janeiro de 1890)*. De acordo com a lei, cada pátria deveria instituir tais festas segundo os laços que as prenderiam aos seus destinos e aos de todos os povos. As festas republicanas almejavam assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, muito mais do que estabelecer uma marco novo na tradição brasileira, de acordo com Oliveira (1989). Além disso, a inspiração intelectual dessas comemorações estava longe de indicar princípios revolucionários, como aconteceu no caso francês, e parecia estar muito mais próxima do pensamento positivista de Comte (OLIVEIRA, 1989).

De acordo com Cardim (1916), o sentimento de pátria e o culto de tudo o que diz respeito a essa "bela manifestação da alma" deveriam nascer no lar, desenvolver-se na escola e frutificar na sociedade. Mas para que este processo se manifestasse nessa ordem era preciso supor um trabalho prévio na escola, encarregada de formar a alma da criança para o civismo e robustecer o seu caráter na escola do dever, para que depois, se conseguisse, no lar, pais capazes de encarregarem-se da nobre "missão de desenrolar, aos olhos dos filhos, o painel sublime da pátria, capazes de segredar-lhes ao coração as belezas históricas do passado, capazes de desenvolver, os episódios épicos em torno dos grandes vultos do país" (CARDIM, 1916, p.03). A escola, para este autor, tinha como função "alimentar" sistematicamente na infância o "lume" do patriotismo latente.

A uniformidade na escolha das datas cívicas que deveriam ser celebradas nas diferentes escolas só foi alcançada quando estas foram regulamentadas por Oscar Thompson na década de 1910, pois até então ainda existia uma confusão entre as

[33] Os dias de festa nacional instituídos pelo Decreto foram: 1 de janeiro – comemoração da fraternidade universal; 21 de abril – comemoração dos precursores da Independência brasileira, representados por Tiradentes; 3 de maio – descoberta do Brasil; 13 de maio – fraternidade dos brasileiros; 14 de julho – república, liberdade e independência dos povos americanos; 7 de setembro – Independência do Brasil; 12 de outubro – descoberta da América; 2 de novembro – dia dos mortos; 15 de novembro – comemoração da pátria brasileira. A essas datas decretadas pelo Governo Provisório, pode-se acrescentar o 24 de fevereiro, quando se comemora a promulgação da Constituição da República, festa nacional instituída pelo Congresso Nacional (OLIVEIRA, 1989).

escolas sobre a escolha das datas que deveriam figurar no calendário escolar como dignas de solenidade (CARDIM, 1916). Oscar Thompson, na ocasião na qual introduziu nas escolas públicas as comemorações cívicas das datas nacionais, recomendou que as mesmas fossem comemoradas sempre na véspera do dia indicado, já que uma aula de educação cívica deveria sempre ser dada em um dia letivo, bem como porque o dia nacional deveria ser consagrado exclusivamente às festas oficiais e as festas do povo, das quais as crianças teriam o dever de participar.

As instituições de ensino particular também deveriam seguir o calendário instituído pelo Governo (*Lei nº 1710 de 27 de dezembro de 1919* e *Decreto nº 3205 de 29 de abril de 1920*), comemorando as datas nacionais brasileiras, seja através de lições, conferências ou festas escolares. Esta prática era condição exigida para a autorização do funcionamento de tais estabelecimentos, sendo obrigatória a comunicação à Diretoria Geral da Instrução Pública sobre a forma que tivessem realizado a comemoração.

> Capítulo III – Ensino Particular,
> Artigo 26 – Além das condições exigidas para a autorização do funcionamento, ficam os diretores ou professores obrigados:
> (...) A comemorar as datas nacionais brasileiras, por meio de lições, conferências ou festas escolares, comunicando à Diretoria Geral, no prazo de oito dias, a forma por que o tiveram feito.
> 2º (...)
> Secretario do Interior, 29 de abril de 1920.
> Oscar Rodrigues Alves (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1919, p.209).

As festas cívicas, segundo Chamon (2002), podem ser utilizadas para disseminar determinados valores e sentimentos políticos que nos informam sobre as estratégias políticas de legitimação do poder, moralização e educação do povo, bem como a rede de sentidos e significados com base nos quais o povo constrói uma identidade e uma imagem de si mesmo. Sendo assim, as festas cívicas ocorridas em Minas Gerais no período de 1815 a 1845 contribuíram para educar o povo para uma série de valores e virtudes cívicas, engendrar uma rede de sentimentos entre o povo e o poder, conquistar a adesão da população para as propostas políticas, bem como para a criação de um imaginário político e social. Entretanto, é válido dizer que a simples realização de uma festa e a participação do povo nesta não garante a adesão e aceitação de toda a população, nem que a festa foi apropriada por todos da mesma maneira. Como exemplo, pode-se citar o caso de uma das festas cívicas mineiras analisadas por Chamon (2002), o dia "sete de abril de 1832". Nesta festa apesar de ter sido instituído a

obrigatoriedade da participação popular, através da colocação de luminárias em frente às residências, nem todos providenciaram as luminárias, cuja ausência era sentida como uma provocação do morador da casa que assim não se juntava a celebração da causa da pátria. Com isso não quero afirmar que as festas cívicas republicanas não eram aceitas pela população escolar e social, mas que é importante termos em mente que as festas podem revelar outras apropriações e usos que não aqueles idealmente imaginados e registrados nos relatos oficiais.

A prática das festas cívicas tinha como objetivo representar e celebrar a identidade e soberania de um país independente, fomentar o 'sentimento republicano' do povo, consolidar um modelo de escola e configurar uma cultura própria da escola. Além da celebração dos símbolos nacionais como a bandeira, os exemplos do mestre, dos alunos, bem como dos grandes nomes da história do Brasil também serviram ao ensino do civismo e da moralidade. A temática do herói nacional, representado por Tiradentes tinha como função inculcar nos pequenos leitores certa forma de pensar e viver a nacionalidade. O "herói" da Inconfidência Mineira (1789), considerada um marco para outros movimentos como a Abolição (1888) e a República (1889), foi recuperado pelos republicanos como personagem importante para a construção de uma identidade nacional coletiva. Seu patriotismo exacerbado e civismo constituíram-se aspectos indeléveis do ideário nacionalista republicano (FONSECA, 2002). A Inconfidência foi escolhida como momento histórico precursor da construção do Estado Independente, e os inconfidentes como precursores do republicanismo. As representações de Tiradentes no universo infantil, de acordo com Fonseca (2002), poderiam se dar de diferentes formas sejam através dos livros didáticos de história utilizados em sala de aula, dos concursos de redações e de desenhos promovidos por jornais e periódicos em determinados contextos, como também através das comemorações escolares. No período do governo Vargas (1930-1945), por exemplo, nas comemorações de 21 de abril, realizavam-se as sessões cívico-litero-musicais, "que invariavelmente começavam pela execução dos Hinos da Bandeira, Nacional, da Inconfidência e a Tiradentes, acompanhados do hasteamento da Bandeira Nacional" (FONSECA, 2002, p.12).

A formação do cidadão foi trabalhada na pedagogia moderna a partir da consciência histórica e cívica, além da exaltação de condutas exemplares a serem perseguidas. A memória valorizada e celebrada nas festas escolares era aquela que se

poderia reconhecer como histórica e coletiva, considerada elemento fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo também constitutiva das lutas contra a opressão e dominação (LOVISOLO, 1989). A memória histórica é definida por Lovisolo (1989), como âncora e plataforma. Âncora porque garante segurança em momentos de mudança e turbilhão, e plataforma, pois permite que nos lancemos para o futuro com "os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição" (LOVISOLO, 1989, p.17). O tempo de comemorações e recordações é o tempo da história. As datas dignas de serem comemoradas, segundo Lovisolo (1989) nos condicionam ao vínculo com a memória de modo positivo, público e intersubjetivo.

Às festas cívicas foi dada toda a visibilidade possível, elas foram as mais noticiadas, sendo objetos de artigos em todas as revistas de ensino selecionadas durante todo o período delimitado para o estudo. Acreditava-se que o civismo constituía-se o mais alargado sentimento social, que formaria a "simpatia universal" e a união dos povos. Em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil, a comemoração das datas de 15 de novembro relativa à Proclamação da República e 19 de novembro, Dia da Bandeira, tiveram um significado especial. No ano de 1922, o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* publicou uma circular expedida aos diretores de Escolas Normais Profissionais, Escolas Reunidas e professores das Escolas Isoladas que apresentava as orientações para os festejos do centenário da Independência do Brasil, que, segundo o documento, deveriam ter verdadeiro cunho popular e assumir as proporções dignas de um fato histórico a ser relembrado. As festas deveriam ser realizadas com o máximo brilho nos estabelecimentos de ensino, associando o povo aos festejos desses dias e as preleções, feitas aos alunos perante o povo das localidades, deveriam evidenciar as vantagens do regime republicano sobre o monárquico.

O programa apresentado deveria ser seguido por todas as instituições de ensino, e nas escolas isoladas onde não pudesse ser seguido o programa com todas as partes indicadas deveria ser realizada a festa escolar das nove horas. Nesse mesmo exemplar do periódico ainda foram publicadas diversas fotografias de escoteiros nas comemorações do centenário da Independência. As impressões acerca deste festejo, bem como a transcrição do programa foram registradas nas páginas do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1922:

> Após as festas cívicas com que celebramos o primeiro centenário de nossa emancipação política, primeira vitória da nacionalidade brasileira no terreno da democracia, demonstremos ainda no ano do centenário da Independência, nosso ardente amor à forma de governo republicano, a única capaz de conduzir o Brasil aos altos destinos que lhe estão reservado na vida das nações, e o Pavilhão do Cruzeiro, emblema das aspirações democráticas de nossa nacionalidade (*Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1922, p. 353-354).

Nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1927), foram localizadas 12 referências às festas realizadas nas escolas públicas paulistas. Ao contrário do que ocorreu com os periódicos *A Eschola Publica* (1893-1897) e *Revista de Ensino* (1902-1918), nos quais prevaleceram artigos acerca das festas de fundação, aniversário das escolas e encerramento do ano letivo, nos *Anuários* destacaram-se as alusões feitas às festas cívicas[34]. Percebe-se nos textos selecionados dos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*, mais do que nos outros periódicos citados, a predominância de um tom prescritivo, presente tanto nas circulares enviadas aos senhores delegados regionais dando indicações de como deveriam ser comemoradas determinadas datas, quanto nos relatórios dos inspetores apresentando como estava a educação em determinada localidade e as soluções para os possíveis problemas educacionais e também na legislação educacional transcrita. Faz-se relevante assinalar esta diferença já que os *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* eram um órgão oficial de divulgação das realizações da Inspetoria Geral de Ensino e expressavam a opinião oficial acerca das questões educacionais.

Os artigos publicados sobre as festas cívicas geralmente compunham, assim como as outras festas, a seção de *Noticiário* dos periódicos, e recebiam como título o nome da cidade na qual tal acontecimento tinha ocorrido (*A Eschola Publica* e *Revista de Ensino*). As referências a essas festas geralmente apresentavam comentários elogiosos, costumava-se enfatizar a boa organização do programa da festa, quase sempre composto de hinos, comédias, cantos e poesias aprendidos pelos alunos nas aulas dessas disciplinas no decorrer do ano letivo. Complementando as informações sobre os festejos, os periódicos, muitas vezes, encarregavam-se da transcrição de comédias, cantos, poemas e poesias na seção de *Literatura* a serem utilizados nessas datas especiais. Outras publicações do período também se dedicaram a apresentação de

[34] Os artigos distribuíam-se da seguinte forma: cinco textos acerca das festas cívicas, duas referências às festas de fundação, aniversário das escolas e encerramento do ano letivo, uma sobre a festa das árvores, além de duas críticas às festas e a transcrição de um decreto e uma lei que regiam a organização e supervisão do ensino.

pequenos textos, poesias, poemas a serem recitados por alunos nas datas comemorativas, como os livros de Carlos A. Gomes Cardim (1916) e de Antonio Pedro Wolff (1918).

> "Independência ou morte!"
> Foi numa tarde límpida e formosa,
> Em que a brisa embalava, carinhosa,
> O leque dos palmares,
> E o sol primaveril, em morno afago
> Vinha beijar, na mansidão do lago,
> Os brancos nenúfares.
> (...)
> Para a humanidade há também um marco!
> O caráter, o brio, em torvo charco
> Não se deixa afundar!
> E assim pensando, o príncipe altaneiro,
> Lembrando a idéia do grande brasileiro,
> Começou a exclamar:
> "Basta de dores, de cruéis martírios!
> No altar da pátria vejo arder os círios
> Da fé. Cumpra-se a sorte!"
> E, sobranceiro, ergueu o altivo grito,
> Que reboando subiu ao infinito:
>
> Independência ou morte! (*Revista Escolar*, julho de 1927, p.52-54).

Em seu livro **As Comemorações Cívicas e As Festas Escolares**, Cardim (1916) assinalava como exemplo de organização dos festejos escolares a Escola Modelo "Caetano de Campos". Nesta escola, as comemorações cívicas eram organizadas da seguinte maneira: o professor reunia seus melhores alunos para decorarem a sala, dando-lhe um aspecto festivo, além disso o professor deveria preparar um programa a ser executado no dia da festa, que estaria dividido em duas partes: a primeira deveria ser iniciada por uma explicação clara e precisa do professor sobre a data, seguindo-se a essa lição uma seção cívica composta de trechos alusivos, poesias, pequenos discursos, monólogos, diálogos, comédias, intercalando-se esses trabalhos de declamação com hinos e cantos patrióticos; a segunda parte era preenchida por um trabalho escrito, em papel próprio, tendo uma gravura que sintetizava a festa. Os alunos, conforme a classe em que se achavam, copiavam trechos, escreviam ditados, faziam composições livres sobre o assunto da data nacional (CARDIM, 1916). Este exemplo, segundo o autor, deveria ser seguido por todos os estabelecimentos de ensino.

As notícias sobre as festas cívicas foram publicadas nas revistas de ensino em quase todos os anos selecionados para o estudo, recebendo mais atenção em

determinados períodos do que em outros. Por exemplo, no primeiro decênio republicano, representado neste trabalho pela revista *A Eschola Publica*, não foram recorrentes as referências sobre as festas cívicas, neste momento buscava-se enfatizar as festas que davam visibilidade à nova organização do ensino. De 13 artigos selecionados, somente três, desse periódico, referiam-se às festas cívicas ocorridas em outras cidades do estado de São Paulo.

O artigo intitulado "Itapetininga" publicado na *A Eschola Publica* em 15 de junho de 1896 apresentava uma breve notícia da realização da festa de 13 de maio, relativa à comemoração da fraternidade entre os brasileiros, na escola modelo daquela localidade. No sistema escolar que estava se configurando, as escolas-modelo exerciam uma grande influência para as outras instituições de ensino, elas deveriam ser, como o próprio nome diz, o modelo a ser seguido pelas outras escolas, foco *irradiador* das idéias e responsável pela garantia da uniformidade dos grupos escolares e das escolas isoladas. No artigo "Pindamonhangaba", publicado na *A Eschola Publica*, tem-se notícia da comemoração do dia 15 de novembro pelo grupo escolar Dr. Alfredo Pujol:

> No dia 15 de novembro o Grupo Escolar 'Alfredo Pujol' realizou no teatro daquela cidade uma esplêndida festa a que concorreu a maioria da população que sabe apreciar os notáveis progressos que se tem manifestado no ensino público primário. A festa constou de comédias, cantos, poesias, etc.
>
> E o digno diretor que soube preparar e ensaiar as diversas partes do programa, sem prejuízo das horas do trabalho no grupo, mereceu os elogios de toda a população (*A Eschola Publica*, 1897, p.360-361).

Nestas ocasiões, era costume os professores, diretores dos estabelecimentos de ensino ou outras pessoas que ocupavam posições de destaque na hierarquia escolar e social, como os prefeitos, inspetores de ensino proferirem discursos acerca da data que estava sendo comemorada ou sobre outras questões relacionadas ao ensino. Foi comum encontrar nos artigos selecionados para esta investigação somente os discursos pronunciados nas ocasiões festivas, com apenas uma pequena ou nenhuma referência ao momento no qual foi proferido. Pode-se inferir que estes discursos eram tão ou mais importantes do que os outros momentos que compunham as celebrações, como a recitação de poesias, os cânticos, as encenações, a distribuição de prêmios, entre outros. Faz-se pertinente ressaltar que nem sempre o conteúdo destes discursos tratava do mote da festa, mas de outras questões relativas ao ensino e que estavam na ordem do dia,

sendo assim, ocasiões como formaturas, inaugurações de prédios escolares, aniversários de escolas também eram momentos profícuos para tratar do tema civismo.

Na *Revista de Ensino*, periódico que surge no campo educacional em 1902 e circula até 1919, após a extinção de *A Eschola Publica* em 1897, ainda é possível reconhecer uma maior ênfase às referências relativas às festas que dão visibilidade ao sistema de ensino e aos feitos do Estado nesse âmbito. Quanto às festas cívicas, as notícias e comentários acerca dos festejos tiveram como intuito contribuir para a sua incorporação ao imaginário social.

A tabela que se segue apresenta os títulos dos periódicos e a quantidade de referências sobre festas cívicas publicadas em cada um. Percebe-se uma maior incidência do tema no título *Revista de Ensino*, o que pode ser explicado pelo longo período de circulação do periódico, quase duas décadas completas (1902-1918). A *Revista Escolar* também merece destaque, já que em sua curta circulação, apenas três anos (1925-1927), trouxe um número significativo de artigos acerca das comemorações cívicas. A principal diferença que a *Revista Escolar* apresentou dos demais foi a significativa quantidade de fotografias publicadas, que obedecia a mesma lógica dos discursos publicados, ou seja, não era raro a revista publicar somente a foto de algum festejo, sem nenhuma descrição da festa, como forma de registrar tal acontecimento.

Tabela 3: A distribuição das notícias sobre as festas cívicas nos periódicos educacionais

Periódicos	**Festas cívicas**
A Eschola Publica (1893-1897)	*03*
Revista de Ensino (1902-1918)	*13*
Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922)	*06*
Revista Escolar (1925-1927)	*09*
Total	30

A *Revista de Ensino* (1902-1918) introduziu na análise das festas escolares uma nova categoria, denominada Homenagens. As duas homenagens localizadas nas páginas da *Revista de Ensino* referiram-se respectivamente a uma homenagem póstuma

feita ao Sr. Dr. José Estácio de Sá e Benevides (dezembro de 1914), lente da cadeira de História Universal e do Brasil da Escola Normal da Capital, que havia falecido há poucos dias e a outra a Olavo Bilac, "insigne artista de 'Via Láctea'" (dezembro de 1917). A primeira homenagem foi organizada pelos alunos e professores associados ao Grêmio Normalista "Dois de Agosto". Desse evento participaram todos os lentes e professores da Escola Normal, discípulos de todos os cursos desse estabelecimento e admiradores do antigo professor. A família do homenageado se fez representar pelo Sr. Dr. Gabriel de Rezende, senador estadual e lente da Faculdade de Direito de São Paulo. O programa foi organizado da seguinte forma: I – Abertura da sessão pelo Sr. José C. de Almeida, presidente do Grêmio Normalista "Dois de Agosto"; II – Canto de Mendelsohn; III – Discurso do lente Sr. João L. Rodrigues (que foi transcrito na íntegra); IV – Discurso do orador do Grêmio, Sr. Euclydes de Lima; V – Discurso do orador Dr. Leopoldo Sant'Anna, lente da escola Normal Primária e por fim uma apresentação musical, VI – Lefevre – Harmonia Coral (*Revista de Ensino*, dezembro de 1914, p. 46).

A segunda homenagem também teve como sede a Escola Normal da capital de São Paulo e segundo o autor responsável pela escrita do artigo foi uma "festa encantadora", que permaneceria na memória daqueles que estavam presentes. O programa constou de coros executados pelos alunos, recitação dos versos de Bilac e discursos do Dr. Sampaio Doria e do estudante Fausto Rocha, que foram transcritos no exemplar da revista após a apresentação do Programa, que:

> (...) executado a rigor, agradou sobremodo, despertando na brilhante assembléia uma viva demonstração de alegria. Empolgaram-na, arrebataram-na a harmonia dos coros executados pelos alunos do importante estabelecimento, a eloqüência vibrante dos oradores, o calor mágico dos versos de Bilac (*Revista de Ensino*, dezembro de 1917, p. 67).

Não só os grandes nomes da história foram homenageados e considerados dignos de figurarem na memória histórica e coletiva da população brasileira, nem os primeiros reformadores das escolas públicas paulistas, mas também os estudantes que realizavam grandes feitos foram homenageados em comemorações escolares. Como exemplo, pode-se destacar o discurso do educador Coelho Neto proferido por ocasião da Festa da Bandeira no ano de 1916, que rememora detalhadamente o episódio no qual um garoto, em meio a um naufrágio, voltou ao barco que estava afundando e salvou o

estandarte nacional. Este ato foi considerado como um exemplo de amor a pátria, e que deveria ser seguido por todos os outros alunos presentes. Coelho Neto descreve a ação do garoto como um ato de coragem e patriotismo, um verdadeiro exemplo que deveria servir tanto aos seus colegas quanto às pessoas mais velhas (professores e pais presentes na solenidade). Na ocasião, o autor de tal feito, Antonio Chagas, foi premiado com uma medalha e muito ovacionado pelos presentes.

> Imponente, de uma imponência augusta foram as festas realizadas no – Dia da Bandeira.
> Em São Paulo, no Rio de Janeiro, em todo o Brasil, a comemoração do dia 19 de novembro teve grande brilho e realce.
> *O sentimento pátrio vibrou talvez ainda mais fortemente agitado pelo rasgo sublime de uma criança* (*Revista de Ensino*, março de 1916, p. 19-22, grifo nosso).

A relação entre as festas escolares e o sistema político então vigente pôde ser evidenciada na celebração dos ideais republicanos seja através da escolha das datas que deveriam ser comemoradas ou do próprio tema da festa, seja a partir de momentos do próprio ritual festivo, como as homenagens, os cantos, os hinos, as poesias declamadas pelos alunos. As festas vinham confirmar os ensinamentos aprendidos na escola e pelo seu caráter público disseminá-los para toda a população. Elas buscavam naturalizar sentimentos, valores e normas associados ao novo regime político. Sua eficácia pedagógica era a razão da existência de sua prática, uma vez que "na esteira de Gustave Le Bon, entendia-se a educação como mecanismo de fazer passar atos do domínio do consciente para o inconsciente" (CARVALHO, 1989, p.77).

Apesar do governo selecionar e detalhar como cada data cívica deveria ser comemorada e propor através delas a naturalização do regime republicano, nota-se, a partir dos textos dos professores (no caso, dos romances selecionados) e dos inspetores que o objetivo destas festas cívicas ficavam obscurecidos por outras funções assumidas pelas festas, como a exposição do *status* social da instituição escolar e do seu diretor e também dos alunos, arrecadação de dinheiro para ornamentar da melhor maneira possível as escolas, no cumprimento simples e sem emoção de determinações legais, perdendo-se, desse modo, o objetivo primeiro, almejado pelos dirigentes, da festividade que era despertar o sentimento do patriotismo e do civismo. Esses diferentes sentidos atribuídos a um mesmo tipo de festejo, no caso a festa cívica, demonstraram que as

"apropriações" que são feitas das festas podem extrapolar os desígnios propostos para ela.

3.2) *Deixar ver o progresso: as festas de inauguração, aniversário, encerramento e de formatura das instituições de ensino*

No projeto educacional idealizado pelos reformadores paulistas, tão importante quanto construir os prédios apropriados ao ato do ensino, realizar reformas, elaborar leis e decretos e formar profissionais para a área educacional, era mostrar aos alunos, aos professores e à sociedade como um todo, a importância que a educação possuía neste novo contexto político e social. A proposta educacional republicana esteve associada à disseminação da idéia sobre a relevância do ensino para o "progresso" e o desenvolvimento social e econômico do país, utilizando-se, para isso, das festas que celebravam a instituição escolar como "templo do saber e de luz" (CARVALHO, 1989; SOUZA, 1998). As festas de inauguração de escolas, aniversários, formatura e encerramento do ano letivo, noticiadas durante todo o período considerado para o estudo, mas de forma mais recorrente nos primeiros anos do novo regime político, constituíam-se exemplos dos festejos engendrados para a celebração das instituições de ensino e do seu ciclo de vida, cujo início aconteceria com festa de inauguração e o fim com a festa de formatura/encerramento do ano letivo. As comemorações relacionadas à escola, na opinião do professor Francisco Furtado Mendes Vianna (1903) visavam assinalar "mais um marco implantado para a senda de seu progresso, mais uma conquista para o seu engrandecimento" (*Revista de Ensino*, junho de 1903, p. 138).

O sistema escolar, considerado o emblema da nova ordem administrativa educacional, deveria se fazer ver – daí a importância das cerimônias de inauguração e aniversários das instituições escolares. Nada deveria ser feito no âmbito educacional sem o conhecimento da maior parte da população. As festas que celebravam a escola poderiam ser consideradas, desse modo, como uma verdadeira propaganda do empenho governamental no âmbito do ensino. O primeiro esforço dos republicanos foi no sentido de construir lugares apropriados para a prática pedagógica, pois até então, o ensino era ministrado em casas comuns, muitas vezes, em condições inadequadas para o ensino. Os edifícios escolares, na opinião do professor e Secretário do Interior à época Cesário

Motta, representavam a força de uma idéia elevada de instrução do povo, revelava a altura em que a República colocava o problema da instrução.

> À visão do luminoso templo laico levantado com recursos que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da escola na velha ordem: 'casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias' (CARVALHO, 1989, p.24).

A reforma efetuada por Caetano de Campos (1892) com a finalidade de organizar a escola primária e normal paulista pode ser considerada um dos exemplos da preocupação dos reformadores com a visibilidade das transformações na área educacional. As modificações efetuadas por Caetano de Campos levaram, na opinião dos estudiosos do período, às últimas conseqüências a superioridade da visibilidade. A educação do novo homem, do cidadão republicano, dependia de novos métodos e processos de ensino, cujo domínio realizar-se-ia da experiência em vê-los em execução. Foi para concretizar este intuito que se instituíram as Escolas Modelos, na qual revelar-se-ia aos professorandos um mundo novo do ensino intuitivo. A ação das Escolas Modelos deveria se estender para os grupos escolares e destes para as escolas isoladas, como um *foco irradiador*. As Escolas Modelos eram consideradas as únicas instituições capazes de garantir a uniformidade do sistema de ensino. Dessa forma, a República assumia como desafio o dogma positivista imposto para a constituição dos povos modernos: *conhecer para vencer*.

> Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava (CARVALHO, 1989, p.25).

A escolha de um estilo arquitetônico para a construção dos edifícios escolares foi uma das primeiras questões que se colocaram aos republicanos paulistas. A arquitetura das escolas deveria reunir o grandioso e o funcional, além de seguir as prescrições da engenharia sanitária. O edifício da Escola Normal da Praça da República, por exemplo, foi eleita a célula *mater* do aparelho escolar paulista e deveria ser o padrão a ser adotado na construção de todos os edifícios escolares. A Escola e a Praça representavam o centro da comunhão cívica e foram idealizados para se exaltarem

mutuamente. O prédio escolar representava para os homens da época a presença dos princípios fundamentais do mundo moderno: civilização, técnica, progresso, laicidade, igualdade e democracia. Sua fachada grandiosa e seu interior imponente e transparente almejavam despertar na população o sentimento de devoção pela república e pela educação (MONARCHA, 1997).

> A localização da Escola Normal de São Paulo em uma praça pública – aparentemente predomínio do poder temporal sobre a autoridade espiritual – é indicativa da fusão entre o secular e o religioso, originando uma quase religião cívica, presidida por sacerdotes laicos, a qual se instala e se expande na cultura escolar urbana paulista da virada do século (MONARCHA, 1997, p. 103).

A configuração de uma arquitetura escolar caudatária do imaginário da época, segundo este mesmo autor, seria capaz de juntamente com um discurso elaborado em estilo alto e idealizador promover a construção de uma imagem de criança valorizada como a herdeira da República recém-instalada. Ao Estado caberia assumir a função de preceptor dos novos, povo e criança, representados como portadores da menoridade intelectual e social, incorporando-os à ordem social, por meio do trabalho e da instrução (MONARCHA, 1997). Em 1934, a **Associação Brasileira de Educação** organizou a primeira exposição de arquitetura escolar. A escola se constituía como a instância privilegiada de uma política ampla, coletiva e contínua de resguardo e restabelecimento da saúde da população, bem como de promotora de novas formas de socialização e apropriação do espaço escolar. O processo de reinvenção do espaço escolar se fez no sentido de empurrar a escola para fora de si mesma, ampliando sua área de influência na sociedade (NUNES, 2000).

> A nova arquitetura promoveu a expansão regulada das atividades corporais ao incorporar às salas de aula os anfiteatros, a biblioteca, as salas de leitura, o refeitório, os jardins, as 'áreas livres'. Na opinião de quem freqüentou essas instalações, particularmente as crianças mais pobres, a existência desses locais funcionou não como um código de confinamento, mas de reapropriação de espaços de sociabilidade crescentemente sonegados às classes trabalhadoras pelas reformas urbanas que lhes empurravam para os morros ou para a periferia das cidades (NUNES, 2000, p. 388).

Todos os esforços feitos no sentido de organização de um sistema de ensino público e republicano, desde a redação das leis até a construção dos edifícios, deveria ser conhecido pelo maior número possível de pessoas e para a realização de tal intuito,

assumia papel principal os festejos escolares. As festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo foram noticiadas de forma recorrente nas primeiras décadas republicanas, representadas num primeiro momento pelos artigos publicados na revista *A Eschola Publica* (1893-1897) e nas décadas seguintes pela *Revista de Ensino* (1902-1918). Podemos inferir a partir do exame dos artigos publicados na revista especializada *A Eschola Publica* que existiu num primeiro momento uma intensa preocupação em deixar patente o avanço que vinha sendo alcançado pelo novo regime político no campo educacional, evidenciado, principalmente, em uma grande quantidade de artigos relativos a festas de inauguração e aniversários de grupos escolares e escolas modelos, bem como as festas de encerramento do ano letivo[35]. A análise dos artigos permitiu perceber que durante os primeiros decênios republicanos houve uma maior incidência de artigos sobre esta temática com o objetivo de deixar explícito todos os investimentos feito pelos republicanos, já a partir da década de 1910 existiu uma diminuição de referências acerca dessas festas, principalmente no periódico *Revista de Ensino* (1902-1918) como observa-se no quadro a seguir.

Tabela 4: A distribuição das notícias sobre as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo nos periódicos de ensino.

Periódicos	**Festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo**
A Eschola Publica (1893-1897)	*09*
Revista de Ensino (1902-1918)	*11*
Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922)	*01*
Revista Escolar (1925-1927)	-
Total	21

Na revista *A Eschola Publica*, que circulou no primeiro decênio republicano (1893-1897), foram localizadas 12 referências sobre festas escolares, dentre estas, 10 tratavam de festas de inauguração, aniversários de escolas, bem como as festas de encerramento do ano letivo e formaturas. No caso da *Revista de Ensino*, que circulou entre 1902 e 1918, foram selecionadas 12 referências sobre as comemorações em

[35] No período de circulação da revista, 1893 a 1897, foram selecionados doze artigos que tratavam do tema festas escolares, dentre estes quatro tratavam de inauguração de grupos escolares e escolas modelos, quatro de aniversários e dois de encerramento e os outros três traziam notícias sobre a festa cívica em comemoração à nossa Constituição, a comemoração da data de 13 de maio e 15 de novembro.

questão. Estes momentos foram considerados ideais, para tal como se afirmava, divulgar o novo ideário republicano e consolidar o novo sistema de ensino, à medida que se poderiam demonstrar os esforços idealizados e concretizados no desenvolvimento integral, físico, intelectual e emocional das crianças.

> No dia nove de agosto passado inaugurou-se na cidade de Bragança o grupo escolar criado pelos constantes esforços do distinto inspetor escolar Sr. Raphael de Lima.
> A cerimônia da inauguração foi feita com grande regozijo da população, que via naquele ato a garantia de um ensino mais metódico do que se dá nas escolas isoladas.
>
> Parabéns ao povo de Bragança e ao digno inspetor pelo novo melhoramento (*A Eschola Publica,*15 de setembro de 1897, p.277).

A criação de uma instituição escolar representava não só a garantia de educação para as crianças, mas de um ensino mais metódico do que aquele que acontecia nas antigas escolas imperiais. A instituição das festas de inauguração, segundo João Beckmaum (1908), visava demonstrar o desenvolvimento e o progresso das escolas públicas republicanas para os professores, alunos, pais e sociedade, para que não houvesse, assim, nenhuma dúvida acerca da qualidade das mesmas. Era preciso, à medida que fossem surgindo escolas-modelo e grupos escolares, que

> (...) também surgisse e fosse logo posta em prática a idéia de tornar bem patente e clara e excelência da nova processologia aplicada ao ensino (...) Surgiu então, a feliz idéia das festas escolares no fim de cada no letivo, pelas quais se pudessem tornar bem frisante o desenvolvimento admirável e real das crianças educadas nas primeiras escolas-modelos e grupos escolares criados (*Revista de Ensino*, dezembro de 1908, p. 35).

Nestas festas geralmente compareciam pessoas ilustres da sociedade, políticos, educadores renomados que eram devidamente homenageados pelos alunos presentes. Além da indicação dos nomes dos cidadãos ilustres, os artigos, que na maioria das vezes eram publicados na seção de *Noticiários* das *Revistas*, apresentavam o programa que fora seguido, geralmente composto de cantos e hinos a serem reproduzidos pelos alunos poesias a serem declamadas e peças teatrais a serem encenadas. A boa atuação dos alunos nestas ocasiões revelava assim a competência dos professores e dos diretores de ensino na formação dos educandos. Os programas das festas de inauguração e de encerramento do ano letivo se distinguiram das demais comemorações pela realização da inspeção geral em todos os anos, com a finalidade de saber as reais condições para a

abertura e o funcionamento das escolas e se estas estavam desenvolvendo as atividades de ensino de acordo com as regulamentações legais.

A descrição do programa e da forma como esse foi executado, no caso das inaugurações de escolas, vinha acompanhada, algumas vezes, de fotografias do edifício escolar, informações sobre a instituição de ensino (número de alunos do sexo feminino e masculino, número de professores, de salas de aulas, matrículas, entre outras). Outros, além da fotografia, traziam trechos de notícias publicadas em jornais de ampla circulação acerca destas solenidades. Além disso, existia como prática para registrar determinado evento nas páginas das revistas de ensino a transcrição dos discursos pronunciados pelos representantes do Estado e/ou pelos professores da instituição, assim como aconteceram nas comemorações cívicas.

A primeira notícia sobre festa localizada nos periódicos de ensino foi publicada na *A Eschola Publica* em 1º de julho de 1893, mês de início da publicação do periódico e apresentava informações sobre a realização de uma festa em comemoração ao 3º aniversário da fundação da Escola Modelo, em 20 de junho. A Escola Modelo foi a instituição nuclear da Reforma Caetano de Campos, pela qual se inaugurou a lógica que presidiu a institucionalização do modelo escolar paulista. Nessa escola, anexa a Escola Normal também criada pela Reforma, os futuros mestres podiam ver como as crianças eram educadas. Prevalecia o aprendizado centrado na visibilidade e imitabilidade das práticas pedagógicas, além disso, era responsabilidade das escolas modelo disseminar os métodos de ensino considerados os mais modernos e apropriados, bem como práticas avançadas de organização da vida escolar.

Na ocasião da comemoração do 3º aniversário da fundação da Escola Modelo de São Paulo, estavam presentes o Senhor Presidente do Estado, o Secretário do Interior Dr. Cesário Motta, o Sr. Benevides, diretor da Escola Normal, os alunos e suas respectivas famílias. A presença dos representantes do Estado nessas ocasiões era considerada de suma importância, pois garantia a legitimidade ao evento, além do prestígio e o sucesso do festejo escolar. O programa desta comemoração, transcrito no periódico, foi composto de homenagens aos representantes ilustres presentes e recitação de poesias pelos "melhores" alunos da Escola Modelo. O critério de escolha dos alunos responsáveis pelas homenagens e recitação de poesias, momentos de destaque das solenidades, não pode ser conhecido através da análise das fontes, mas pode-se inferir a

partir dos adjetivos que acompanhavam os nomes dos alunos, que eram estudantes que se destacavam pelas suas notas, pelo comportamento ou por ambos.

A participação dos convidados "ilustres" era coroada pelo momento no qual estes discursavam, mas quando estes não estavam presentes a tarefa ficava a cargo do diretor ou dos professores do estabelecimento do ensino. Os discursos eram considerados tão ou mais importantes do que a festa, podendo, algumas vezes, suprimir a descrição das mesmas, sendo registrados sozinhos nos periódicos como representativos da ocasião comemorada. Suas temáticas relacionavam-se não somente às datas comemoradas, mas também as questões de ensino em voga em determinado período. Por esta razão, os discursos publicados podem ser considerados um fértil observatório das questões educativas prementes em determinados contextos. Na festa da Escola Modelo, por exemplo, "falaram eloquentemente os Drs. Presidente do Estado e Ministro do Interior" (*A Eschola Publica*, 1º de julho de 1893, p.08). Sendo finalizada com os hinos cantados pelos alunos.

A presença dos dirigentes do ensino não foi uma constante no período, tornando-se cada vez mais escassa com o passar do tempo, sendo considerada pelos professores como uma falta de interesse do Estado pela educação, como consta, por exemplo, no discurso da professora D. Maria Reis em novembro de 1907 por ocasião da inauguração do Grupo Escolar de São Simão. Nesse discurso, a professora reclamou a participação de pessoas ilustres, relembrando que em "um passado que não é remoto", quando se festejava a inauguração de uma "casa de instrução", comparecia o presidente do Estado, reformadores ilustres como Cesário Motta e Bernardino de Campos – incitando os professores à luta. A presença dessas pessoas nas festas marcou o que a autora denominou de "período áureo", mas que naquele momento os tempos eram outros e mesmo sem a presença destas pessoas ilustres os professores não deveriam desanimar, já que eram os mais importantes de todos os fatores da educação nacional, nas palavras da professora: "Trabalhae, como o fazeis agora, dando realce e vida a uma instituição moribunda, e a uma classe de funcionários de Estado, que há dilatado prazo se vê órfã das carícias paternais" (*Revista de Ensino*, novembro de 1907, p. 106). O discurso da professora permite conceber a festa ainda como um momento para o fortalecimento do professorado, uma ocasião na qual além do reconhecimento do seu trabalho os professores presentes poderiam buscar ânimo para seguirem suas carreiras na educação.

A Eschola Publica (1893-1897) não se dedicou exclusivamente à publicação de informações sobre as festas realizadas em São Paulo, mas transcreveu notícias de festas realizadas em outras localidades. Como por exemplo, a inauguração de um grupo escolar em Jundiaí em junho de 1896, aniversário de grupo escolar em Lorena também no mês de junho de 1896, inaugurações de grupos escolares em Itatiba e em Bragança ambos na mesma data, junho de 1896. Essas notícias geralmente eram publicadas na seção intitulada *Noticiários*, mas que em outros momentos recebeu o nome de *Boletim*, cujo objetivo era informar aos leitores e registrar na *revista* os principais acontecimentos do âmbito educacional, como festas, legislação, atos oficiais, publicações educacionais, entre outros informes considerados relevantes.

Artigos mais detalhados sobre o desenvolvimento das festas escolares, como vimos, por exemplo, a do aniversário da "Eschola Modelo" de São Paulo foram apresentados nas páginas das revistas de ensino ao lado de outros artigos mais sucintos que visavam apenas noticiar o acontecimento, sem grandes preocupações com o detalhamento do programa do evento e a forma pela qual tivesse sido executado. Este é o caso da notícia intitulada "Itatiba", publicada no periódico *A Eschola Publica* em 15 de julho de 1896, na qual os editores da revista apenas agradecem o recebimento do convite para assistir a inauguração do grupo escolar, ou ainda, o artigo "Lorena", publicado no mesmo exemplar, no qual a revista destaca o brilhantismo dos festejos escolares comemorativos da data de abertura do grupo escolar "Gabriel Prestes" e afirma que "A última hora, como escrevemos, não podemos fazer a descrição da festividade" (*A Eschola Publica*, 15 de junho de 1896, p.159). Essas notícias breves também aconteceram com outros tipos de solenidades, constituindo-se uma das características das notícias acerca das festas publicadas nesse periódico.

Outro artigo que merece destaque foi o intitulado "Festas Escolares" publicado no número IV da *A Eschola Publica* de 15 de dezembro de 1896, no qual constam informações acerca das festas de encerramento do ano letivo realizadas em escolas de diferentes níveis: Escola Modelo e Jardim da Infância da capital, Escola Modelo "Caetano de Campos", Escola Modelo "Prudente de Morais" e Escola Complementar. A festa do Jardim da Infância ocorreu no dia 25 de novembro de 1896 e foi composta de brinquedos, pequenas poesias escritas especialmente para o ato, cantos e marchas e por fim, foi oferecido pelas professoras aos seus alunos um *lunch* de despedida em um jardim público. No dia 27 enceraram-se as aulas na seção masculina da Escola Modelo

"Caetano de Campos" e "Escola Complementar", o programa composto de cantos, exercícios orais sobre as disciplinas estudadas durante o curso, exercícios de declamação, além de distribuição de boletins de promoção e prêmios oferecidos pelos professores aos seus melhores alunos no final da solenidade. Na festa de encerramento da Escola Modelo "Prudente de Morais" houve uma prova geral em cada uma das salas e uma sessão musical e literária para todos os alunos, professores e participantes externos. Já na seção feminina da Escola Modelo "Caetano de Campos" e na Escola Complementar, a festa de encerramento ocorrida no dia 28 de novembro, constou de festas parciais realizadas em cada uma das salas, finalizadas com a distribuição de boletins de promoção, além de sessão literária e musical, sendo cantadas músicas e declamadas poesias compostas especialmente para esta solenidade. No dia 30 de novembro deste mesmo ano finalizaram os festejos das três escolas modelo com um torneio ginástico, no qual concorreram também os alunos da Escola Normal e do Ginásio do Estado. Como acontecia nas festas de inauguração, as festas de encerramento também eram prestigiadas pelos convidados ilustres:

> As festas escolares que tão pálida notícia acabamos de dar foram honradas pela presença dos Exms. Snrs. Drs. Presidente e Vice Presidente do Estado, Secretário do Interior e outras autoridades superiores, que mostraram grande satisfação congratulando-se com o pessoal das escolas pelo adiantamento e progresso que dia a dia o ensino vai demonstrando, graças a solicitude com que é tratado pelos poderes públicos e à dedicação do professorado (*A Eschola Publica*, 15 de dezembro de 1896, p.425).

Este artigo é elucidativo das diferenças existentes entre as festas de encerramento do ano letivo em diferentes instituições de ensino. Assim como as festas de inauguração e de aniversário das escolas, as festas de encerramento também eram compostas de sessões literárias e musicais, com declamação de poesias e hinos escolares, além da presença de convidados ilustres, geralmente representantes do Estado. Alguns hinos e poesias eram escritos especialmente para determinadas ocasiões, o que contribui para delimitar a especificidade de cada data. As *revistas*, em suas sessões literárias, apresentavam alguns textos com indicações para as datas festivas, que poderiam ser utilizados pelos professores em sala de aula ou nas comemorações públicas. Além disso, as festas relativas ao encerramento do ano letivo se diferenciavam das de aniversário e inauguração pela presença de certos rituais que não compunham o programa das outras solenidades, como por exemplo, os exames finais sobre as

disciplinas estudadas durante o ano letivo, nos quais os alunos deveriam demonstrar os resultados obtidos em todo o ano de estudo e dedicação, bem como a distribuição dos boletins de promoção e prêmios aos melhores alunos.

Os exames foram instituídos como forma de garantir a qualidade do ensino ministrado pelas escolas republicanas, fiscalizando o trabalho pedagógico realizado e controlando o que deveria ser ensinado e aprendido (SOUZA, 1998). Os dias dedicados às provas públicas eram momentos importantes para a vida escolar, era um dia de festa, de comemoração, de solenidade[36]. A emergência da avaliação formal, presente nestas solenidades, relacionou-se com a estruturação do sistema de ensino no século XIX, baseado na graduação escolar e na necessidade de classificação e seleção permanente dos alunos. A reforma republicana instituiu os dispositivos legais da avaliação como atividade sistemática e contínua no ensino primário, submetendo-a a uma série de regulamentações. Os exames nas escolas graduadas tornaram-se rituais de grande projeção pública, representando uma das normas de excelência da escola primária paulista. "Para as bancas examinadoras eram convidados políticos e autoridades locais, portanto, uma validação social do ato de classificação de inegáveis conseqüências políticas e sociais" (SOUZA, 1998, p.244). A sessão era acompanhada pelos pais e pela população. Os melhores alunos eram destacados e premiados com livros, objetos de ensino, medalhas e menção honrosa. Os prêmios foram criados como forma de emulação e disciplina e significava o coroamento de todos os mecanismos de motivação e incentivos escolares. Os exames públicos compartilhavam socialmente os critérios de excelência escolar.

> Os exames, as festas de encerramento do ano letivo, as exposições escolares e as datas comemorativas constituem rituais e expressões da inserção da escola no tempo histórico e social. Enquanto práticas simbólicas, permitem evidenciar como a escola primária pode articular práticas educativas com o imaginário sóciopolítico republicano (SOUZA, 1998, p.275).

Todas as crianças participavam desse ritual, inclusive as que recebiam instrução em casa. Entretanto, o significado do exame era diferente para as distintas escolas existentes no período. Para os grupos escolares, os exames ganharam um sentido

[36] O Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo de 1894 dedicava um capítulo para os exames escolares, e instituiu como prática dos grupos escolares, a distribuição de prêmios e as festas de encerramento do ano letivo.

diferente dos "glamurosos" exames finais das escolas preliminares ou isoladas. Nestas instituições os exames eram utilizados para organizar as turmas em séries e por este motivo foram incorporados ao calendário sob a responsabilidade do diretor e dos professores, devendo ocorrer durante todo o ano letivo e não só no fim do ano com a presença de autoridades. Sua principal função era classificar, verificar se todos os alunos da classe tinham assimilado o conteúdo de sua série para no fim do ano serem aprovados para a série seguinte ou reprovados. Já nas escolas preliminares ou isoladas tudo era estruturado em função dos exames, já que o professor organizava sua prática de modo a preparar seus alunos para esses.

> Se, num primeiro momento, tanto nas escolas preliminares ou isoladas quanto nos grupos e escolas reunidas, os exames tinham a função de avaliar o trabalho efetuado pelo professor – quanto mais crianças fossem aprovadas nos exames finais, melhor seria o professor - , com a gradativa generalização do modelo instituído pelos grupos, os resultados dos exames passaram a expressar a capacidade, o empenho e a dedicação do aluno, o que não significa a inexistência de menção ao número de alunos aprovados como indicativo do bom trabalho realizado pelo professor (GALLEGO, 2003, p.71-72).

O trabalho da banca examinadora, de acordo com Souza (1998), era rigorosamente lavrado em ata, registrado, assinado e documentado. O alto grau de formalização dos exames da época atestava o desejo do Estado em institucionalizar o exame, de forma que a reprovação e aprovação não fossem concebidas como um ato arbitrário do professor, mas sim como algo legítimo, atestado publicamente e confirmado pelo Estado. O auxílio das Câmaras Municipais para os exames demonstrava como este adquiriu um sentido público ao vincular o poder político às representações valorativas da escola primária. O entusiasmo da população pela escola e pelos exames pôde ser evidenciado no oferecimento de prêmios feito por comerciantes e autoridades políticas aos melhores alunos, que viam nesses acontecimentos sociais uma ótima oportunidade para realizar sua propaganda política. Os exames públicos serviam como forma de propaganda e legitimação da escola pública no meio social, inicialmente propostos pelo Estado, logo foram tomados como um costume e requeridos pela população.

> A festa de encerramento compreendia, pois, uma festa oficial, uma solenidade na qual, reunindo toda a comunidade escolar, as famílias, as pessoas 'gradas' da sociedade, as autoridades e a imprensa, a escola reafirmava sua identidade e o seu valor social. Por isso, nada melhor para divulgar o seu trabalho e o seu prestigio do que o ar

solene, grave, formal dessas festas, juntamente com o espetáculo, a encenação realizada pelos próprios alunos – sentido primeiro da existência da escola (SOUZA, 1998, p.253).

Encerramento do anno lectivo, no Grupo Escolar de Butantan.
Scena da peça "ALEGRIAS DE CABOCLO"
S. Paulo — Brasil

Grupo Escolar de Butantan - SP
Revista Escolar, janeiro de 1927, p. 29.

GRUPO ESCOLAR DE BUTANTAN. — S. Paulo — Brasil
Um dos quadros da peça "BRANCA DE NEVE," por occasião do encerramento do anno lectivo.

Grupo Escolar de Butantan - SP
Revista Escolar, janeiro de 1927, p. 29.

Por outro lado, o alto rigor dos exames trouxe à tona o problema da evasão escolar, fazendo da instituição dos exames públicos uma das inovações educacionais republicanas, consideradas por alguns, como uma das mais conflituosas e contraditórias do processo de construção da escola primária (SOUZA, 1998). Ao mesmo tempo em que os republicanos desejavam implementar seu projeto educacional de caráter democrático e universalizar a educação popular, essa escola deveria ser austera e rigorosa para ter prestígio e qualidade. Desse modo, os exames tão difíceis acabavam por afastar alunos da escola, problema que seria mais veementemente combatido a partir das décadas de 1910 e 1920, quando a questão do nacionalismo colocaria em debate a erradicação do analfabetismo.

Os exames, de acordo com Chervel (1990) constituem-se importante aspecto para o estudo da história das disciplinas escolares. Para este autor, as necessidades de avaliação dos alunos nos exames internos ou externos engendram dois fenômenos capazes de influenciar o desenvolvimento das disciplinas ensinadas: primeiro é a especialização de certos exercícios na sua função de exercícios de controle, como por exemplo, as chamadas orais, os ditados, entre outros; segundo, é o peso significativo que as provas do exame final exercem sobre o desenrolar da classe e o desenvolvimento da disciplina. A história dos exames se relaciona a um esforço constante para reaproximar as provas de avaliação das grandes finalidades da disciplina, constituída, em proporções variáveis, de um ensino de exposição, de exercícios, de práticas de motivação e de incitação e de avaliações.

As avaliações públicas dos alunos aconteciam, na maior parte das vezes, nas festas de encerramento do ano letivo, que de acordo com o Ofício nº 98 publicado na *Revista de Ensino* de fevereiro de 1903, deveria acontecer no último dia do mês de novembro. Um fato curioso detalhado no mesmo artigo era que não sendo "obrigatório o comparecimento dos professores às festas que se realizarem no período das férias" (*Revista de Ensino*, fevereiro de 1903, p.1229-1230), a participação e comparecimento dos professores ficavam por conta da dedicação e comprometimento de cada um. Então, se as aulas se estendessem além do previsto, no caso o último dia de novembro, ou se existisse alguma outra data a ser comemorada no período de férias, a presença do professor era facultativa. A polêmica sobre a participação ou não dos professores nas festas dos feriados nacionais foi retomada alguns anos mais tarde nas páginas dos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1910-1911), alguns achavam

imprescindível a presença dos professores nas festas escolares comemoradas nos dias de feriado nacional e nas férias escolares, outros professores consideravam essa determinação um abuso, já que não eram pagos para trabalhar no dia do feriado[37].

Em suma, as festas de inauguração, aniversário, encerramento do ano letivo e formatura eram comemorações públicas com duas funções principais: destacar os feitos políticos no âmbito educacional e confirmar a importância da escola entre pais, alunos e professores para a sociedade republicana. A população costumava ver com bons olhos os acontecimentos festivos e um dos objetivos das festas era mesmo incitar a simpatia e despertar em todas as sociedades o mais vivo entusiasmo pela educação (*Revista de Ensino*, junho de 1911, p. 40-41). Consideradas como *Templos de Luz* (SOUZA, 1998), metáfora associada à religiosidade cívica, as escolas eram as únicas instituições, concebidas, naquele momento, como capazes de *iluminar* o futuro da população brasileira, trazendo o progresso econômico, político e social.

3.3) *As festas da natureza: festa das aves e festa das árvores*

Os festejos que celebravam a natureza, representadas pelas festas das árvores e das aves, estiveram associadas de forma bastante contundente com a idéia de pátria brasileira. Nestas festas, a pátria passava a ser representada de forma concreta pela sua "abençoada" natureza e ensinar o amor e o respeito à natureza, segundo os educadores da época, tinha o mesmo significado que disseminar o patriotismo. Além disso, o potencial educativo destas festas revelava-se no ensinamento da importância da preservação da vegetação para o progresso ou para o empobrecimento de um país, no caso de desmatamento. As festas relativas à natureza foram objeto de atenção dos educadores do período de forma menos recorrente em comparação com as festas tratadas nos outros itens deste capítulo. Entretanto, o fato destas festas serem as menos noticiadas[38] não diminuiu sua importância para o estudo, mesmo porque o registro

[37] O embate foi resolvido após alguns anos como constou em notícia publicada na *Revista Escolar* de 15 de novembro de 1925 e analisada no capítulo dois desta dissertação.

[38] Ao todo foram publicadas, durante todo o período, 11 notícias nos periódicos selecionados, distribuídas da seguinte forma: dois artigos na *Revista de Ensino* do ano de 1902 e um artigo nos anos de 1903, 1906, 1908, 1911, 1915 e 1916. Uma notícia nos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* de 1910-1911 e dois artigos na *Revista Escolar* dos anos de 1925 e 1926.

desses acontecimentos nos noticiários dos periódicos possuía como um dos objetivos prolongar o efeito da comemoração, que poderia ser conhecida por um número maior de pessoas, os leitores das revistas, e rememoradas por aqueles que delas participaram.

As notícias sobre as festas das árvores e das aves acontecidas nas escolas de diferentes graus eram acompanhadas, geralmente, da publicação de poemas, poesias e estórias sobre a natureza e os cuidados que os cidadãos deveriam ter com essa. As poesias, hinos e peças apresentadas pelos alunos relacionavam-se com o tema da festa. Foi comum, neste período, a publicação de livros e edições especiais dos periódicos sobre as datas festivas, como exemplo, pode-se citar a edição especial da *Revista de Ensino* de 1911, dedicada em grande parte "à publicação de trabalhos literários – inéditos uns, já conhecidos outros – que constituem uma coletânea para a Festa das Árvores, a efetuar-se em Setembro, à imitação do que já fez a Diretoria do Ensino para a Festa das Aves comemorada em Abril" (*Revista de Ensino*, junho de 1911, p.03). O ritual das festas da natureza também se destacaram dos demais pela inserção nos programas de momentos específicos para a prática do plantio de mudas de árvores de diferentes espécies pelos alunos e professores nestas ocasiões.

Tabela 5: A distribuição das notícias sobre as festas das árvores e das aves nos periódicos educacionais

Periódicos	**Festas das árvores e aves**
A Eschola Publica (1893-1897)	-
Revista de Ensino (1902-1918)	*08*
Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1922)	*01*
Revista Escolar (1925-1927)	*02*
Total	11

Faz-se importante enfatizar que as festas das árvores e das aves não aconteceram somente no Brasil no período delimitado para este estudo, têm-se notícias de sua realização em outros países em diferentes contextos históricos. O surgimento deste tipo de comemoração esteve associado à Revolução Francesa (1789-1799), momento no qual, de acordo com Joaquim Pintassilgo (1998), fomentaram-se a realização de festas com um caráter cívico. Neste momento, elas serviram não só de complemento à educação escolar, mas também como substituto à mesma, assegurando

uma formação coletiva e permanente dos indivíduos de acordo com os ideais da Revolução. Almejava-se, desse modo, transformar a sociedade e a vida comum em um espaço destinado à formação integral dos cidadãos.

A festa da árvore foi instituída pelos revolucionários franceses como símbolo da renovação social que novo regime político almejava instaurar. A árvore representava a perpétua regeneração do mundo social, e foi considerada pela revolução como o símbolo da liberdade. Seu caráter cívico-pedagógico estava presente na interiorização dos valores e da ideologia subjacente ao discurso republicano, que por sua vez, passava pela adesão efetiva aos símbolos do novo regime (PINTASSILGO, 1998). Sendo assim, o culto da árvore só poderia ser entendido como uma prática simbólica, chamada para a socialização política dos cidadãos. A árvore era concebida como "lugar de memória", recordação às gerações vindouras, símbolo de regeneração, representativa da capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a república se pretendia apresentar como regeneradora de uma pátria há muito decadente (PINTASSILGO, 1998).

> A árvore representa ainda a verticalidade, a estabilidade, a segurança, o crescimento, a igualdade, a fraternidade, a república, etc. Ela é lugar de abrigo e proteção, para além de fonte de purificação (PINTASSILGO, 1998, p.449).

Em Portugal, país investigado por Joaquim Pintassilgo (1998), a festa das árvores foi criada pelos republicanos nos últimos anos da monarquia. Várias fontes confirmam o ano de 1907, como pioneiro, nas comemorações da festa da árvore com características republicanas. As iniciativas pioneiras na organização deste tipo de festa pertenceram à Liga Nacional de Instrução que tinha como um dos seus principais objetivos promover o melhoramento da instrução nacional. No entanto, somente depois da implantação da república em Portugal esta festividade recebeu um notório incremento, constituindo-se a primeira festa cívica a ser realizada após o advento da república. A escolha da data para sua comemoração era extremamente significativa, geralmente as festividades eram realizadas durante o mês de março, passagem do inverno para primavera neste país. Um elemento importante de qualquer festa da árvore em Portugal era o cortejo cívico, composto pelas autoridades locais - simbolizando o apoio oficial à iniciativa, pelas diversas associações da localidade e pela presença de bandas que percorriam as ruas das cidades até o local de plantação das árvores.

No caso português, a festa tinha como principal objetivo realizar uma doutrinação política e ideológica, na medida em que se pretendia, através dela,

influenciar e impregnar os cidadãos do espírito da república, utilizando-se, principalmente, do entusiasmo coletivo que ela desencadeava para promover ideais como a unanimidade, a fraternidade e a igualdade (PINTASSILGO, 1998). Desse modo,

> Participar na festa implicava a fusão simbólica de cada personalidade no todo representado pela nação. A festa gerava um entusiasmo coletivo propiciador de uma intensa solidariedade espiritual, aproximando-se, desta forma, da utopia (PINTASSILGO, 1998, p.451).

Pode-se tecer considerações semelhantes, a partir dos textos produzidos pelos autores da época (1890-1930) acerca das festas das árvores e das aves realizadas nas escolas primárias do Estado de São Paulo. O fato da festa da árvore ser desencadeada por iniciativa das escolas primárias relacionava-se com a importância que a república lhes atribuía como sendo as escolas do povo e verdadeiros centros de formação de cidadãos (PINTASSILGO, 1998). Na organização destas festas era dado grande destaque para os professores primários. Era deles a iniciativa de preparar a festa e a maior parte dos discursos. Além disso, esta festa extravasava o âmbito escolar oferecendo-se como espetáculo cívico no espaço público, visando ao mesmo tempo a educação cívica de crianças, jovens e adultos.

> Também não é isento de simbolismo o fato de serem os jovens alunos das escolas primárias os principais intervenientes no espetáculo cívico que é a festa da árvore. Na verdade, que melhores atores podia ter a celebração da pujança e da permanente capacidade de renovação da natureza que essa vida em crescimento que são os jovens? (PINTASSILGO, 1998, p.452).

No âmbito educacional brasileiro, as Festas das Árvores e das Aves possuíam como principal objetivo desenvolver nas crianças e na população que delas participavam sentimentos simpáticos de admiração pela natureza, "predispondo-a ao trato carinhoso a que tem jus as árvores e os pássaros" (*Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*, 1910-1911). Na opinião de José Monteiro Boanova, em relatório publicado nos *Anuários* em 1910-1911 e enviado ao Secretário dos Negócios do Interior, estas festas eram de suma importância para o desenvolvimento do sentimento nacionalista e deveriam ser realizadas todos os anos no mês de setembro, mês de início da primavera.

> O alto alcance, as múltiplas vantagens que oferecem as festas escolares consagradas às árvores e aos pássaros, justificam plenamente a designação de dias especiais a eles consagrados.

> As comemorações das datas mais notáveis da nossa história despertam, sem dúvida, o sentimento da nacionalidade, a par do tributo de grata veneração aos nossos antepassados (*Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*, 1910-1911, p. 53-54).

A primeira Festa das Árvores foi noticiada pela *Revista de Ensino* em agosto de 1902, em um artigo intitulado *Arbor Day*. A projeção e organização desta primeira comemoração em homenagem às árvores foram concretizadas pelo Exmo. Sr. Dr. João Pedro Cardoso, então engenheiro-chefe do 2º distrito agronômico, e aconteceu na cidade de Araras nos primeiros dias do mês de junho. Tal evento foi muito apreciado pelos editores da *Revista de Ensino* que parabenizaram o engenheiro pela iniciativa. Nesta ocasião, as crianças tiveram oportunidade de ouvir preleções acerca da importância da natureza como símbolo da pátria brasileira e tiveram oportunidade de plantar alguns gêneros de plantas e no final receberam como lembrança cartões comemorativos. O valor educativo da festa deveria ser despertado nos alunos de duas formas: das instruções e preleções dos mestres e do cunho prático garantido pelo plantio de algumas mudas vegetais pelos alunos.

A festa das árvores foi concebida pelos educadores da época como uma instituição norte-americana que em "boa hora" foi "brilhantemente" iniciada no Estado de São Paulo, após já ter sido transplantada para a maior parte dos países europeus. Neste caso, cabe destacar a contradição existente entre o país responsável pela criação e disseminação mundial das festas das árvores. Pintassilgo (1998) afirma que a festa da árvore foi iniciada pelos revolucionários franceses e a *Revista de Ensino* (1902) diz que sua origem deu-se na América do Norte. Contudo, não existiram diferenças explícitas no significado desta celebração para os dois países citados e o Brasil, representado neste estudo pelo Estado de São Paulo, parece ter recebido influências equivalentes destes dois países.

A comemoração da Festa das Árvores em Itapira, noticiada em junho de 1903 na *Revista de Ensino*, por exemplo, foi concebida como uma "instituição yankee", considerada exemplar das formas pelas quais tais festejos deveriam ser organizados. A comemoração iniciou-se com a apresentação da banda tocando o Hino Nacional, depois as crianças cantaram o hino das árvores, houve ainda o plantio de mudas diversas e os discursos de personalidades ilustres da sociedade local.

> O gentilíssimo povo de Itapira acaba de realizar mais uma imponente festa de educação.
> Como festa de educação a consideramos, a festa das árvores, essa instituição *yankee*, já transplantada para alguns países europeus e que em boa hora, foi brilhantemente iniciada no nosso Estado, pelo zeloso inspetor do 2º distrito agronômico, Dr. João Pedro Cardoso.
> No belíssimo parque, (...), achavam-se em alas cerca de 400 crianças, alunas do grupo e das outras escolas depois de terem efetuado uma deslumbrante passeata pelas ruas da cidade, por entre a admiração e as aclamações do povo (*Revista de Ensino,* junho de 1903, p.121).

Percebe-se a partir desta transcrição que a forma de comemoração da festa da árvore em Itapira foi muito semelhante à forma pela qual se comemorava o dia da árvore em Portugal, com passeatas pelas ruas das cidades e plantios de mudas no final do evento. Todo o programa proposto visava estimular na infância escolar a proteção e admiração da natureza, considerada a riqueza do nosso país. Os professores eram ajudados pelas revistas de ensino, que além de publicar os programas das festas de diferentes instituições de ensino como modelos para serem cotejados, ainda dedicavam algumas páginas à publicação de textos literários a serem utilizados nestas ocasiões. Este foi o caso do exemplar da *Revista de Ensino* de Junho de 1911, no qual os professores encontrariam, segundo os editores, abundante material para organizarem suas festas. As poesias, em sua grande maioria, visavam a fomentar nas crianças, que as decoravam para posterior recitação nas festas e na população que assistia as solenidades, um sentimento amigável e de preservação da natureza:

> *"A velha árvore"*
>
> Uma vez um lenhador,
> Homem bom, porém severo
> D'olhar sombrio e austero,
> Cortava com seu machado,
> Bela árvore frondosa,
> Que se elevava garbosa,
> Não mui longe do povoado.
>
> Passou naquele momento,
> Por ali, todo alquebrado,
> Um velho já bem cansado,
> De viver e trabalhar!
> Com seus olhos rasos d'água,
> Demonstrando muita mágoa,
> Começou ele a falar:
>
> 'Por que cortaes, meu senhor,
> Este tronco tão robusto,
> Que aqui com tamanho custo,

> Plantei com tanto amor?!'
>
> Á sombra amena e querida,
> Da ramagem verdejante,
> Descansava o viandante,
> Pousados nos curvos ramos,
> Cantavam os gaturamos,
> Da manhã ao despontar.
>
> Perdão pela minha falta,
> Respondeu o lenhador;
> Avalio a vossa dor
> Pelo mal que pratiquei.
> No tugúrio em que me abrigo,
> Falta o fogo, falta o trigo,
> Aos filhos que sempre amei
> (*Revista de Ensino*, dezembro de 1917 e março de 1918, p. 89).

No caso específico desse poema é curioso notar o apelo aos sentimentos de cuidado com a natureza, que só deveria ser desmatada em último caso, como coloca o lenhador no último parágrafo, pela falta de fogo para preparar os alimentos. A esse sentimento de amor à natureza, foi acrescido no último decênio considerado para estudo, o potencial dos elementos da natureza para o ensinamento de determinados conteúdos escolares, e não somente de sentimentos e de valores relacionados à pátria. Esta valorização da natureza como elemento da educação das crianças foi preconizada pelos escolanovistas, em um movimento que teve suas primeiras repercussões no Brasil em meados da década de 1910 do século XX (NAGLE, 1978). O movimento escolanovista se disseminou internacionalmente no final do século XIX e alguns dos seus principais representantes em diferentes partes do mundo foram: Ferrière, Claparède, Decroly, Bovet, Cousinet, Dewey, Montessori e Freinet. Segundo Antonio Nóvoa (1995), em seu texto "Uma educação que se diz *nova*", o movimento da Escola Nova pode ser considerado paradoxal, caracterizado pela desconfiança e, ao mesmo tempo, crença nas instituições escolares. Foi a primeira vez na história da pedagogia que uma corrente de pensamento baseou suas propostas de ação numa crítica de fundo ao modelo escolar então vigente.

> A Educação Nova é o princípio do fim de um 'discurso escolarizante' sobre a educação das crianças. Mas é também o exarcebar da crença nas potencialidades da escola (de uma outra escola, claro) (...) Nunca ninguém desconfiou tanto da escola e nunca ninguém acreditou tanto na escola como os grupos que deram corpo e voz à Educação Nova (NÓVOA, 1995, p. 31).

Ainda neste texto o autor faz uma análise dos principais acontecimentos que podem contribuir para explicar o acontecimento da Educação Nova, bem como os programas e os projetos dessa nova proposta educacional. Para Nóvoa (1995), o programa dos escolanovistas era composto mais de ideais do que princípios de ação, ao todo contemplava 30 características, mas que poderiam ser agrupadas em torno de cinco idéias-chave: 1. A escola nova era um laboratório de pedagogia prática, devendo funcionar preferencialmente em regime de internato e situar-se numa *zona rural*, "a escola nova procura criar uma ambiência saudável e de proximidade com a natureza (excursões, acampamentos, criação de animais, trabalhos agrícolas, ginástica natural, etc); 2. na escola nova existia o sistema de *coeducação dos sexos*; 3. existia também uma particular atenção aos *trabalhos manuais*, todo o ensino deveria organizar-se a partir de *métodos ativos*, que estimulassem o gosto pelo trabalho e a criatividade; 4. o desenvolvimento do espírito crítico deveria acontecer através da aplicação do método científico; 5. o cotidiano da escola nova alicerçava-se no princípio da autonomia dos educandos. O impacto das teses e das práticas da Educação Nova sobre as realidades escolares foi relativamente limitado, o que explicou o desalento dos educadores nos anos 30. Mas, a contribuição desse movimento para o desenvolvimento de uma outra visão de criança e do ato educativo foi incontestável.

O movimento escolanovista propunha um modelo de ensino baseado na valorização das necessidades e atividades da criança no processo de ensino e aprendizagem, utilizando-se para isso principalmente das leis da psicologia e da sociologia. Para Adolpho Ferrière (1934), um dos educadores participantes do movimento escolanovista, a escola ativa deveria ser, antes de tudo e de uma forma geral, a aplicação das leis da psicologia à educação das crianças. "Dum lado, a sociologia, e doutro lado, a psicologia genética estudando o desenvolvimento dos seres, eis as ciências-mães desta ciência aplicada ou desta arte que é a educação" (FERRIÈRE, 1934, p. V). A escola ativa buscou considerar a criança como um todo, propondo-se como um fim de conservar e desenvolver as energias úteis e construtivas do indivíduo para fazer dele uma personalidade autônoma e responsável (FERRIÈRE, 1934, p. V). Acreditava-se que tudo que se ensina de fora, sem contato com as energias interiores, tende a desequilibrar e a prejudicar o ser. A Escola Ativa procurou fazer predominar o espírito, isto é, a intuição, o coração, a razão e a vontade na sua essência qualitativa.

No âmbito da proposta escolanovista de valorização dos interesses e das atividades das crianças, pode-se inferir que a festa escolar deveria incitar o interesse da criança pelo fato/evento que estava sendo comemorado, despertando seu intelecto, seus sentimentos e suas emoções. Além disso, buscava considerar a criança como um todo, assim como propunham os escolanovistas. Na maioria dos programas, existiram horários específicos para a demonstração do desenvolvimento intelectual, por exemplo, nos exames, nas recitações de poesias, e física nas apresentações de ginástica, de exercícios físicos. Valorizava-se a autonomia das crianças, que eram ensaiadas e tomavam para si a responsabilidade pelo desenvolvimento e bom andamento da festa. Os hinos, as poesias, os textos, os discursos buscavam incitar o espírito, isto é, a intuição, o coração, a razão e a vontade na sua essência qualitativa, assim como propunha o movimento.

A valorização da criança também pôde ser atestada na prática de festas exclusivamente dedicada a elas, denominadas de festas das crianças, realizadas no dia 12 de outubro de cada ano. A criança foi concebida como a herdeira da República recém-instalada. Ao estado caberia assumir a função de preceptor dos novos, povo e criança, representados como portadores da menoridade intelectual e social, incorporando-os à ordem social, por meio do trabalho e da instrução (MONARCHA, 1997). No período em estudo foram publicadas quatro notícias sobre as festas das crianças na *Revista Escolar* nos meses de setembro e outubro de 1926 e fevereiro de 1927. Estes artigos eram compostos de cenas teatrais a serem protagonizadas pelas crianças (*Revista Escolar*, setembro de 1926), estórias infantis (*Revista de Ensino*, fevereiro de 1927) e uma descrição da festa relativa ao dia das crianças:

> "Comemorando a data de 12 de outubro, apresentar-se-á, nesse dia, no Teatro Municipal, o Orpheão Infantil, composto de três mil crianças das nossas escolas. O palco será adaptado de moda a bem acomodar tão numeroso corpo de cantores, talvez o maior que se tenha organizado até aqui.
>
> É de prever o brilhantismo da festa, dada a competência do seu organizador, o maestro João Gomes Junior, inspetor especial de música nas escolas públicas do Estado, e que não tem poupado esforços no sentido de conseguir os mais surpreendentes efeitos corais e a maior disciplina musical do conjunto.
>
> (...)
>
> O programa, otimamente organizado, é todo composto de músicas de reputados autores brasileiros, adaptadas às vozes infantis (*Revista Escolar* , setembro de 1927, p.86).

Com relação à melhor data para a comemoração das festas das árvores e das aves, a sugestão feita pelo educador José Monteiro Boanova (1926) de comemorar as festas das árvores e das aves conjuntamente nos meses de setembro de cada ano não foi considerada e permaneceu a orientação oficial de se comemorar as árvores no mês de setembro e as aves no mês de abril. Assim, como as árvores, as aves eram consideradas símbolos da natureza brasileira e por isso deveriam ser cuidadas e respeitadas. As festas em homenagem às aves seguiam de forma similar o programa executado por ocasião das festas das árvores: recitativos, hinos patrióticos e cantos referentes ao ato constituíam elementos fundamentais dos festejos em qualquer instituição de ensino.

> A "Festa das Aves" é realizada em abril, em todos os grupos-escolares do nosso progressista e querido Estado de São Paulo.
> Este ano, no nosso grupo escolar vai, ser muito bonita, com muito recitativos, hinos patrióticos e cantos referentes ao ato, entre flores e vivas, com entusiasmo e, sobretudo, no maior da maior e mais franca alegria da criançada. E é preciso que assim seja, para que aprendamos a amar as aves, estes seres tão úteis quão inocentes, aos quais devemos proteger por todos os meios ao nosso alcance, e não proceder como os ignorantes, que destroem esse tesouro precioso com que nos dotou a natureza, sempre pródiga e benfazeja (*Revista Escolar*, março de 1926, p.79-80).

Ao lado das festas dedicadas às árvores e as aves também eram noticiados os "Garden Party", festividades que aconteciam em lugares abertos e próximos à natureza, geralmente em parques e, que almejavam, assim com as outras duas festas, incitar o amor à natureza. As festas realizadas na e pela natureza relacionaram-se ao princípio escolanovista de que a educação deveria realizar-se em locais mais próximos da natureza. As festas, segundo João Lourenço Rodrigues (1907-1908) corresponderiam ao espírito amorável da escola moderna, na qual a criança, guiada com bondade, deveria sentir-se livre para achar prazer e atrativos sempre novos em seu trabalho cotidiano (*Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*, 1907-1908).

Nestas ocasiões aconteciam os Jogos Escolares, como publicado na *Revista de Ensino* em dezembro de 1902, nos quais a população podia apreciar a *performance* física e moral dos times de diferentes escolas, com destaque para os times de *foot-ball*. Como exemplo destas festas destacou-se o *Garden Party* realizado no ano de 1906, no qual participaram times representantes do Grupo Escolar do Braz, da Escola Modelo Anexa, da Escola Modelo do Carmo, do Grupo Escolar da Alameda do Triumpho, da Escola Modelo "Caetano de Campos", do Grupo Escolar do Sul da Sé, da Escola

Modelo Maria José, da Escola Maria da Luz e do Sport Club Paulista. No final do evento foram publicados, como uma das formas de premiação, os nomes dos alunos por escolas, que mais se distinguiram nos jogos realizados. Segundo notícia de 1906,

> Nada mais belo do que uma festa de crianças das escolas, reunidas em um jardim ou em um parque, sob às vistas dos professores, ora obedecendo à disciplina a que se habituaram nas classes, ora em plena liberdade entregando-se aos folguedos próprios da infância e confraternizando com os coleguinhas de outras escolas (*Revista de Ensino*, janeiro de 1906, p.781).

As informações sobre a realização deste festejo foram acompanhadas de algumas críticas às irregularidades das festas escolares que concorriam para o prejuízo das mesmas. A falta de policiamento para tais eventos, a desorganização do préstito escolar, a falta de transporte para levar os alunos e professores para o local da comemoração, a avareza dos *lunchs* (responsável por acentuar o caráter, social e fraternal da comemoração), a não participação dos alunos das escolas isoladas, bem como a militarização das crianças fazendo-as conduzir pesadas carabinas e marchar ao toque estrídulo de cornetas e tambores foram algumas críticas assinaladas. Como que para se redimir do fato de ter excluído dos festejos de 1906 as escolas isoladas, dois anos depois, foi publicado nas páginas da *Revista de Ensino* a notícia de um Garden Party realizado pelo Governo no "aprazível logradouro da Antarctica" em 1907.

> O *garden party* oferecido pelo Governo, no aprazível logradouro da Antarctica, às escolas isoladas da capital constituiu, por seu bizarro brilhantismo, o fecho de ouro do ano letivo de 1907, que, já agora, ahi perdurará indelével na lembrança de todos, como uma página Adamantina dos fastos escolares, como um período de trabalho constante e fecundo, de verdadeiro granjeio e operosidade para que a árvore abençoada da instrução pública bracejasse mais algumas protetoras e viventes frondes. (*Revista de Ensino,* março de 1908, p.49).

Foi esta a maneira utilizada pelo governo para inculcar no espírito dos professores das escolas isoladas a certeza de que, isoladas quanto ao tipo de sua organização, "aquelas escolas devem formar pelo critério e esforço de quem as rege um aparelho harmônico e militante nas lides do ensino" (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo,*1907-1908, p. 63). A *garden-party*, na opinião do inspetor de ensino João Lourenço Rodrigues, foi o auspicioso prenúncio de uma era nova para as escolas isoladas. Apesar de ser uma tentativa simples, efetuou-se a festa com toda a ordem e

brilho, afluindo ao local a maioria dos alunos e professores das escolas isoladas, transportados ao Parque da Antártica por um comboio especial da *Railway Company*. O programa estava organizado da seguinte maneira: deu início ao festejo um discurso alusivo ao ato pronunciado pelo Sr. Inspetor Escolar Ramon Roca, logo depois foram distribuídas medalhas aos alunos que melhores notas obtiveram durante o ano letivo, em seguida discursou a professora D. Paulina Nacaratto, que salientou os serviços prestados pelo atual governo à instrução pública, falou depois o Snr. Dr. Secretário do Interior que, no decorrer de sua alocução, lembrou o empenho perseverante dos governos de São Paulo para aperfeiçoarem e desenvolverem as escolas públicas, cujo nível ainda estava bem longe de atender às necessidades de divulgação do ensino,

> Ao terminar, S. Exa. concitou os professores a que perdurassem em seus indefesos e patrióticos esforços, mantendo, assim, com lealdade e brilhantismo, as tradições do magistério paulista.
> Concluída a primeira parte, debandaram as escolas pelos sítios mais pitorescos do parque, entregando-se as crianças aos folguedos com as ruidosas demonstrações de sua alegria comunicativa.
> Durante o festival foram distribuídos bom bons aos alunos.
> Planejada e levada a efeito como um simples ensaio, a *garden-party* excedeu à expectativa de seus organizadores, sendo também certo que ao espírito dos mestres não passou despercebido o seu alcance moral – o de trazer-lhes aplausos pelo trabalho de todo um ano e o de proporcionar aos seus alunos os estímulos e o prazer de uma festa coletiva, de aproximação e camaradagem (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo,*1907-1908, p.63-66).

Em suma, ao buscar enfatizar aspectos da natureza brasileira, como as árvores e as aves, as festas destinadas a este fim visavam ensinar às crianças o verdadeiro amor à pátria brasileira, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento nacionalista e do patriotismo. Estas festas engendraram uma representação social da natureza ao associarem, por exemplo, pátria e natureza. O conceito abstrato de Pátria tornava-se concreto na realização e desenvolvimento da festa e na participação das crianças e sociedade nestas. O patriotismo apresentava-se como a ideologia capaz de gerar o consenso necessário à consolidação da república, desempenhando a mesma função integradora que a religião católica no tempo da Monarquia em Portugal e do Império no Brasil (PINTASSILGO, 1998). A árvore era um símbolo da religiosidade cívica fomentada pelo republicanismo, a força de regeneração que o novo regime pretendia instaurar. Além disso, algumas destas festas, como o *Garden Party* realizado no ano de

1907, serviram para mostrar a unidade do sistema de ensino paulista, reintegrando as escolas isoladas e mostrando a sua importância para o aparelho de ensino paulista.

Um dos aspectos da "Festa da Criança" – Grupo Escolar de Avaré – S. Paulo – Brasil
Revista Escolar, agosto de 1927, p. 33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca das festas escolares no período entre 1890 e 1930 foi realizada considerando a sua dupla inserção: como elemento no processo de constituição de uma cultura específica da escola e no projeto político republicano para a escola pública paulista. As festas estiveram associadas no mesmo contexto sócio-histórico em dois planos distintos que estavam em íntima relação. A sociedade definia para a escola o que deveria ser ensinado e qual deveria ser a formação do indivíduo, a instituição escolar, por sua vez, apropriava-se destes objetivos, transformando-os de acordo com suas interpretações e possibilidades. Pensar as comemorações na Primeira República é não desconsiderar seu duplo papel escolar e político e as formas pelas quais suas diferentes funções e finalidades foram apropriadas (CHARTIER, 1990) de maneiras distintas pelos atores escolares e sociais que viveram em uma mesma época.

A festa escolar, assim como a concepção de *cultura escolar* formulada por Dominique Julia (2001, p. 10), pode ser compreendida através de seu conjunto de *normas* que definem os conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, estabelecidas oficialmente nos regulamentos, leis e decretos que organizavam o ensino; e de *práticas* que permitiram a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos no âmbito escolar. Assim, como a *cultura da escola* pode transformar-se segundo as épocas e as finalidades religiosas, sociopolíticos ou simplesmente de socialização, as festas como componentes desta cultura também sofreram estas influências e tiveram seus objetivos transformados de acordo com estas finalidades. A multiplicidade de funções e objetivos das festas identificadas na história da humanidade permitiu que elas fossem compreendidas por alguns estudiosos como uma verdadeira "máquina" pronta para ser montada e desmontada em diferentes momentos (OZOUF, 1976).

Como uma máquina, a festa possui uma série de elementos, uma técnica própria, que podem ser transformados de acordo com o objetivo a ser alcançado em determinada sociedade. Esses elementos que se repetem permite que a comemoração exerça uma grande influência e atração independentemente do local e momento no qual aconteça. O potencial educativo da festa baseia-se nesta técnica que se apresenta tão

eficaz para diferentes fins. A mudança dos objetivos dos festejos depende das formas pelas quais seus elementos são ressignificados pelos idealizadores da festa e apropriados de formas diferentes pelos participantes das mesmas. Comparando, por exemplo, as festas religiosas que prevaleceram no Brasil durante todo o período colonial (DEL PRIORI, 2000) e as comemorações escolares, pode-se estabelecer algumas relações, perceber algumas diferenças e assinalar alguns destes elementos considerados como componentes da "cultura festiva". Os sermões pregados pelos sacerdotes nos dias dedicados aos santos foram substituídos, por exemplo, pelos discursos dos reformadores da instrução, as fantasias foram transformadas em uniformes escolares, as procissões transformadas em passeatas garantiriam que mesmo aqueles que estivessem em suas casas pudessem acompanhar o festejo. As músicas e encenações (não só relacionadas à religião católica, mas à outras religiões também) deixaram de possuir um conteúdo religioso para divulgarem ensinamentos cívicos.

A relação entre as festas escolares e o sistema político então vigente pôde ser evidenciada na celebração dos ideais republicanos seja através da escolha das datas e temas que deveriam ser comemorados, seja a partir de momentos do próprio ritual festivo, como as homenagens, os cantos, os hinos, as poesias declamadas pelos alunos. Além de indicar as pessoas e os fatos que deveriam ser lembrados e comemorados nas escolas, foi neste momento organizado um calendário próprio para a instituição de ensino no qual constavam como datas cívicas a serem celebradas obrigatoriamente por todos os estabelecimentos de ensino: 21 de Abril, consagrado à comemoração dos precursores da Independência, 3 de Maio, descoberta do país; 13 de Maio, fraternidade dos brasileiros; 14 de Julho, comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos; 7 de Setembro, Independência do Brasil; 15 de Novembro, proclamação da República e Festa da Bandeira, realizada no dia 19 de novembro (*Decreto n º 155-B em 14 de janeiro de 1890*).

A escolha destas datas não foi um processo tranqüilo, mas marcado por disputas e tensões entre os partidos dirigentes, como assinalou José Murilo de Carvalho (1990) e Lúcia Lippi Oliveira (1989). O processo de constituição de um imaginário social e político faz parte do momento posterior à implantação de um novo regime político, como no caso brasileiro, ou como forma de disseminar valores importantes para as revoluções do globo, como aconteceu com a Revolução Francesa (OZOUF, 1976). Tão importante quanto definir qual partido vai governar, é escolher os símbolos e emblemas que identificarão o novo regime e farão parte de um imaginário social.

As festas cívicas, através dos seus símbolos e rituais, deveriam ensinar as crianças e a população presente nos festejos os conteúdos relacionados ao novo regime político, além de normas, valores e comportamentos condizentes com o ideal de um bom cidadão para a República. Além disso, eram consideradas momentos oportunos para ensinar conceitos abstratos como patriotismo e nacionalismo. O ensinamento de conceitos e conteúdos abstratos através dos festejos foi realizado principalmente nas comemorações que buscaram celebrar a natureza, comparando-a com a própria pátria brasileira. Cuidar e amar a pátria assim como se deveria cuidar e amar a natureza era um dos conhecimentos específicos das festas das árvores e das aves, que aconteciam nas escolas paulistas respectivamente nos meses de setembro e abril. Aqui se percebe um movimento de naturalização de sentimentos e de criação de uma representação social da natureza. A naturalização de sentimentos acontece, por exemplo, quando as festas cívicas buscaram disseminar através dos seus rituais idéias e valores associados ao novo regime político. E a criação da representação social da natureza relacionou-se com a comparação estabelecida entre pátria e natureza.

A celebração da escola, das transformações que estavam ocorrendo nestas e da constituição de um sistema público e estatal de ensino aconteciam com as festas de inauguração de escolas, aniversários, formatura e encerramento do ano letivo. Estas possuíam como objetivo deixar bem patente para a população escolar e social os progressos e o empenho do governo republicano no âmbito educacional. As escolas representavam a possibilidade do progresso econômico e social do país e somente através delas a população poderia e deveria instruir-se. Além disso, ao marcarem o ciclo de vida da escola, cujo início aconteceria com festa de inauguração e o fim com a de formatura /encerramento do ano letivo. Estas comemorações contribuíam para a disseminação da idéia moderna acerca da importância da instrução e das escolas.

Além das festas cívicas, das festas da natureza, de inauguração de escolas, aniversários, formatura e encerramento do ano letivo, as escolas se dedicaram também a organização de outros momentos festivos como as homenagens, o dia da criança, o dia da instrução e a comemoração do centenário da Independência em 1922. Todas elas possuíam em comum uma mesma técnica, concebida como uma série de componentes capazes de fazê-las serem compreendidas e exercerem atração em diferentes contextos-históricos. As comemorações escolares se apropriaram dessas técnicas existentes, transformando-as, ao mesmo tempo em que acrescentaram novos elementos para esta técnica, como por exemplo, os momentos dedicados às homenagens de personalidades

consideradas ilustres na sociedade, a entrega de diplomas aos formandos, boletins, prêmios aos considerados melhores alunos, torneios de ginástica e disputas esportivas, além do aprendizado de conteúdos específicos da escola.

A concepção de festejo escolar discutida esteve associada ao seu potencial pedagógico e educativo. A comemoração possuía uma série de características, de rituais, de técnicas que muito mais do que um momento para divertimento foi considerada um momento de aprendizado de conteúdos, valores, normas e comportamentos aceitáveis socialmente. Entretanto, faz-se importante salientar que nem todos se utilizaram e se apropriaram dos festejos da mesma forma, seguindo o que estava previsto oficialmente, alguns diretores utilizaram as festas para se promoverem socialmente e na carreira, os inspetores de ensino para constatarem o real adiantamento do ensino, os professores para demonstrarem o avanço escolar, o desenvolvimento dos seus alunos e para afirmarem suas identidades, já para os alunos as comemorações poderiam ser consideradas momentos muito especiais, nos quais eles, participantes ativos, eram os co-responsáveis pelo seu sucesso. Esses foram alguns dos usos que podemos perceber a partir das fontes selecionadas para este estudo, mas temos consciência de que a festa escolar no período delimitado para estudo teve outros significados a serem investigados em momentos posteriores e através de outras fontes de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISENSTEIN, Ângela. *En el templo del saber no solo entra el espiritu. Aprendiendo a "poner el cuerpo"*. In: GVIRTZ, Silvina (compiladora). **Textos para repensar el día a día escolar. Sobre cuerpos, vestuários, espacios, lenguajes, rytos y modos de convivencia en nuestra escuel*a*.** Argentina: Ediciones Santillana, 2000, p.133-164.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira: significados do festejar, no país que "não é sério".** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

AZANHA, José Mário Pires. *Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas*. **Revista USP**, dez-fev / 1990-1991, p. 65-69.

BARROS, Marcelo. *O divino segredo da festa*. In: BARROS, Marcelo (org) **A festa na vida: significado e imagens**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-70.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2ª ed, 1990, p. 09-61.

BENJAMIN, Walter. *Pequena História da Fotografia*. KOTHE, Flávio (org.) **Walter Benjamin - Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 219-241.

BERKENBROCK, Volney J. *A festa nas religiões afro-brasileiras - A verdade torna-se realidade.* In: PASSOS, Mauro. (org) **A festa na vida: significado e imagens**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002, p. 191 - 221.

BITTENCOURT, Circe. *As "Tradições Nacionais" e o Ritual das Festas Cívicas*. In: PINSKY, J. NADAI, E. et al. **O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 1988, p. 43 - 73.

BONTEMPI, Bruno. **História da Educação Brasileira: o terreno do consenso**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1995.

BOURDIEU, P. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998, p. 41-69.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, O Santo e A Senhora**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da

Historiografia. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter. *Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro.* In: BURKE, Peter (org.), tradução de LOPES, Magda. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.7-37.

BURKE, Peter. *Como confiar em fotografias*. **Folha de São Paulo**, 4 de fevereiro de 2001, p. 13-14.

CARDIM, Carlos A. Gomes. **As comemorações cívicas e As Festas Escolares**. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Sérgio. *Podem a ética e a cidadania ser ensinadas?* In: CARVALHO, José Sérgio (org). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 85-105.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1° ed., Col. Tudo é História, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Por uma história cultural dos saberes pedagógicos*. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (orgs.). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura.* In: HILSDORF, Maria Lúcia; VIDAL, Diana Gonçalves. **Brasil 500 anos: tópicas em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 137 - 167.

CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia luz:** um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 1989.

CATANI, Denice Barbara. *Informação, Disciplina e Celebração: Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 21, n. 2, 1995, p. 9-30.

CATANI, Denice Barbara; GODINHO LIMA, Ana Laura. *Vigilância e Controle: Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a história do trabalho docente no Brasil (1907 – 1937)*. In: **Educação em Revista**: A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 155-172.

CATANI, Denice Barbara. *Metáforas da Iluminação: observações acerca do estudo da história da educação republicana*. In: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). **Processos, Práticas e Saberes**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 43-52.

CATANI, Denice Barbara e SOUSA, Cynthia Pereira de. (orgs.). **Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996).** São Paulo: Plêiade, 1999.

CHAMOM, Carla Simone. **Festejos Imperiais: Festas Cívicas em Minas Gerais (1815 –1845).** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.* **Teoria & Educação**, nº 2, 1990, p. 177- 229.

CHOUCAIR, Aline. *Práticas escolares nas festividades da "Semana da Pátria" e "Dia do Trabalho" em Minas Gerais (1937-1945).* **Atas do Congresso Brasileiro de História da Educação**, Curitiba: 2004, p.01-11.

CINTRA, Assis. **Alma Brasileira**. Obra aprovada pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporado), 5ª ed., s/d.

COUSINET, Roger. **A formação do educador e A pedagogia da aprendizagem**. Trad. e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1974.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 5ª edição, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Dora Lice. **O calvário de uma professora.** 1927

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.

DUSSEL, Inés. *Historias de guardapolvos y uniformes: sobre cuerpos, normas e identidades em la escuela*. In: GVIRTZ, Silvina. **Textos para repensar el día a día escolar. Sobre cuerpos, vestuários, espacios, lenguajes, rytos y modos de convivencia en nuestra escuela**. Argentina: Ediciones Santillana, 2000, p. 105-132.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **"Dos pardieiros aos palácios": forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 135 – 150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; PAULILO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. **Educação e Pesquisa** São Paulo, v. 30, n. 1, jan – abr/2004, p. 139-159.

FERRIÈRE, Adolphe. **A Escola Ativa**. Porto: Editora – Educação Nacional de António Figueirinhas, 1934.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *O herói nacional para crianças: produção e circulação de imagens de Tiradentes na escola primária brasileira*. **Anais da 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**: **Educação: manifestos, lutas e utopias**. Caxambu: ANPED, 2002. v. 1. p. 01-17.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2ª edição, 1990.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan.-jun/2001, p. 09-43.

JUNIOR, Francisco Oliveira. **Festas Escolares**. São Paulo, s.d.

KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.25, nº 49, 2005, p. 35- 42.

KUHLMANN, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922).** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAWN, Martin. *Os professores e a fabricação de identidades*. In: NÓVOA, António, SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

LOVISOLO, Hugo. *A Memória e a Formação dos Homens*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 16-28.

LUGLI, Rosário Genta. **O trabalho docente no Brasil: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2002.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. *O povo e a festa*. In: PASSOS, Mauro. (org) **A festa na vida: significado e imagens**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002, p. 95-112.

MONARCHA, Carlos. *Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 97-136.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 1996.

NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (org.)., **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 261-291.

NAGLE, Jorge. *História da educação brasileira: problemas atuais*. **Em Aberto**, ano 3, n. 23, set-out/ 1984, p.27-29.

NÓVOA, António. *Os professores e as histórias da sua vida*. In: NÓVOA, António (org.).**Vidas de Professores**. Porto: Porto, 1992.

NÓVOA, Antônio. *Perspectivas de Renovação da História da Educação em Portugal*. In: NÓVOA, A. e BERRIO, J. (orgs), **A História da Educação em Espanha e Portugal**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, p. 11-20.

NÓVOA, Antonio. *Uma educação que se diz nova.* In: CANDEIAS, A. et al. **Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos**. Lisboa: EDUCA, 1995, p. 25-41.

NUNES, Clarice. (*Des)encantos da modernidade pedagógica*. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 371-398.

Ó, Jorge Ramos do. *Poder-saber-querer: os terrenos disciplinares da alma e do autogoverno no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911).* **Revista Brasileira de História da Educação**, no 12, jul-dez/2006, p.11-30.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As festas que a República manda guardar*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 172-189.

OZOUF, Mona. *A festa: sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 216-232.

PASSOS, Mauro. (org) **A festa na vida: significado e imagens**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002.

PASTOR, Raimundo. **Alegrias, agruras e tristezas de um professor**. Recordações de Xiririca, Itanhaém, Iporanga e Vila Bela de 11-07-1919 a 5-1926. São Paulo: composto e impresso na Gráfica São José, 1970.

PINTASSILGO, Joaquim *Religiosidade cívica republicana – o exemplo da festa da árvore*. **Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. São Paulo: FEUSP, 1998, p. 448-455.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Ed. Ática, 19ª edição, 1998.

RIBEIRO JUNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A festa do povo: pedagogia de resistência**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Vera Lúcia dos. **A Revista do "Patrocínio"**: textos e imagens de um periódico escolar dedicado à formação feminina (décadas de 20 e 30, século XX). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2004.

SCHEFFLER, Israel. **A linguagem da educação**. BARBOSA FILHO, Balthazar (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHELBAUER, Analete Regina. *O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX*. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. II – século XIX**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 133- 149.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Sentidos da profissão docente –** Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2004, p. 01-29.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2006.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas)*. In: PORTO, SANCHEZ TEIXEIRA, FERREIRA SANTOS, BANDEIRA (orgs.). **Tessituras do Imaginário: cultura & educação**. Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000, p. 173-184.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. *Cadências escolares, ritmos docentes*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, jul – dez/1999, p. 87-108.

VAZ, Léo. **O professor Jeremias**. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 4ª edição, 1921.

VEIGA, Cynthia Greive e GOUVEA, Maria Cristina S. *Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, nº 1, jan – jun/2000, p.135-160.

VEIGA, Cynthia Greive. *Educação estética para o povo*. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

VICENTINI, Paula Perin. **Imagens e representações de professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963).** Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. *A Imagem na Reforma Educacional Carioca da Década de 20: fotografia, cinema e arquitetura*. **Anais do Seminário "Pedagogia da imagem, imagem na Pedagogia"**. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação/Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996, p. 175-180.

VIDAL, Diana Gonçalves. *A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação*. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). **Educação, Modernidade e Civilização.** Bahia: Autêntica, 1998, p. 75-87.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares –** Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VINÃO FRAGO, Antonio. *Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio.* **VIII Jornadas Estatales Fórum Europeo de Administradores de la educación**. Murcia: 1996, p.17- 29.

WEBER, Franz. *Celebrar a vida: a cultura da festa nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*. In: PASSOS, Mauro. (org.) **A festa na vida: significado e imagens**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002, p. 143 – 164.

WOLFF, Antonio Pedro (org.). **Festas escolares:** coletâneas de poesias, monólogos, diálogos, hinos, etc, para as comemorações cívicas de todas as datas nacionais. Primeiro Volume: Tiradentes – 21 de abril. São Paulo: Typografia Excelsior, 1918.